



DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (EDL)

ARDE

Agosto, 2015

Índice

CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DO TERRITÓRIO.....	1
ANÁLISE DE CONTEXTO PARA O TERRITÓRIO	3
CARACTERIZAÇÃO DOS ASPETOS RELEVANTES REFERENTES ÀS ÁREAS TEMÁTICAS OBJETO DE INTERVENÇÃO	9
A. TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS.....	9
B. POTENCIAL ECONÓMICO	21
C. COESÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA	32
ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO E DO POTENCIAL DO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO E ANÁLISE DOS PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS E DAS OPORTUNIDADES E AMEAÇAS	45
A. ANÁLISE DOS PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS E DAS OPORTUNIDADES E AMEAÇAS (SWOT)	47
B ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO E DO POTENCIAL DO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO	50
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	59
A. ENQUADRAMENTO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	61
B. DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	63
C. MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO DA EDL	71
D. ARTICULAÇÃO COM O PRORURAL+ E COM OUTROS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA INCIDENTES NO MESMO TERRITÓRIO	77
PROCESSO DE ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES NO DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA.....	83
A. PROCESSO DE ENVOLVIMENTO DOS PARCEIROS.....	85
B. PROCESSO DE ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS	89
PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO	93
A. PLANO DE AÇÃO	95
B. PLANO DE INVESTIMENTO.....	101
DISPOSITIVOS DE GESTÃO E CONTROLO DA EDL	109
A. DISPOSITIVOS DE PARTICIPAÇÃO DOS PARCEIROS NA EXECUÇÃO DA EDL.....	111
B. ORGANIZAÇÃO DO GAL PARA ASSEGURAR AS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE ACOMPANHAMENTO DA EDL	111
C. DISPOSITIVOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS PARA A ANÁLISE E SELEÇÃO DOS PROJETOS, ASSEGURANDO A INDEPENDÊNCIA DO SEU POSTERIOR ACOMPANHAMENTO.....	114
D. AÇÕES E INSTRUMENTOS PREVISTOS PARA O ACOMPANHAMENTO DA EDL, EM PARTICULAR A MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS	115
E. MODALIDADE E INSTRUMENTOS PREVISTOS PARA A AVALIAÇÃO INTERNA DA EDL, NOMEADAMENTE OS SISTEMAS E MECANISMOS QUE PROPÕEM PARA A RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS FINANCEIROS E DE DESEMPENHO RELEVANTES, COMO SE PROPÕEM AVALIAR O SEU PRÓPRIO DESEMPENHO, AS SUAS PROPOSTAS PARA A DIVULGAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS E COMO CONTRIBUEM PARA AS DISPOSIÇÕES DO CONTROLO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	115
F. AÇÕES DE ANIMAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO	118
G. AÇÕES A REALIZAR E MEIOS A UTILIZAR PARA PUBLICITAR A EDL DENTRO DO TERRITÓRIO E PARA DIFUNDIR OS SEUS RESULTADOS	119
ESTRATÉGIA DE COOPERAÇÃO.....	121
ANEXOS.....	127

Índice de quadros

Quadro 1. Síntese dos Indicadores Comuns de Contexto (ICC)	6
Quadro 2. Evolução da População Residente (ICC1) e Densidade Populacional (ICC4)	9
Quadro 3. Evolução da População Residente e Densidade Populacional, por freguesia	10
Quadro 4. Evolução das Componentes do Crescimento Demográfico	11
Quadro 5. Estrutura etária, em 2001 e 2014 (ICC 12)	11
Quadro 6. Principais indicadores demográficos	12
Quadro 7. Índice de Envelhecimento 2001 - 2011	12
Quadro 8. Indicadores de Educação (%)	15
Quadro 9. Variação do Nº de Estabelecimentos de Ensino 2007/2008 e 2012/2013	16
Quadro 10. Oferta Formativa ano letivo 2012 / 2013	17
Quadro 11. Oferta da Universidade dos Açores para o ano letivo de 2015/2016	18
Quadro 12. Taxas de Emprego (ICC5) Desemprego (ICC7) e de Atividade (2011)	19
Quadro 13. Estrutura sectorial do emprego (ICC 11)	20
Quadro 14. Indicadores de empresas, 2007 e 2012	21
Quadro 15. VAB, no período 2007-2012 (ICC10)	21
Quadro 16. PIB por Ilha	23
Quadro 17. PIB per capita por Ilha (ICC 8)	23
Quadro 18. Comércio Internacional de Mercadorias (2014)	24
Quadro 19. Evolução do número de explorações e da SAU na RAA, entre 1999 e 2009	25
Quadro 20. Oferta de Turismo em Espaço Rural	30
Quadro 21. Potencial de desenvolvimento de diferentes vertentes turísticas	31
Quadro 22. Número respostas sociais, sem e com fins lucrativos, capacidade e frequência, por áreas de intervenção social e por ilha	32
Quadro 23. Indicadores de saúde por município	33
Quadro 24. Distribuição das instalações desportivas artificiais	34
Quadro 25. Indicadores de Cultura (2013)	35
Quadro 26. Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as (€) por conta de outrem, segundo a atividade económica	36
Quadro 27. Prestações sociais	36
Quadro 28. Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo o género e idade (n.º)	37
Quadro 29. Área da Rede Natura 2000	38
Quadro 30. Áreas Protegidas no Território de Intervenção	39
Quadro 31. Produtos artesanais do Território de Intervenção (<i>em bold, os que se encontram certificados pelo CRAA</i>)	42
Quadro 32. Análise SWOT Concelho de Ponta Delgada (Ilha de S. Miguel)	47
Quadro 33. Análise SWOT Concelho de Vila do Porto (Ilha de Santa Maria)	48
Quadro 34. Área temática Atividades do Turismo e Lazer e Património Natural e cultural	50
Quadro 35. Área temática Atividades da Economia Rural	51
Quadro 36. Área temática Infraestruturas de Coesão Social e Territorial	51
Quadro 37. Participantes auscultados na definição da EDL da ARDE	87
Quadro 38. Orçamento Global - GAL ARDE 2014 - 2020	105
Quadro 39. Plano Financeiro por Fontes de Financiamento e por Anos para o Período de 2014-2020	106
Quadro 40. Plano Financeiro por Fontes de Financiamento e por Anos para o Período de 2014-2020 para a medida 19.4	107

Índice de Figuras

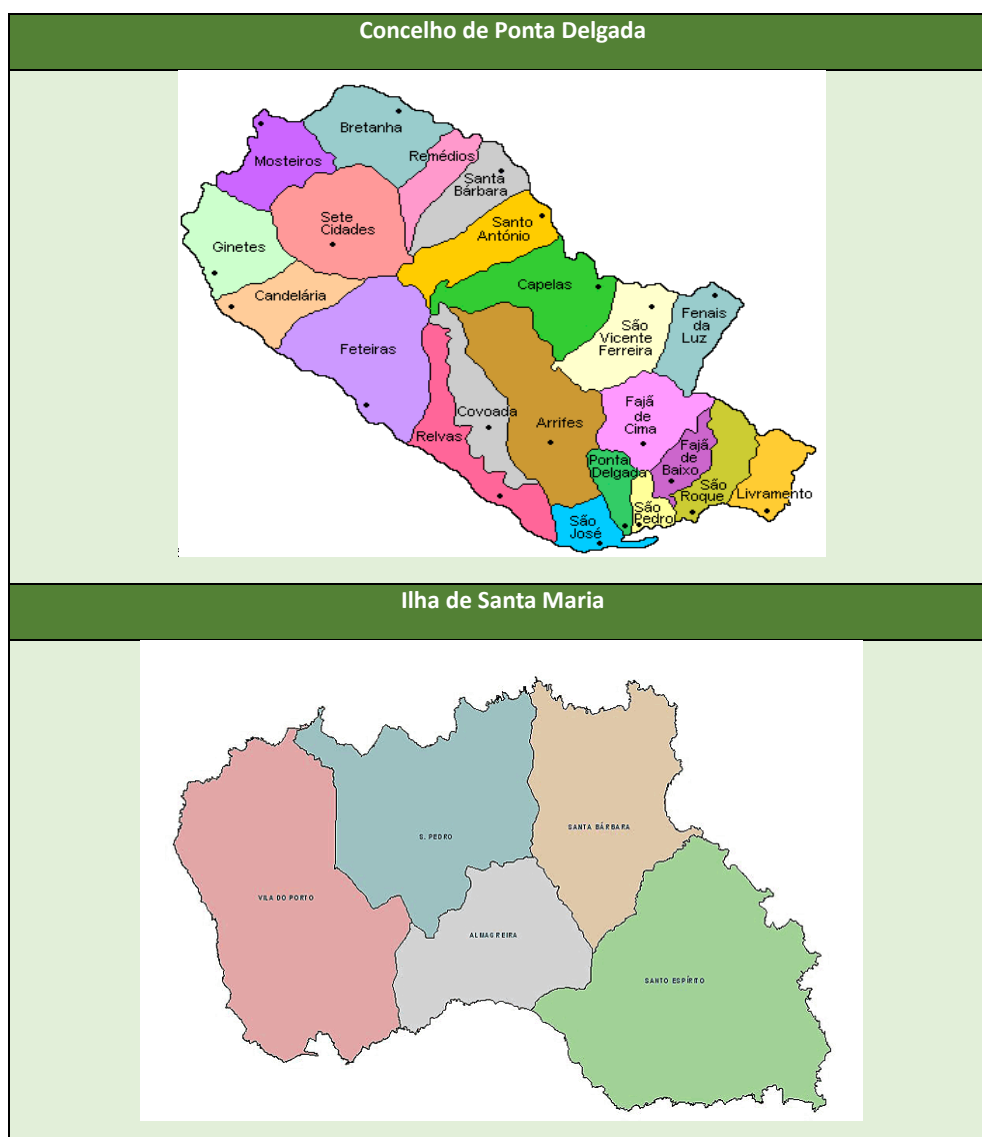
Figura 1. Território de Intervenção da ARDE	3
Figura 2. População residente de acordo com o nível de escolaridade	14
Figura 3. Evolução do número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros	29
Figura 4. Focus-group em Santa Maria	87
Figura 5. Distribuição financeira da estrutura de intervenções da EDL (FEADER)	102

CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DO TERRITÓRIO

ANÁLISE DE CONTEXTO PARA O TERRITÓRIO

O território de intervenção da ARDE abrange a totalidade das freguesias do concelho de Ponta Delgada (ilha de São Miguel) e da ilha de Santa Maria (constituída apenas pelo concelho de Vila do Porto), com uma área de 329,30 Km², representando uma parte de 14,2% da Região Autónoma dos Açores (RAA), 10% ocupados pelo concelho de Ponta Delgada da Ilha São Miguel e 4,2% pela ilha Santa Maria.

Figura 1. Território de Intervenção da ARDE



Localizado no Grupo Oriental e à semelhança da própria RAA, trata-se de um território insular e ultraperiférico, geograficamente distante do espaço continental, o que determina um forte isolamento geográfico, elevados sobrecustos no desenvolvimento das diferentes atividades e uma exígua dimensão do mercado interno. Ainda assim, destaca-se a integração no Território de Intervenção de

Ponta Delgada, a Capital administrativa da RAA, sendo um dos concelhos mais importantes e com maior dinamismo económico do Arquipélago.

O concelho de Ponta Delgada está situado no extremo sudoeste da ilha de São Miguel e é constituído por 24 freguesias, 4 delas situadas na cidade de Ponta Delgada (capital administrativa da RAA), a zona urbana do concelho. Está limitado pelo oceano Atlântico a norte, sul e oeste e pelos concelhos da Ribeira Grande e da Lagoa a Este. A Ilha de Santa Maria é constituída por um único concelho, Vila do Porto, o qual integra 5 freguesias.

O território de intervenção é caracterizado por uma dicotomia assente no posicionamento socioeconómico, com a Ilha de São Miguel com contributos importantes para o PIB da região, que a Ilha de Santa Maria não partilha. Pelo que, antes de mais, a estratégia terá de ter especificidades ou focos de atenção igualmente diferenciados.

Em termos **demográficos**, os dados analisados permitem concluir por uma dinâmica contrastada, verificando-se a concentração da população residente na Ilha de São Miguel (a Ilha de Santa Maria tem um terço da densidade populacional de Ilha de São Miguel).

Na última década verificou-se um ligeiro crescimento da população residente na Ilha de São Miguel e de Santa Maria, contrastando com as restantes ilhas açorianas (com efeito, as Ilhas de São Miguel, de Santa Maria e da Terceira são as únicas ilhas que têm registado capacidade para atrair população).

O TI pode ser caracterizado por uma estrutura etária jovem. Um aspeto positivo é ter-se verificado um acréscimo da população em idade ativa (15-64 anos). Paralelamente, os elevados índice de envelhecimento e de dependência de idosos e baixo índice de renovação da população em idade ativa são outros indicadores que refletem uma certa fragilidade da população. A que acresce um aumento ligeiro da taxa de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional.

Em termos de **ação social**, nos últimos anos houve uma evolução positiva em termos de respostas sociais, ainda assim persistem debilidades ao nível da oferta existente para dar resposta às necessidades, nomeadamente, de apoio a idosos e/ou a crianças e ainda a casos específicos ligados e fenómenos de exclusão social que se venham a identificar.

Em termos de **estrutura económica**, o Concelho de Ponta Delgada e a Ilha de Santa Maria têm dinâmicas diferentes, com o primeiro a contribuir de forma importante para os indicadores económicos da região, ao contrário da Ilha de Santa Maria.

Em termos de distribuição do emprego por sector continua a verificar-se uma terciarização. O perfil de especialização económica deste território é relativamente diversificado, coexistindo:

- (i) Um sector primário com importância económica e social, ainda que tenha sofrido uma diminuição acentuada. A Ilha de Santa Maria foi uma das ilhas onde essa diminuição se notou mais mas, em contrapartida, deu-se uma evolução positiva em termos estruturais.

Em termos de atividades, destacam-se as atividades ligadas à exploração animal em Ponta Delgada (produção de leite) e ligadas à exploração vegetal na Ilha de Santa Maria (que tem uma meloa IGP).

Dos problemas associados, faz-se notar a abolição das quotas leiteiras, com contornos ainda por desvendar, e as dificuldades na sustentabilidade da AgroMariense Coop.

Ilha de São Miguel com expressão em termos de produção florestal.

- (ii) Uma base industrial com presença e peso no emprego em Ponta Delgada, onde se destaca as indústrias agroalimentares, mas sem qualquer expressão na Ilha de Santa Maria. Dos produtos agroalimentares salienta-se os laticínios, um leque de produtos cuja produção e projeção ultrapassa a fronteira da RAA.
- (iii) Um sector terciário com grande peso e em crescimento e com algum dinamismo, essencialmente voltado para o turismo. A densidade de empresas na Ilha de Santa Maria é cerca de metade do que no Concelho de Ponta Delgada, e o volume de negócios por empresa, cerca de 1/3.

Neste contexto, refira-se que, para a Ilha de Santa Maria, os transportes têm-se revelado como um fator de estrangulamento da economia local.

Em termos de **ocupação do território**, observam-se alguns contrastes, com as áreas mais edificadas a concentrar a população, em detrimento de outras, as quais apresentam uma menor densidade demográfica e de atividades comerciais com relevância económica.

O território de intervenção é marcado por um conjunto diversificado de recursos endógenos (naturais e patrimoniais), que constituem ativos para o seu desenvolvimento. A nível paisagístico este território apresenta uma enorme diversidade e riqueza, fruto da presença harmoniosa de um conjunto de elementos naturais, que lhe conferem especificidade e autenticidade. As características geológicas estruturam uma parte importante dessa paisagem.

As ilhas de São Miguel e de Santa Maria são aquelas onde, em termos relativos, o património construído é mais antigo, correspondendo os elementos integrantes dos séculos XV a XVII.

A Ilha de São Miguel é referenciada como prioridade enquanto destino turístico em todos os canais de comunicação. No entanto, a Ilha de Santa Maria também tem tido algum destaque (p.e., o conceituado jornal britânico *The Guardian* elegeu a Ilha de Santa Maria como um dos 20 destinos a considerar para

viajar no Verão, tendo sido selecionada pela calma que proporciona a quem a visita, bem como pelas suas magníficas paisagens e praias.

Quadro 1. Síntese dos Indicadores Comuns de Contexto (ICC)

Indicadores Comuns de Contexto	Valor
C1. População	74.361 (2011); 71.432 (2014)
C2. Estrutura etária	< 15 anos: 17% (2014) 15-24 anos: 14% (2014) 25-64 anos: 57% (2014) > 64 anos: 12% (2014)
C3. Território	329,30 Km ²
C4. Densidade populacional	225,2 hab./Km2 (2011)
C5. Taxa de emprego	Ponta Delgada: 42,7% (2011); Vila do Porto: 41,2% (2011)
C6. Taxa de atividade por conta própria (auto-emprego)	Território de intervenção: 14,3% (2011); Ponta Delgada: 14,0% (2011); Vila do Porto: 17,1% (2011)
C7. Taxa de desemprego	Ponta Delgada: 12,0 (2011); Vila do Porto: 8,7 (2001)
C8. PIB per capita	Ilha de S. Miguel: 14.470,2 € (2009) Ilha de Santa Maria: 16.867,4 € (2009)
C9. Taxa de pobreza	n.d.
C10. Estrutura da economia (VAB)	Total : 508.803.519 € (Ponta Delgada); 10.046.022 € (Vila do Porto) Primário: 4,21% (Ponta Delgada); 9,97% (Vila do Porto) Secundário: 32,61% (Ponta Delgada); 23,71% (Vila do Porto) Terciário: 62,29% (Ponta Delgada); 66,22% (Vila do Porto) (2012)
C11. Estrutura do emprego	Primário: 5% (2011) Secundário: 16,4% (2011) Terciário: 78,6% (2011)
C12. Produtividade do trabalho por setor económico	Total : 20.775 €/pessoa ao serviço nas empresas por município da sede (Ponta Delgada); 8.946 €/pessoa ao serviço nas empresas por município da sede (Vila do Porto) Primário: 14.510 €/pessoa ao serviço nas empresas por município da sede (Ponta Delgada); 4.616 €/pessoa ao serviço nas empresas por município da sede (Vila do Porto) Secundário: 34.305 €/pessoa ao serviço nas empresas por município da sede (Ponta Delgada); 10.540 €/pessoa ao serviço nas empresas por município da sede (Vila do Porto) Terciário: 18.228 €/pessoa ao serviço nas empresas por município da sede (Ponta Delgada); 9.841 €/pessoa ao serviço nas empresas por município da sede (Vila do Porto)

A breve caracterização efetuada, aprofundada no Ponto seguinte, recorreu sempre que possível aos indicadores comuns de contexto relacionados com a situação inicial e constantes do Anexo IV do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014, da Comissão, de 15 de julho e constantes do Diagnóstico do PRORURAL⁺ (Indicadores Comuns de Contexto – ICC). Embora o Anexo I da Portaria n.º 72/2015 de 12 de Junho de 2015 recomende a utilização dos indicadores de contexto C1 a C12, há indicadores que não se encontram disponíveis com desagregação ao nível da ilha/concelho, designadamente os seguintes: *ICC 6 Taxa de auto emprego; ICC 9 Taxa de pobreza; e ICC 12 produtividade do trabalho por sector da economia.*

CARACTERIZAÇÃO DOS ASPETOS RELEVANTES REFERENTES ÀS ÁREAS TEMÁTICAS OBJETO DE INTERVENÇÃO

A. TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

A1. Tendências Demográficas

Este Ponto apresenta uma breve síntese do potencial demográfico do Território de Intervenção, nomeadamente tendo em consideração as tendências recentes em termos de capacidade de fixação e atração de população e de regeneração do contingente populacional.

Evolução da População Residente

O Território de intervenção da ARDE, 329,30 Km² (ICC3), tinha em 2011, 74.361 habitantes, observando-se nas últimas décadas uma tendência de aumento da população residente, com correspondente acréscimo da densidade populacional, ainda que as estimativas mais recentes para 2014 indiquem um ligeira estagnação na evolução demográfica.

Quadro 2. Evolução da População Residente (ICC1) e Densidade Populacional (ICC4)

	População residente (N.º)				Densidade Populacional (N.º/ km ²)
	1991	2001	2011	2014	2011
RAA	237.795	241.763	246.772	246.353	106,3
Território de Intervenção	67.911	71.432	74.361	74.167	225,2
Vila do Porto	5.922	5.578	5.552	5.650	57,3
Ponta Delgada	61.989	65.854	68.809	68.517	295,3

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 1991, 2001 e 2011; INE, Estimativas Anuais da População Residente, 2014.

Este comportamento apresenta, contudo, dinâmicas territoriais contrastadas, observando-se que resulta, sobretudo, da evolução verificada no concelho de Ponta Delgada, o qual absorve 92% da população do Território de Intervenção, facto que deriva da sua maior área, mas principalmente da sua importância e dinamismo socioeconómicos (cerca de 28% da população da RAA é residente no concelho de Ponta Delgada). Já o concelho de Vila do Porto (ilha Santa Maria) é um dos menos populosos da Região, representando apenas 2,2% da população residente no Arquipélago e apresentando uma densidade populacional de 57,3 habitantes/km² (menos de metade da da RAA), com perdas ligeiras no seu contingente populacional, embora as estimativas mais recentes apontem para um ligeiro aumento da população residente.

De referir, ainda, que no concelho de Ponta Delgada as dinâmicas intrafreguesias são diferenciadas salientando-se, uma concentração da população nas freguesias que constituem a cidade de Ponta Delgada (exceto freguesia da S. Sebastião) e em Fajã de Baixo, com capacidade de atração de residentes, o crescimento acentuado dos habitantes na freguesia de São Vicente Ferreira (crescimento de 41,9% na população residente entre 2001 e 2011) e, por outro, uma diminuição da população nas freguesias de Candelária, Feteiras e Santo António e São Sebastião.

Quadro 3. Evolução da População Residente e Densidade Populacional, por freguesia

	População residente (N.º)			Taxa de Variação (%)		Densidade populacional (Hab./ km²)
	1991	2001	2011	1991-2001	2001-2011	2011
RAA	237.795	241.763	246.772	1,7	2,1	106,3
Território de Intervenção	67.911	71.432	74.361	5,2	4,1	225,2
Vila do Porto	5.922	5.578	5.552	-5,8	-0,5	57,3
Almagreira	525	537	599	2,3	11,5	53,4
Santa Bárbara	512	480	405	-6,3	-15,6	26,5
Santo Espírito	758	723	588	-4,6	-18,7	22
São Pedro	811	841	841	3,7	0,0	46,3
Vila do Porto	3.316	2.997	3.119	-9,6	4,1	122,1
Ponta Delgada	61.989	65.854	68.809	6,2	4,5	295,3
Arrifes	6.825	6.941	7.086	1,7	2,1	279,4
Ajuda da Bretanha*	1.346	1.334	661	-0,9	-3,7	93,2
Pilar da Bretanha*			624			102,8
Candelária	1.079	1.184	1.079	9,7	-8,9	125
Capelas	3.509	3.759	4.080	7,1	8,5	242,1
Covoada	1.079	1.259	1.341	16,7	6,5	148,5
Fajã de Baixo	3.450	4.553	5.050	32,0	10,9	1.242,9
Fajã de Cima	3.309	3.635	3.438	9,9	-5,4	289,1
Fenais da Luz	1.514	1.895	2.009	25,2	6,0	261,4
Feteiras	1.644	1.709	1.571	4,0	-8,1	66,8
Ginetes	1.288	1.267	1.378	-1,6	8,8	113,5
Mosteiros	1.291	1.196	1.123	-7,4	-6,1	125,5
Ponta Delgada (S. Sebastião)	4.606	4.309	3.953	-6,4	-8,3	1.185,1
Ponta Delgada (São José)*	8.296	8.627	5.934	4,0	3,2	3.578,7
Santa Clara*			2.971			2.674,4
Ponta Delgada (São Pedro)	6.905	7.177	7.742	3,9	7,9	1.325,3
Relva	2.028	2.703	3.006	33,3	11,2	249,1
Remédios	984	997	931	1,3	-6,6	166,4
Rosto do Cão (Livramento)	2.971	3.489	4.062	17,4	16,4	726,9
Rosto do Cão (São Roque)	4.906	4.414	4.932	-10,0	11,7	684,0
Santa Bárbara	832	880	855	5,8	-2,8	98,1
Santo António	1.952	2.004	1.829	2,7	-8,7	155,7
São Vicente Ferreira	1.346	1.664	2.361	23,6	41,9	206,7
Sete Cidades	829	858	793	3,5	-7,6	41,3

* Legenda: A reorganização administrativa das freguesias dividiu a freguesia de Bretanha em duas freguesias: Ajuda da Bretanha e Pilar da Bretanha - e parte da Freguesia de S. José deu origem a Santa Clara.

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 1991, 2001 e 2011; INE, Estimativas Anuais da População Residente, 2014.

Componentes do crescimento demográfico

A análise das componentes de crescimento demográfico evidencia que a dinâmica demográfica registada resulta de um crescimento natural positivo, sobretudo, no concelho de Ponta Delgada, o qual tem contribuído para atenuar a sua incapacidade, desde 2008, em fixar e atrair residentes, com saldos migratórios cada vez mais negativos. Inversamente, o concelho de Vila do Porto regista uma tendência de aumento do crescimento do saldo migratório, desde 2011.

Quadro 4. Evolução das Componentes do Crescimento Demográfico

	RAA		Ponta Delgada		Vila do Porto	
	Saldo migratório (N.º)	Saldo natural (N.º)	Saldo migratório (N.º)	Saldo natural (N.º)	Saldo migratório (N.º)	Saldo natural (N.º)
2013	-7	-102	-172	64	39	-8
2012	71	284	-150	180	41	-4
2011	64	373	-154	205	40	1
2010	-396	253	-92	208	-12	-13
2009	-123	353	-22	257	-5	-8
2008	-265	562	-56	267	-10	7
2007	105	597	45	251	-1	8
2006	86	467	47	288	-1	19
2005	47	580	36	352	-2	2
2004	25	550	32	260	-3	-1
2003	168	445	60	292	1	-16
2002	364	395	94	288	4	7
2001	636	521	156	296	10	-7

Fonte: INE, Indicadores Demográficos.

De referir neste contexto, entre 2001 e 2011, o número de estrangeiros aumentou na ordem dos 73%, no concelho de Ponta Delgada, e 33%, no concelho de Vila do Porto. Os países de origem mais representados são os EUA, o Brasil e a Alemanha, seguindo uma tendência forte de crescimento da população americana e brasileira, desde 2001. Este facto indicia que o crescimento migratório negativo resulta de um aumento da emigração, e portanto da incapacidade do Território em fixar a sua população, e não tanto, da sua capacidade de atração de novos residentes.

Estrutura etária e envelhecimento

O Território de Intervenção pode ser caracterizado por uma estrutura etária relativamente jovem, existindo cerca de 31% de indivíduos com idades até aos 24 anos, em 2014. O concelho de Ponta Delgada apresenta mais jovens do que o de Vila do Porto, embora a diferença seja relativamente baixa. Contudo, ocorreu uma diminuição da população jovem, entre 2001 e 2014, com especial enfoque no escalão etário menos de 15 anos, sendo mais acentuada em Ponta Delgada. Simultaneamente e inversamente, observa-se um aumento da população com mais de 64 anos, também ele mais expressivo no concelho de Ponta Delgada.

Quadro 5. Estrutura etária, em 2001 e 2014 (ICC 12)

	RAA			Território de intervenção			Ponta Delgada			Santa Maria		
	2001	2014	Var. (%)	2001	2014	Var. (%)	2001	2014	Variação (%)	2001	2014	Var. (%)
< 15 anos	21,4	16,8	-21,5	22,0	17,0	-29,3	22,1	17,1	-22,6	20,7	15,8	-23,7
15-24 anos	17	13,8	-18,8	17,9	14,0	-27,6	17,9	14	-21,8	17,4	14,8	-14,9
25 - 64 anos	48,6	56,1	15,4	49,2	57,0	13,6	49,2	57	15,9	49,3	56,4	14,4
> 64 anos	13	13,2	1,5	10,9	12,0	9,1	10,8	11,9	10,2	12,6	13	3,2

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001; INE, Estimativas da População Residente, 2014.

Neste contexto, observa-se uma tendência de envelhecimento da população em todo o Território, a acompanhar a tendência nacional, com um aumento dos índices de envelhecimento e do índice de dependência de idosos e a diminuição do índice de dependência de jovens e do índice de renovação da população em idade ativa.

Quadro 6. Principais indicadores demográficos

Indicadores	2001			2014		
	RAA	Ponta Delgada	Santa Maria	RAA	Ponta Delgada	Santa Maria
Índice de envelhecimento	60,5	48,9	60,6	78,6	69,9	82,4
Índice de dependência total	52,4	49,0	49,9	43,0	40,9	40,5
Índice de dependência de idosos	19,7	16,1	18,8	18,9	16,8	18,3
Índice de dependência de jovens	32,6	32,9	31,1	24,1	24,1	22,2
Índice de renovação da população em idade ativa	199,8	198,3	239,2	129,8	130,8	136,5

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001; Anual - INE, Indicadores Demográficos, 2001; INE, Estimativas Provisórias da População Residente, 2014.

Uma análise da tendência de envelhecimento ao nível da freguesia aponta para um território contrastado. No concelho Vila do Porto, as duas freguesias situadas a este da Ilha - Santa Bárbara e Santo Espírito - apresentam elevados níveis de envelhecimento, enquanto as freguesias centrais à ilha - Almagreira e São Pedro - têm visto a sua população rejuvenescer. Este fenómeno estará relacionado com o desemprego e a crise agrícola (principal atividade económica) e a insuficiente acessibilidade por via de transportes aéreos à zona leste da Ilha.

No concelho Ponta Delgada todas as freguesias apresentam uma tendência de envelhecimento, embora este seja mais acentuado nas freguesias da capital e Mosteiros, sendo ainda de referir, a variação acentuada registada entre, 2001 e 2011, nas freguesias de Fajã de Cima e Remédios.

Quadro 7. Índice de Envelhecimento 2001 - 2011

	2001	2011	Var. (%)		2001	2011	Var. (%)
RAA	60,4	73,3	21,4	Fenais da Luz	31,5	32,7	3,8
Vila do Porto	60,6	74,4	22,8	Feteiras	27,4	40,7	48,5
Almagreira	57,7	43,1	-25,3	Ginetes	70,8	70,9	0,1
Santa Bárbara	96,7	123,2	27,4	Mosteiros	78,5	106,8	36,1
Santo Espírito	69,1	107,8	56,0	Ponta Delgada (S. sebastião)	113,9	127,1	11,6
São Pedro	61	55,2	-9,5	Ponta Delgada (S. José)*	80,2	110,4	-
Vila do Porto	53,4	77,9	45,9	Santa Clara*		102,2	-
Ponta Delgada	48,9	62,8	28,4	Ponta Delgada (S. Pedro)	69	76,6	11,0
Arrifes	38,3	49,9	30,3	Relva	28,8	42,9	49,0
Ajuda da Bretanha*	52,7	41,6	-	Remédios	26,2	69,3	164,5
Pilar da Bretanha*		77	-	Rosto do Cão (Livramento)	32,8	41,6	26,8
Candelária	54	67,9	25,7	Rosto do Cão (S. Roque)	37,6	52,9	40,7
Capelas	40	45	12,5	Santa Bárbara	31,3	40,2	28,4
Covoadá	32,4	42,8	32,1	Santo António	48,2	74,1	53,7
Fajã de Baixo	39,9	56,1	40,6	São Vicente Ferreira	31	39,0	25,8
Fajã de Cima	31	57	83,9	Sete Cidades	38,9	61,5	58,1

* Legenda: A reorganização administrativa das freguesias dividiu a freguesia de Bretanha em duas freguesias: Ajuda da Bretanha e Pilar da Bretanha- e parte da Freguesia de S. José deu origem a Santa Clara.

Fonte: INE, Censos – séries estatísticas 2001- 2011.

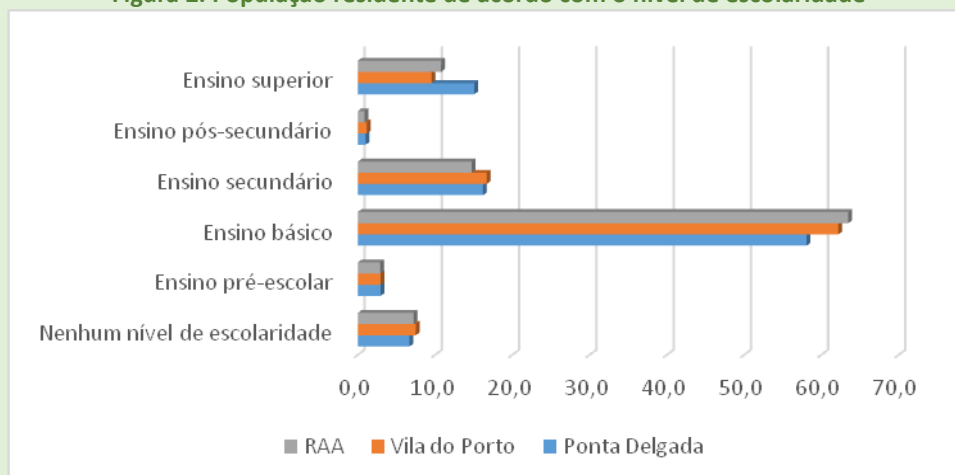
A.2. Capital Humano

Neste segmento analisa-se o potencial de capital humano, materializado na estrutura de habilitações da população, assim como a análise das dimensões estruturantes e dinâmicas do sistema de educação e formação, que se revelam fundamentais para o seu desenvolvimento do Território de Intervenção.

Níveis de Habilitações e Indicadores da Educação

Em termos de capital humano, regista-se uma tendência globalmente positiva de aumento da escolaridade da população, contudo, o concelho de Vila do Porto continua a apresentar níveis de escolaridade inferiores ao concelho de Ponta Delgada, expressos pelo número superior de indivíduos com nenhum nível de escolaridade ou até ao nível básico completo e, complementarmente, pelo número inferior de indivíduos com pelo menos o ensino secundário concluído. Em Santa Maria, a freguesia de Vila do Porto é a mais escolarizada, sendo a de São Pedro a que apresenta menores níveis de escolarização. No concelho de Ponta Delgada, as freguesias mais urbanas em redor da sede de concelho são as mais escolarizadas, chegando a ter quase metade da população com pelo menos o ensino secundário.

Figura 2. População residente de acordo com o nível de escolaridade



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

Não obstante, a evolução positiva verificada persistem muitas fragilidades, destacando-se:

- ✓ Taxas de analfabetismo elevadas, com parte significativa da população sem nenhum nível de ensino ou apenas o 1º ciclo do ensino básico.
- ✓ Aumento da taxa de abandono escolar em Vila do Porto, entre 2001 e 2011, o que pode ser justificado pela necessidade dos jovens contribuírem com força de trabalho para sustentar a família num contexto acentuado de crise, saindo do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória. É necessário apostar fortemente na reconquista destes jovens para voltarem ao sistema de educação e formação, bem como sensibilizar as famílias para o reconhecimento do papel da educação e formação no desempenho em vida ativa.
- ✓ Taxa de transição/conclusão no ensino secundário relativamente estável (com tendência positiva) destacando-se a passagem de 58% para 75,3%, entre 2007/08 e 2012/13, no concelho de Vila do Porto.
- ✓ Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular a aumentar, em particular devido ao número expressivo de retenções e desistências de jovens que se encontram no 3º ciclo do

Ensino Básico (7º, 8º e 9º anos); pelo que torna-se necessário, por um lado, apostar em modalidades com itinerários alternativos que potenciem o investimento dos jovens na escola e, por outro lado, promover as modalidades dirigidas a adultos que queiram adquirir ou ver reconhecidos os seus conhecimentos e competências quer a nível pessoal como profissional.

Quadro 8. Indicadores de Educação (%)

	RAA		Ponta Delgada		Vila do Porto	
	2007/ 2008	2012/ 2013	2007/ 2008	2012/ 2013	2007/ 2008	2012/ 2013
Taxa bruta de pré-escolarização	88,9	92,1	90,5	99,4	86,4	95,2
Taxa bruta de escolarização – Ensino Básico	119,8	112,5	134,3	125,8	123,8	108,8
Taxa bruta de escolarização – Ensino Secundário	89,1	96,0	131,3	131,2	71,5	100,0
Taxa de retenção e desistência no ensino básico - Total	9,3	16,9	8,6	16,9	7,3	14,6
Taxa de retenção e desistência no 1º Ciclo	5,7	11,1	5,5	9,8	5,4	2,7
Taxa de retenção e desistência no 2º Ciclo	8,6	17,0	7,5	16,1	7,7	15,9
Taxa de retenção e desistência no 3º Ciclo	15,3	24,9	14,2	27,0	9,4	27,7
Taxa de transição/conclusão ensino secundário	72,4	74,7	71,9	73,2	58,0	75,3
Taxa de abandono escolar	4,79	2,36	3,43	1,77	1,57	1,83
Taxa de analfabetismo	9,4	4,7	7,6	3,5	10,0	4,0
% População sem nível de escolaridade	18,8	10,5	15,0	9,5	19,6	10,4
% População com o Básico 1º ciclo	33,6	29,1	26,5	21,9	33,4	29,0
% População com o Básico 2º ciclo	17,2	18,1	18,7	18,3	15,1	17,1
% População com o Básico 3º ciclo	15,3	19,1	17,9	20,9	16,5	19,4
% População com o Ensino Secundário	9,3	12,3	13,3	14,1	10,3	14,7
% População com o Ensino Superior	5,2	10,0	7,7	14,1	4,8	8,1

Fonte: SREA- Anuários estatísticos 2008-2013; INE, Recenseamento da População e Habitação; INE - XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Convém, ainda, notar que na RAA existem respostas específicas tendo em vista aumentar os níveis de qualificação da população, em particular:

- ✓ PROFIJ - Programa Formativo de Inserção de Jovens, procurar criar itinerários alternativos diferenciados com forte componente de preparação em contexto de trabalho para a especialização em áreas tecnológicas emergentes ou sustentáveis na Região.
- ✓ Programa Reativar, dirigido à população em idade adulta (ou com mais de 16 anos mas que se encontre em situação de grave exclusão social) que pretende frequentar um curso de educação e formação de adultos num percurso alternativo e com garantia de dupla certificação numa área tecnológica à sua escolha, de acordo com a oferta existente.
- ✓ Rede Valorizar, enquadradora dos Processos RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) para a validação e reconhecimento das competências académicas e profissionais.
- ✓ Ensino Recorrente Por Blocos Capitalizáveis, modalidade especial de educação escolar, destinada especificamente aos indivíduos que já não se encontram na idade normal de frequência dos ensinos básicos e secundário, lecionado pela via presencial ou mediatizada, permite a conclusão da escolaridade básica ou secundária e a aquisição de competências e conhecimentos essenciais para o desenvolvimento pessoal e profissional. Esta modalidade apenas está disponível na Escola Secundária Vitorino Nemésio (Praia da Vitória).

Estabelecimentos de Ensino

Na oferta de estabelecimentos de ensino observa-se uma reorganização da rede de equipamentos escolares públicos, tendo-se verificado entre os anos letivos 2007/2008 e 2012/2013:

- ✓ encerramento de uma escola de 1º ciclo/JI na freguesia de Vila de Capelas (EB1/JI de Teatro Novo) (Ponta Delgada);
- ✓ encerramento da vertente de ensino básico da escola Dr. Calor Pavão de Medeiros, na freguesia de Ginetes (Ponta Delgada);
- ✓ encerramento da vertente Jardim de Infância da escola Dr. Carlos Bettencourt Leça, na freguesia de Ginetes (Ponta Delgada);
- ✓ encerramento da escola EB1/JI Sol Nascente, em Santa Bárbara (Vila do Porto);
- ✓ abertura da Escola Básica Integrada de Santa Maria, em Vila do Porto (Vila do Porto) que agrega o conjunto de escolas existentes no concelho, incluindo a já existente Escola Básica 2,3/S Bento Rodrigues; e
- ✓ abertura de escolas de nível secundário, de cariz profissional e natureza privada, em Ponta Delgada.

A reorganização verificada, em particular o acréscimo de escolas profissionais em Ponta Delgada, visou o acompanhar de uma tendência de crescimento do número de alunos a frequentar o ensino profissionalizante (a Taxa de participação em cursos profissionais no ensino secundário regular foi de 26,9%, em 2008/2009, e de 30,1%, em 2010/2011). Enquanto o decréscimo do número de estabelecimentos para o pré-escolar e 1º ciclo acompanha a tendência de diminuição do número de crianças nessa idade escolar e com a concentração dos alunos em estabelecimentos com maior número de alunos.

Quadro 9. Variação do Nº de Estabelecimentos de Ensino 2007/2008 e 2012/2013

	2007/2008				2012/2013			
	RAA	São Miguel	Ponta Delgada	Santa Maria	RAA	São Miguel	Ponta Delgada	Santa Maria
Pré-Escolar	228	109 (83)	44 (32)	7 (6)	199	99 (72)	45 (31)	6 (5)
1º ciclo	184	88 (83)	34 (31)	6	155	77 (71)	36 (30)	5
2º ciclo	30	13 (13)	5 (5)	1	34	16 (15)	6 (5)	1
3º ciclo	30	14 (14)	6 (6)	1	41	20 (17)	8 (7)	1
Secundário	20	8(8)	3 (3)	1	40	21 (9)	11 (4)	1

Legenda: O número de estabelecimentos de ensino público é indicado entre parêntesis.

Fonte: SREA- Anuários estatísticos 2008-2013

Formação técnica, profissional e tecnológica

A formação técnica, profissional e tecnológica é assegurada por um conjunto de entidades públicas e privadas que proporcionam alguma heterogeneidade de formações em diversas modalidades, conforme informação no quadro seguinte.

Quadro 10. Oferta Formativa ano letivo 2012 / 2013

	Estabelecimento de Ensino e Formação profissional	Cursos lecionados no ano letivo 2012 / 2013
Ponta Delgada	Escola de Novas Tecnologias dos Açores	Técnico de Eletrónica e Telecomunicações; Técnico de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar; Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos.
	APRODAZ – Associação para a Promoção do Desenvolvimento dos Açores	Técnico de Desenho de Construções Mecânicas; Técnico de Proteção Civil.
	Escola de Formação Turística e Hoteleira	Técnico de Restauração - Restaurante/Bar; Técnico de Restauração - Cozinha/Pastelaria.
	INETESE	Técnico de Biblioteca, Arquivo e Documentação - Polo de Angra do Heroísmo; Técnico de Transportes - Polo de Ponta Delgada.
	Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia	Técnico de Produção Agrária - Produção Vegetal.
	Escola Profissional da Câmara do Comércio e Indústria	Técnico de Contabilidade.
	Escola Profissional do Sindicato de Escritórios e de Comércio da região	Técnico de Eletrónica, Áudio, Vídeo e TV; Técnico de Recursos Florestais e Ambientais; Técnico Auxiliar de Saúde; Técnico de Gestão.
Santa Maria	Escola Básica e Secundária de Santa Maria	Curso Tecnológico de Administração; Curso Tecnológico de Informática; Curso Tecnológico de Ordenamento do Território e Ambiente; Operador de Informática; Técnico Instalador de Sistemas Solares Térmicos.

Relativamente à oferta formativa existente, denotam-se lacunas, sobretudo nas áreas da agricultura, aquacultura, turismo (em particular, animação turística) e serviços sociais de apoio a jovens e idosos. Estas áreas de educação e formação constituem áreas importantes que necessitam de maior exploração /aprofundamento com vista a apoiar o crescimento sustentável do Território de Intervenção, assim como o desenvolvimento de fatores de competitividade associados ao crescimento do turismo.

Os Cursos Técnicos Superiores Profissionais também estão presentes no Território de Intervenção, estando previsto no ano letivo 2015/2016, na Universidade dos Açores (sito Pólo de Ponta Delgada), a leção do curso de Desenvolvimento de Aplicações Web (aguarda registo na DGES).

Ensino Superior

No Ensino Superior o Território de Intervenção beneficia do facto de integrar a capital administrativa da Região, estando localizado em Ponta Delgada a Reitoria, e o principal pólo da Universidade dos Açores, o qual contempla uma oferta diversificada, nas vertentes universitária e politécnica, com cursos nas áreas das humanidades, das ciências sociais, das artes, das ciências médicas e da saúde, das ciências naturais e do ambiente, das ciências exatas e das tecnologias.

Quadro 11. Oferta da Universidade dos Açores para o ano letivo de 2015/2016

	Designação
Licenciaturas com Mestrados Integrados	Arquitetura (Preparatórios) Ciclo Básico de Medicina Ciências de Engenharia - Engenharia Eletrotécnica e de Computadores (Preparatórios) Ciências de Engenharia - Engenharia Civil (Preparatórios) Ciências de Engenharia - Engenharia Mecânica (Preparatórios)
Licenciaturas	Biologia (novo) Ciências do Mar (novo) Economia Educação Básica Enfermagem (Ponta Delgada) Estudos Euro-Atlânticos Estudos Portugueses e Ingleses Filosofia e Cultura Portuguesa (regime pós-laboral) Gestão História Informática - Redes e Multimédia Proteção Civil e Gestão de Riscos Psicologia Relações Públicas e Comunicação Serviço Social Sociologia Turismo
Pós graduações	Análise de Dados e Gestão de Informação Filosofia para Crianças Turismo Cultural
Mestrados (2º Ciclo)	Biodiversidade e Biotecnologia Ciências Biomédicas Ciências Económicas e Empresariais Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico Filosofia Contemporânea - Valores e Sociedade Gestão de Empresas (MBA) Ordenamento do Espaço Marítimo (Erasmus Mundus) Património, Museologia e Desenvolvimento Relações Internacionais / Relações Internacionais: o Espaço Euro-Atlântico Sociologia Tradução e Assessoria Linguística Vulcanologia e Riscos Geológicos
Doutoramentos (3º Ciclo)	Biologia Ciências do Mar Ciências Económicas e Empresariais Geologia

A3. Dinâmicas de Emprego

Neste ponto está contida uma análise sintética do quadro global das dinâmicas de emprego no TI, incidindo sobretudo nas taxas de desemprego e atividade e no retrato setorial do emprego.

Taxas de Desemprego e de Atividade

No território de intervenção da ARDE assinala-se um aumento da taxa de atividade no último período intra-censitário, sobretudo devido ao aumento da taxa de atividade feminina, reflexo da maior participação das mulheres no mercado de trabalho. Simultaneamente, registou-se um aumento do número de desempregados, mais evidente no concelho de Ponta Delgada dado que é uma área urbana mais dependente da vitalidade do mercado de trabalho que sofreu um grande revés com a crise financeira e conseguinte encerramento de empresas ligadas ao setor secundário e terciário, enquanto a ilha de Santa Maria é mais dependente da agricultura tendo este setor sido menos afetado pela crise.

Quadro 12. Taxas de Emprego (ICC5) Desemprego (ICC7) e de Atividade (2011)

Concelho/ Freguesia	Taxa de Emprego		Taxa de Desemprego		Taxa de Atividade	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
RRA	49,8	41,4	6,7	11,1	41,9	46,6
Ponta Delgada	53,2	42,7	6,7	12,0	44,4	48,5
Vila do Porto	49,0	41,2	8,4	8,7	42,4	45,2

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação.

Apesar dos dados mais recentes sobre o desemprego na RRA, não disponibilizarem informação desagregada por concelho, a informação recolhida permite constatar a existência de elevados dos níveis de desemprego no Território de Intervenção, à semelhança do que se passa na Região como um todo.

Composição setorial do emprego

A composição setorial do emprego evidencia uma dinâmica centrada no setor terciário. Uma análise mais aprofundada dos dados censitários (2001 e 2011) permite tecer um conjunto de considerações quanto à distribuição setorial do emprego no Território de Intervenção da ARDE:

- Os sectores primário e secundário têm vindo a registar uma diminuição da sua força em termos de emprego, em particular nas pescas/ agricultura e construção, com ganhos no sector terciário (em particular nas atividades de alojamento, restauração e similares, bem como na saúde e ação social); tendência especialmente evidente no concelho de Ponta Delgada, onde o espaço citadino promove o aparecimento de mais oportunidades de emprego no setor terciário. De referir, que no concelho de Vila do Porto este decréscimo foi pouco acentuado, o que reflete a importância das atividades primárias nesta zona.
- O sector primário mantém ainda uma forte importância na estrutura do emprego, considerando que parte substancial da mão-de-obra utilizada nas atividades agrícolas não é contabilizada (peso dos familiares que, embora se ocupem da exploração agrícola, não recebem remuneração).
- O sector secundário tem registado uma quebra nos seus ativos, principalmente na atividade de construção, sendo esta mais notada no concelho de Ponta Delgada, a zona mais urbana do Território de Intervenção. Em 2011, este sector representava cerca de 16% da estrutura do

emprego em ambos os concelhos, tendo a construção ainda assim um peso mais significativo do que a indústria transformadora alimentar no número de ativos.

- O peso do sector terciário na estrutura de emprego aumentou, principalmente no concelho de Ponta Delgada, onde a diferença numa década acresce aos 10pp., situando-se nos 78,8%. Em Vila do Porto o acréscimo fica-se pela metade do aumento registado em Ponta Delgada, estando o peso dos ativos a trabalhar no sector a rondar os 75,8%. As principais áreas de atividade com tendência crescente são: o comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos automóveis e motociclos (Vila do Porto); o alojamento, restauração e similares; a saúde humana e o apoio social (em todo o TI, com prevalência mínima em Vila do Porto). O sector dos transportes, armazenagem e comunicação merece especial destaque por ter registado uma redução mais acentuada dos seus ativos em Vila do Porto, tendência contrária à registada no concelho de Ponta Delgada. Contudo, em face do incremento das operações de transporte aéreo em ambos os concelhos (presença das companhias *lowcost* *consequente aumento exponencial do número de visitantes*), prevê-se um aumento do número de ativos nestas atividades.

Quadro 13. Estrutura sectorial do emprego (ICC 11)

Concelho	Primário			Secundário			Terciário			Total		
	2001	2011	Var. (%)	2001	2011	Var. (%)	2001	2011	Var. (%)	2001	2011	Var. (%)
RAA	11.215	8.731	-22,1	24.172	20.955	-13,3	59.341	72.441	22,1	94.728	102.127	7,8
ARDE	2.148	1.583	-26,3	6.344	5.195	-18,1	20.990	24.903	18,6	29.482	31.681	7,5
Ponta Delgada	1.947	1.401	-28,0	5.937	4.824	-18,7	19.428	23.167	19,2	27.312	29.392	7,6
Vila do Porto	201	182	-9,5	407	371	-8,8	1.562	1.736	11,1	2.170	2.289	5,5

Nota: sector primário - atividades ligadas à Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Pesca e Indústria extrativa; sector secundário - atividades ligadas à Indústria transformadora, Energia, tratamento água e saneamento, Construção; Sector terciário - Serviços (alojamento, saúde, educação, etc.). Entre 2001 e 2011 existiu uma alteração na Classificação das Atividades Económicas, pelo que se fez uma aproximação/ajustamento.

Fonte: INE, Censos – séries estatísticas 2001- 2011.

B. POTENCIAL ECONÓMICO

B1. Principais Indicadores Macroeconómicos

Este Ponto sintetiza a dinâmica económica do Território, a partir do conjunto de indicadores macroeconómicos e caracterizando a composição sectorial da estrutura económica do concelho de Ponta Delgada e Ilha de Santa Maria, destacando as principais dinâmicas de fragilidade e de potencialidades, que devem inspirar componentes da EDL da ARDE, quer no que respeita à estrutura de atividades primárias, secundárias e terciárias, como na caracterização da importante dinâmica que o turismo assume neste contexto de intervenção.

Estrutura empresarial

O Território de intervenção evidencia, no período entre 2007 e 2012, uma dinâmica socioeconómica recessiva assente no aumento das nano e micro empresas (redução transversal do número de pessoas ao serviço em cada empresa) e na diminuição do volume de negócios por empresa, registo particularmente evidente em Vila do Porto. Não obstante, existe demonstração de um certo dinamismo empreendedor visível pelo aparecimento de novas empresas e aumento da densidade de empresas por km² em todo o TI, com especial incidência em Vila do Porto onde se verificou um aumento praticamente a duplicar o registado na RAA.

Quadro 14. Indicadores de empresas, 2007 e 2012

	RAA			Ponta Delgada			Vila do Porto		
	2007	2012	Var. (%)	2007	2012	Var. (%)	2007	2012	Var. (%)
Densidade de empresas (N.º/km ²)	8,4	10,6	26,2	25,7	28,7	11,7	4,3	6,3	46,5
Empresas individuais (%)	80,11	82,29	2,7	73,5	75,01	2,1	79,18	80,29	1,4
Empresas com menos de 250 pessoas ao serviço (%)	99,9	99,9	0	99,8	99,9	0,1	100	100	0,0
Empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (%)	95,2	96,8	1,7	93,8	95,3	1,6	95,9	97,2	1,4
Pessoal ao serviço por empresa (Nº)	3,3	2,6	-21,2	4,4	3,7	-15,9	2,2	1,8	-18,2
Volume de negócios por empresa (mil €)	251,1	193,3	-23	397,8	367,7	-7,6	104,3	66,6	-36,1

Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas, retirado dos Anuários Estatísticos da RAA 2008 e 2012.

Estrutura Económica e dinâmicas do Valor Acrescentado Bruto

De modo global, o sector terciário detém considerável peso na estrutura económica do TI, representando (em 2012) mais de 62% e 66% do (VAB) no concelho de Ponta Delgada e Vila do Porto, respetivamente. Essa prevalência foi acentuada no período entre 2007 e 2012 na RAA e em Santa Maria. Contudo, no concelho de Ponta Delgada registou-se uma quebra do peso deste sector no VAB, ainda que pouco expressiva e justificada pela diminuição das atividades seguintes [por ordem de importância]: imobiliárias; agências de viagem, operadores turísticos e outros serviços de reservas; alojamento, restauração e similares; comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem.

Quadro 15. VAB, no período 2007-2012 (ICC10)

VAB	RAA			Ponta Delgada			Santa Maria		
	2007	2012	Variação	2007	2012	Variação	2007	2012	Variação
Total	1.233.985.062	1.039.670.540	-15,75%	600.762.783	508.803.519	-15,31%	10.857.601	10.046.022	-7,47%
Sector primário	5,98%	7,55%	26,24%	3,41%	4,21%	23,55%	4,35%	9,97%	129,19%
Sector secundário	36,95%	32,74%	-11,41%	19,05%	32,61%	71,11%	33,47%	23,71%	-29,16%
Sector Terciário	57,07%	59,72%	4,64%	63,48%	62,29%	-1,88%	60,78%	66,22%	8,96%

Fonte: INE, *Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)*. Cálculos próprios.

Relativamente a Ponta Delgada e no que respeita ao sector terciário, as atividades de saúde humana registaram uma trajetória contrária às restantes atividades, dado o incremento de cerca de 61% no período considerado, o que pode ser explicado pela reestruturação efetuada no sector da saúde na região nos últimos anos com o aumento da capacidade de resposta do sistema, incluindo o aumento do número de profissionais ligados à saúde (médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica).

Como registado no quadro anterior, o VAB total decresceu consideravelmente no período em análise. Efetivamente, o território de intervenção apresenta valores contrastados que importa destacar:

- O sector primário ganha importância na economia regional, principalmente na ilha Santa Maria que vê o peso das atividades ligadas à pesca e aquicultura aumentar mais do que o dobro (180%), derivado da existência de entreposto frigorífico nesta ilha. Em Ponta Delgada, o incremento no VAB registado neste sector deve-se ao aumento das atividades relacionadas com a agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados (contrariando o decréscimo acentuado do VAB relativo às atividades relacionadas com a pesca e aquicultura presumivelmente devido à redução das capturas das espécies piscícolas com maior valor económico), sendo as bacias dos Arrifes e da Covoada das zonas mais importantes da ilha de S. Miguel e dos Açores no que toca à produção de leite.
- O VAB relativo ao sector secundário regista um aumento expressivo em Ponta Delgada no período analisado, atingindo, em 2012, um peso na economia regional aproximado ao que se regista na RAA. Contudo, este aumento é enganador pois expressa a ausência de dados (dados confidenciais) nos sectores da *eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio e captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição*, para o ano de 2007. No caso das atividades em que existem dados para os dois anos considerados no período, verifica-se uma diminuição muito forte do VAB na indústria do couro e dos produtos do couro, da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário, bem como na fabricação de obras de cestaria e de espartaria, e ainda, na reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos e engenharia civil. Em Santa Maria, esta tendência de diminuição da representatividade do sector secundário deve-se ao decréscimo do VAB nas indústrias alimentares, da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário, bem como na fabricação de obras de cestaria e de espartaria.

O território de intervenção tem tido um desempenho favorável em termos de Produto Interno Bruto (PIB), que cresceu até 2009, e manteve relativamente constante o seu contributo para o PIB regional. São Miguel constitui-se a ilha que mais contribui para o PIB da RAA, representando mais de metade do montante regional. Assume-se que Ponta Delgada, concentrando em grosso modo as atividades económicas da ilha, tem o mesmo perfil de produção.

Quadro 16. PIB por Ilha

	2006		2009		Var. (%)
	Euros (1.000)	% Região	Euros (1.000)	% Região	
RAA	3.390.280	100,0	3.650.408	100,0	7,67
São Miguel	1.919.779	56,6	2.110.569	57,8	9,94
Santa Maria	93.597	2,8	98.246	2,7	4,97

Fonte: SREA.

No que se refere ao PIB per capita os dados evidenciam uma evolução positiva em ambos os concelhos com valores superiores ao da RAA.

Quadro 17. PIB per capita por Ilha (ICC 8)

	2006		Pib per capita	2009		Pib per capita
	Euros (1.000)	pop.residente		Euros (1.000)	pop.residente	
RAA	3.390.280	243.018	13.950,7 €	3.650.408	245.374	14.876,9 €
São Miguel	1.919.779	132.671	14.470,2 €	2.110.569	134.286	15.717,0 €
Santa Maria	93.597	5.549	16.867,4 €	98.246	5.569	17.641,6 €

Fonte: SREA; e INE, Estimativas Anuais da População Residente. Cálculos próprios.

Dinâmicas de Importação e Exportação

As características singulares associadas à insularidade da RAA justificam uma boa parte das dinâmicas da balança comercial registadas em 2014. De facto, estas apresentam-se negativas em todo o território de intervenção, apresentando Ponta Delgada um valor de exportações de menos de metade das importações, sendo o saldo particularmente negativo quanto se trata de produtos minerais, produtos das indústrias alimentares, bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, tabaco e seus sucedâneos manufaturados e produtos do reino vegetal.

Santa Maria não exporta qualquer produto e importa principalmente máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes, aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios.

Quadro 18.Comércio Internacional de Mercadorias (2014)

	Exportações (€) de bens			Importações (€) de bens		
	RAA	Ponta Delgada	Vila do Porto	RAA	Ponta Delgada	Vila do Porto
Total	101.961.652	26.735.503	0	132.126.983	54.466.270	3.023
Animais vivos e produtos do reino animal	45.546.477	9.837.353	0	24.262.818	1.026.870	0
Produtos do reino vegetal	124.429	89.417	0	21.338.589	5.136.778	0
Gorduras e óleos animais ou vegetais; prod. da sua dissociação; gorduras alimentícias elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	19.863	10.988	0	1.197.538	338.884	0
Prod. Ind. alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e sucedâneos manufaturados	23.139.705	925.768	0	35.831.293	10.852.941	0
Produtos minerais	9.867.137	9.867.096	0	28.305.447	28.102.972	0
Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	128.297	117.533	0	3.119.623	770.020	0
Plástico e suas obras; borracha e suas obras	84.471	34.156	0	3.509.165	1.070.918	0
Peles, couros, peles com pelo e obras; artigos de correeiro ou de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefactos semelhantes; obras de tripa	122	0	0	61.649	54.496	0
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	132.172	127.374	0	618.240	4.603	0
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras	65.736	39.080	0	664.490	360.232	0
Matérias têxteis e suas obras	72.917	71.504	0	1.643.500	781.204	0
Calçado, chapéus e artefactos semelhante, guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes e partes; penas e suas obras; flores artificiais; obras de cabelo	518	83	0	124.100	74.895	0
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	21.138	14.672	0	177.046	42.809	0
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras; bijutaria; moedas	0	0	0	5.435	4.278	0
Máquinas e aparelhos, material elétrico; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	19.415.543	2.724.853	0	7.327.274	2.771.919	2.522
Material de transporte	2.056.995	1.661.209	0	2.084.013	2.066.173	0
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controlo ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; aparelhos de relojoaria; instrumentos musicais; suas partes e acessórios	582.386	576.898	0	279.968	250.936	0
Armas e munições; suas partes e acessórios	0	0	0	6.733	0	0
Mercadorias e produtos diversos	48.405	13.814	0	719.006	477.351	501
Objetos de arte, de coleção e antiguidades	356.169	352.878	0	857	0	0

Nota. O crescimento das exportações na Ilha Terceira deve-se, sobretudo, ao tipo de bens ligados a máquinas e aparelhos, material elétrico; aparelhos de gravação ou de reprodução de som ou de imagens e acessórios.

Fonte: SREA - Estatísticas Internacionais de bens 2014.

B2. Dinâmicas Sectoriais

Sector Primário

As atividades primárias constituem uma atividade económica com muita relevância e visibilidade no Território de Intervenção tendo, todavia, características bastante diferentes. Desde logo, no seu perfil produtivo: a especialização na produção de leite na ilha de São Miguel que não é partilhada pela ilha de Santa Maria. Com efeito, e ao contrário da generalidade das outras ilhas, a cadeia produtiva de bovinicultura (incluindo a produção de laticínios) nunca chegou a dominar a economia local da ilha de Santa Maria. Ainda assim, o sector agrícola constitui uma das bases da economia rural do concelho, onde a Superfície Agrícola Útil (SAU) ocupa 47,6% do território.

A ilha de São Miguel apresenta uma densidade de floresta de produção bastante superior às restantes ilhas sendo a única ilha onde se pode falar de uma relativa organização de fileira, no caso da produção de criptoméria. Na ilha de Santa Maria, a produção florestal não tem qualquer expressão.

Em termos da estrutura fundiária, à semelhança do que se passou um pouco por todo a região, no período entre 1999 e 2009, verificou-se uma diminuição acentuada do número de explorações agrícolas, sendo que a diminuição foi mais acentuada na ilha de Santa Maria (-40%). Todavia, este efeito não se fez notar na SAU, o que resultou no aumento da área média das explorações sobretudo na Ilha de Santa Maria (de 7,3 para 12,2 ha, um aumento de 67,1%, e bastante acima da média da RAA). A área média no Concelho de Ponta Delgada, apesar de ter sofrido um aumento, continua abaixo da média regional (de 5,3 para 6,7ha).

Quadro 19. Evolução do número de explorações e da SAU na RAA, entre 1999 e 2009

	N.º Explorações			SAU (ha)		
	1999	2009	Variação 1999-2009	1999	2009	Variação 1999-2010
Santa Maria	579	347	-40%	4.222	4.228	0%
São Miguel (Ponta Delgada)	2.833	2.096	-26%	14.981	14.109	-6%
Açores	19.280	13.541	-30%	121.304	120.412	-2%

Fonte: INE, RGA 1999 e RA 2009.

Como se pode constatar, a estrutura fundiária pode ser caracterizada pela reduzida dimensão da propriedade, a que acresce a problemática da dispersão das parcelas que constituem as explorações agrícolas. Este cenário dificulta o investimento em infraestruturas (p.e. salas de ordenha) e em processos de reestruturação produtiva como a reconversão ou a integração de outras atividades (agrícolas e não agrícolas) nas unidades produtivas.

Em termos de **investimento**, o sector do leite continua a ser o sector mais dinâmico do Concelho de Ponta Delgada. Note-se que grande parte dos investimentos ocorridos no âmbito da *Medida 1.5. Modernização das explorações agrícolas* do PRORURAL pertenceram a explorações com vocação leiteira (cerca de 75%). Quanto ao investimento por via do PRORURAL no Território de Intervenção, observa-se uma dinâmica aquém das expectativas no Concelho de Ponta Delgada e uma dinâmica muito fraca por parte de Santa Maria.

De acordo com o Relatório de Execução do PRORURAL – 2014 (Autoridade de Gestão, Maio de 2015), no Concelho de Ponta Delgada foram aprovados 142 projetos de investimento (44,1% do número total da ilha, mas apenas 14% da Região) que rondaram um investimento elegível de 12.159.126€ (50% da ilha e 16% do total da RAA). Na ilha de Santa Maria o investimento nas explorações agrícolas foi residual, havendo apenas 11 projetos aprovados com um investimento elegível de 484.682€.

ficando atrás apenas as ilhas das Flores e do Corvo.

No que toca ao sector florestal, no âmbito da *Medida 1.6. Melhoria do Valor Económico das Florestas*, a ilha de São Miguel¹ absorveu 91% do investimento elegível de toda a Região (5.847.390€, em 108 projetos aprovados, de um total de 133). A ilha de Santa Maria não teve qualquer projeto neste sector.

Em termos de **perfil de produtores**, observa-se que se trata de explorações de cariz familiar, onde a mão-de-obra familiar assume um papel preponderante. Os produtores agrícolas e a mão-de-obra familiar são caracterizados por baixos níveis de instrução e formação profissional, sendo a atividade exercida, sobretudo, com conhecimentos adquiridos exclusivamente da prática. Para este facto contribui a fraca expressividade de serviços de apoio e de aconselhamento técnico às explorações em termos de gestão técnica e financeira, das unidades produtivas.

A atividade agrícola é, muitas vezes, exercida a tempo parcial, com o rendimento principal da família a ter origem em outros sectores de atividade, sobretudo, do sector terciário.

Relativamente à estrutura etária, embora sendo uma das mais jovens do país, tem tido uma tendência de envelhecimento. Neste contexto, refira-se que na ilha de São Miguel² instalaram-se apenas 44 jovens agricultores com o apoio do PRORURAL no período de programação 2007-2014, representando 21,7% do total de jovens que se instalaram na RAA. Um número bastante abaixo das expectativas iniciais.

A especificidade dos produtos regionais contribui para a existência de produtos certificados, três no território de intervenção e dois transversais à região:

- ⇒ *Ananás dos Açores (Denominação de Origem Protegida – DOP)*
- ⇒ *Maracujá de São Miguel (DOP)*
- ⇒ *Meloa de Santa Maria (Indicação Geográfica – IG)*
- ⇒ *Carne dos Açores (Indicação Geográfica Protegida – IGP)*
- ⇒ *Mel dos Açores (DOP)*

Os três produtos certificados no território de intervenção têm tido problemas no desenvolvimento das suas produções, nomeadamente, por falta de valorização dos produtos por parte do mercado e por falta de canais de comercialização que remunerem os custos de produção e de transporte (sobretudo no caso do ananás). O maracujá tem uma expressão residual.

Neste âmbito, destaca-se também a criação da Marca Açores, que pode vir a ter um contributo importante para reforçar a afirmação e a valorização dos produtos açorianos, e da carne em particular, associada a uma imagem de qualidade e de excelência da produção regional.

Em termos de constrangimentos ao sector agrícola é de destacar o desmantelamento do sistema de quotas leiteiras. O Diagnóstico do PRORURAL⁺, com base num estudo efetuado sobre esta matéria, refere que, *“apesar da dificuldade na estimação do impacto do fim das quotas leiteiras, reconhece uma perda global no rendimento dos produtores de leite, no curto prazo, e uma necessidade de reestruturação do sector em torno dos produtores mais eficientes”* (pág. 35).

¹ No Relatório de Execução, estes dados não se encontram com uma maior desagregação territorial.

² No Relatório de Execução, estes dados não se encontram com uma maior desagregação territorial.

Outros constrangimentos importantes têm surgido

- (i) ao nível da valorização do leite e laticínios, onde a agroindústria tem liderado o processo, persistindo a transformação de grande qualidade de leite em produtos *commodity* (leite em pó, leite UHT, ...); crescem as dificuldades em termos de sustentabilidade económica das unidades de transformação, tornando-se incapazes de remunerar convenientemente os produtores;
- (ii) ao nível da valorização e comercialização das hortícolas e frutícolas, onde os agrupamentos/cooperativas de produtores não têm conseguido 'dar o salto' no sentido de um melhor posicionamento destes produtos no mercado, nomeadamente, através do ajustamento da oferta à procura; acresce a dificuldade dos agrupamentos/cooperativas em ultrapassar os constrangimentos económicos ligados ao circuito produção-comercialização e agravados pela construção de infraestruturas sobredimensionadas;
- (iii) ao nível da sustentabilidade das explorações agrícolas, que continuam a ser caracterizadas pela seu baixo nível de produção e de produtividade, e onde persiste a grande dependência das ajudas comunitárias.

Adicionalmente, observa-se uma reduzida capacidade de gestão empresarial, fraca mobilização de fatores dinâmicos de competitividade e escassez e falta de capacidade de iniciativa e de inovação, o que resulta parcialmente do perfil de titulares de explorações fortemente marcado pelas baixas qualificações e envelhecimento e do perfil de dirigentes associativos ainda muito circunscritos a uma política e estratégia agrícola enquadrada pelos subsídios. Salienta-se, ainda, que, de uma forma geral, existe um espírito muito individualista, onde o nível de associativismo e de cooperação empresarial é reduzido, e as organizações representativas dos diversos sectores caracterizadas pela fraca massa crítica e orientação estratégica, essencial para a promoção da competitividade das empresas e da comercialização dos produtos.

Sector Secundário

Relativamente ao sector secundário, as empresas na área da construção mantêm a sua forte presença no mercado, embora tenham sofrido um grande revés com a crise financeira que também produziu efeitos negativos, em menor dimensão, na indústria transformadora. Neste perfil de atividade transformadora, as empresas que lideram o mercado estão ligadas à indústria alimentar (destaque para a Fábrica de Conservas Corretora para o processamento de tunídeos), à fabricação de produtos metálicos e à indústria da madeira, cortiça e suas obras.

De uma forma geral, o tecido industrial do Território de intervenção assenta assim, numa fraca diversificação e numa estrutura atomizada de baixa dimensão, observando-se no entanto um esforço de qualificação e modernização e reforço da sua capacidade competitiva. Quanto à indústria agroalimentar, e no que respeita ao investimento no âmbito da Medida 1.7. Aumento do Valor dos *Produtos Agrícolas e Florestais do PRORURAL*, a ilha de São Miguel³ absorveu grande parte do investimento elegível: 52.107.655€ do total de 80.773.467€, tendo sido aprovados 8 projetos no anterior período de programação (4 respeitam ao sector leite e laticínios – onde se destaca o projeto da UNILEITE em termos de dimensão económica; 2 respeitam ao sector da carne 1 respeita ao sector Frutas, flores e produtos hortícolas; e 1 não tem fileira indicada). A ilha de Santa Maria contou apenas com um projeto no sector da horticultura com um investimento elegível de cerca de 1.830.000€. Estes dados foram extraídos do Relatório de Execução do PRORURAL – 2014 (Autoridade de Gestão, Maio de 2015).

De referir que dois dos projetos de cooperativas hortícolas e hortofrutícolas apoiados por esta Medida do PRORURAL no Concelho de Ponta Delgada e em Santa Maria, e que comercializam produtos icónicos da RAA (Ananás dos Açores e Meloa de Santa Maria, respetivamente), enfrentam graves problemas financeiros, sendo necessário, num futuro próximo, encontrar uma estratégia que aproxime os produtores a estas cooperativas e que valorize os produtos e os comercialize para mercados que percebam essa valorização.

No território de intervenção da ARDE situa-se, desde 2002, o Parque eólico do Figueiral (Santa Maria II, pertence ao Grupo EDA – Eletricidade dos Açores) que veio substituir o anterior parque eólico instalado no mesmo local em 1988 (o primeiro aproveitamento eólico do arquipélago dos Açores), aumentando a potência instalada dos 9 aerogeradores de 0,27 MW para 0,9 MW.

Para além deste parque eólico, existe uma central térmica convencional (pertence ao Grupo EDA – Eletricidade dos Açores), situada no aeroporto de Santa Maria, equipada com seis grupos turboalternadores que funcionam a gásóleo e produzem, atualmente, 5,68 MW.

³ No Relatório de Execução, estes dados não se encontram com uma maior desagregação territorial.

Sector terciário: Comércio e Serviços

A estrutura empresarial do sector do comércio e serviços apresenta progressões contrastadas no território de intervenção. Se em Ponta Delgada registou-se um aumento do número de empresas entre 2007 e 2012, em Vila do Porto houve um decréscimo do total de empresas enquadradas neste setor.

Em ambos os concelhos, o comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos automóveis e motociclos são os serviços dominantes, tendo em Ponta Delgada se registado um aumento de 112 empresas e em Santa Maria a diminuição de uma empresa do total para o período. Paralelamente, o número de empresas a prestar serviços de transportes e armazenagem tem crescido de forma consistente em todo o Território de Intervenção. De referir, ainda o aumento da importância das atividades de serviços de apoio social.

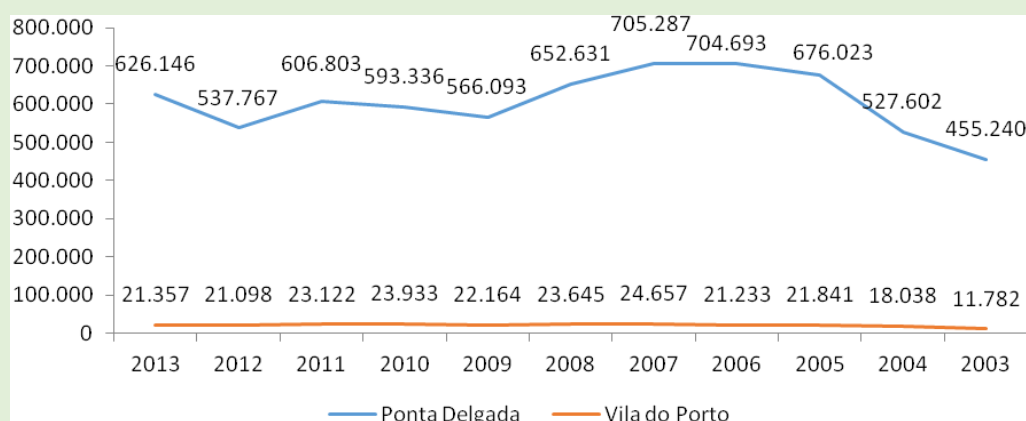
Contudo, as empresas deste sector apresentam uma estrutura pouco diferenciadas das demais, caracterizando-se por terem na sua maioria menos de 10 trabalhadores e com necessidades prementes de qualificação profissional nas áreas de especialização do território, como seja o turismo.

De forma a revitalizar o comércio local o Governo Regional implementou o Programa de Apoio à Revitalização das Lojas nos Centros Urbanos – Loja+, o qual pretende apoiar a requalificação e revitalização do comércio dos centros urbanos, tendo em vista a ocupação de espaços devolutos, mediante um apoio ao arrendamento e/ou à requalificação do espaço comercial.

Turismo

Entre 2007 e 2013, o turismo, embora sendo um sector de forte aposta na RAA e no Território de Intervenção, apresenta uma dinâmica recessiva, no que às dormidas e taxa líquida de ocupação de cama diz respeito. Efetivamente, destaca-se a forte diminuição do número de dormidas (sem distinção do tipo de estabelecimento hoteleiro) em Ponta Delgada (-11,2%) e Vila do Porto (-13,4%), sendo esta diminuição muito superior à verificada na RAA (-6,8%).

Figura 3. Evolução do número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros



Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.

A diminuição do número de dormidas é acompanhada de uma diminuição em cerca de -10% da estada média nos estabelecimentos hoteleiros do concelho de Ponta Delgada, para se situar nas 3,6 noites, valor superior à média da região (3,2 noites). Já em Santa Maria, assiste-se a uma dinâmica contrária, com tendência de crescimento da estadia dos hóspedes (+18,5%) para valores a rondar as 3,2 noites.

No que se refere à taxa líquida de ocupação cama, constata-se um aproveitamento turístico abaixo das potencialidades dado que, no período 2007-2014, ambos os concelhos apresentam uma diminuição da ocupação de cama (de 49,8% para 46%, em Ponta Delgada, e de 19,3% para 17,8%, em Vila do Porto), acompanhando a tendência da RAA (39,8% para 34,5%).

Esta regressão da ocupação efetiva das camas no território de intervenção é semelhante nos dois concelhos (cerca de -8%), embora se verifique que existe menor ocupação dos alojamentos em Santa Maria, onde as camas ocupadas não atingem os 20% das camas disponíveis, sendo que para tal contribuiu também o aumento da oferta de alojamento de 356 para 373 unidades hoteleiras (tipologia hotel). Em Ponta Delgada, a oferta de alojamento, entre 2007 e 2013, regrediu de 3994 para 3938 unidades (de estabelecimentos tipo pensão, aldeamentos turísticos e hotéis-apartamentos).

Paralelamente à dinâmica recessiva do turismo, constata-se que este sector está associado a fenómenos de sazonalidade muito concentrados nos meses de verão, embora o clima no Território de Intervenção seja, em geral, muito ameno, o que permitiria manter as visitas turísticas todo o ano. Contudo, a maior proporção de dormidas centra-se nos meses entre abril e outubro, sendo o pico nos meses de verão tradicionais, ou seja julho e agosto (fonte: <http://estatistica.azores.gov.pt>). Os estabelecimentos hoteleiros são sobretudo ocupados por estrangeiros provenientes da Alemanha, EUA, Holanda e Países nórdicos.

Pese embora esta dinâmica mais negativa no período entre 2007 e 2013, a atividade do turismo tem vindo a assumir cada vez maior importância na economia da RAA. Os dados mensais (fonte: SREA) referentes ao Território de Intervenção para os primeiros cinco meses de 2015 apontam para um aumento no número de dormidas a rondar os 36%, em Ponta Delgada, e 14%, em Vila do Porto, relativamente ao período homólogo. Este aumento poderá justificar-se pela abertura de rotas para a ilha pelas companhias *lowcost* (Ryanair e Easyjet), alterando a situação de dependência dos voos praticados por TAP e SATA em termos de custo (redução das tarifas), de frequência (aumento do número de voos) e de lugares (aumento da capacidade de oferta).

No âmbito do Turismo em Espaço Rural (TER), entre o período de 2007 e 2014, observa-se um aumento substancial da oferta nas ilhas de São Miguel e Santa Maria. Em Santa Maria, a ocupação dos estabelecimentos diminuiu, quer em termos de hóspedes, dormidas, número de noites da estada média. Em São Miguel a tendência é inversa, contudo não existem dados para o concelho de Ponta Delgada.

Quadro 20. Oferta de Turismo em Espaço Rural

	São Miguel		Santa Maria	
	2007	2014	2007	2014
N.º de estabelecimentos em atividade	26	37	3	5
Capacidade alojamento total	202	262	17	21
Hóspedes	636	2330	69	57
Dormidas	2759	12162	355	207
Estada média	4,3	5,2	5,1	3,6
Taxa de ocupação	16,4	18,9	8,1	4,1

Fonte: SREA – Estatísticas do Turismo, 2007 e 2014.

No Território de Intervenção é possível explorar um conjunto de atividades enquadradas nas diferentes vertentes do turismo, aproveitando as características do terreno, a beleza da natureza, os elementos arquitetónicos e a oferta cultural. A diversidade de oferta de atividades passíveis de ser praticadas durante toda a extensão do ano suscita o interesse a um leque muito variado de

segmentos turísticos e de diversas nacionalidades, factor chave para contrariar o fenómeno da sazonalidade.

A dinamização das atividades turísticas é assegurada:

- Vila do Porto, por 4 empresas que prestam serviços de animação turística terrestre e 10 empresas que desenvolvem atividades náuticas.
- Ponta Delgada, por 25 empresas sediadas a desenvolver atividades náuticas, 4 que promovem a observação de cetáceos e 41 a explorar as atividades terrestres.

O Território de Intervenção detém um conjunto de recursos com enorme potencial para a sua valorização e aproveitamento numa perspetiva económica, nomeadamente através do desenvolvimento do sector do turismo e do lazer em diferentes vertentes, conforme se exemplifica no quadro seguinte.

Quadro 21. Potencial de desenvolvimento de diferentes vertentes turísticas

Vertente Turística	Potencial do território
Turismo de negócios	As boas condições dos hotéis, aliadas à serenidade e beleza da região são elementos importantes para atrair grupos empresariais a fazer as suas reuniões. Este segmento de mercado está ainda por explorar. Neste segmento, o Golfe dos Fenais da Luz, situado a 30 minutos do aeroporto, reúne condições excelentes e pode funcionar como um importante atrativo.
Turismo sénior	A serenidade, as boas condições dos hotéis, as boas condições de mobilidade e os pontos de interesse histórico, religioso e arquitetónico, são elementos indispensáveis para atrair um público menos jovem.
Turismo balnear	Em Santa Maria, a Praia Formosa de areal extenso e claro é um convite aos veraneantes, embora existam outros locais mais recatados como os areais da Prainha e da Sul e as praias de seixo do Figueiral e Baía de Lobos. De salientar, ainda, a existência de piscinas naturais na Maia e nos Anjos que se tornaram verdadeiras atrações com um conjunto de infraestruturas de apoio à prática balnear.
Turismo de saúde	No concelho de Ponta Delgada é possível frequentar as termas de Ferraria, enquadradas na rota do termalismo. Neste tipo de turismo, a ilha de São Miguel apresenta uma enorme riqueza explorada.
Turismo ativo	É possível seguir a rota dos miradouros que existem em largo número em ambas as ilhas e a rota dos trilhos terrestres que contemplam 6 rotas em Santa Maria e 4 no concelho de Ponta delgada com percursos de nível de dificuldade fácil e médio e com diferentes durações (entre 2h a 28h30) (http://trilhos.visitazores.com/pt-pt). Em Santa Maria é ainda possível praticar surf, windsurf, esqui aquático, vela, pesca desportiva (incluindo pesca grossa em alto mar), mergulho, caça submarina, parapente, passeios de bicicleta/BTT, canoagem, observação de aves. Em Ponta Delgada, estão ainda disponíveis passeios de barco para a observação de baleias e golfinhos, passeios a cavalo e de moto4/jipe e é possível praticar escalada nas escarpas da Gruta do Carvão.
Turismo espeleológico, geológico e arqueológico	O Centro de Interpretação Ambiental Dalberto Pombo, localizado em Vila do Porto, afirma-se um local a visitar quando se procura observar fósseis recolhidos nas rochas sedimentares da ilha. Outros locais de interesse para os amantes de paisagens vulcânicas são o Barreiro da Faneca, o Poço da Pedreira, a Baía dos Cabrestantes, a Ribeira do Maloás e a Pedreira do Campo – locais considerados geossítios (enquadrados no Geoparque Açores, património da UNESCO), a par da Cascata do Aveiro e da Ponta do Castelo. O Geoparque Açores associa-se à Ciência Viva na dinamização dos percursos e locais com o desenvolvimento de diversas atividades ao longo do ano. Em Ponta Delgada, destacam-se 5 geossítios: a Caldeira do vulcão das Sete Cidades, a Ponta da Ferraria e o Pico das Camarinhas, a Serra Devassa e a Gruta do Carvão (passível de ser visitada na Rota das Cavidades Vulcânicas). O Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores encontra-se aberto ao público e enquadra-se na rota dos centros de ciência.

C. COESÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

Neste ponto apresenta-se uma breve síntese dos principais elementos de diagnóstico relativos à coesão social e territorial, dimensões-chave para a melhoria da qualidade de vida e para a fixação e atração de população, empresas e emprego.

C1. Equipamentos e Serviços de proximidade e para a Coesão Local

Respostas Sociais, Equipamentos e Serviços de proximidade

O Território de Intervenção regista níveis de crescimento e melhoria e de diversificação, numa perspetiva de reforço da capacidade de intervenção dos serviços sociais de proximidade, ainda que persistam algumas carências e respostas diferenciadas em termos de infraestruturas/serviços, capacidade e frequência, consoante o perfil do público-alvo, nos dois concelhos do território de intervenção, o que também se justifica pelas diferenças demográficas existentes.

Em Santa Maria, existem 4 IPSS e embora as respostas dirigidas à infância e juventude (creches e centros de atividades ocupacionais) tenham duplicado (de 1 para 2), a taxa de frequência diminuiu cerca de 22% (em 2013, existem 10 vagas por ocupar), o que pode ser explicado pela diminuição da população entre os 0-18 anos residente na ilha. Em termos de respostas para a terceira idade (lares e apoio domiciliário), o aumento de 4 para 5 respostas permitiu albergar mais idosos e ainda assim a taxa de ocupação situa-se nos 82%, permitindo dar resposta a mais 22 utilizadores). Em termos de respostas dirigidas à invalidez e reabilitação, família e comunidade observa-se a existência 4 respostas que estão ocupadas em pleno.

Em Ponta Delgada o aumento de resposta e de capacidade em todas as vertentes de apoio social (infância e juventude, invalidez e reabilitação, família e comunidade, terceira idade) foi evidente, permitindo o aumento de frequentadores dos diferentes espaços e serviços disponíveis em razão desse aumento. Contudo, as taxas de ocupação indicam que os apoios sociais estão muito perto da sua máxima capacidade. Apesar dos dados existentes apenas disponibilizarem informação relativa à Ilha de Miguel, referira-se que o Concelho de Ponta Delgada concentra uma parte significativa dos equipamentos existentes na Ilha de S. Miguel (refira-se que das 113 IPSS registadas no Instituto da Segurança Social dos Açores, 67 estão localizadas no concelho de Ponta Delgada).

Quadro 22. Número respostas sociais, sem e com fins lucrativos, capacidade e frequência, por áreas de intervenção social e por ilha

		N.º Respostas		Capacidade		Frequência	
		1996	2013	1996	2013	1996	2013
São Miguel	Infância e juventude	62	191	2182	7681	2002	6503
	Invalidez e reabilitação	2	19	56	728	44	713
	Família e comunidade	6	85	538	4645	329	4433
	Terceira idade	40	85	1563	2939	1183	2451
	Sub-total	110	380	4339	15993	3558	14100
Santa Maria	Infância e juventude	1	2	45	53	45	35
	Invalidez e reabilitação	0	1	0	10	0	10
	Família e comunidade	0	2	0	130	0	130
	Terceira idade	4	5	105	125	100	103
	Sub-total	5	10	150	318	145	278
Total RAA		239	689	10.513	29.428	8.396	24.871

Fonte: Direção Regional da Solidariedade e Segurança Social/Secretaria Regional do Trabalho e da Solidariedade Social, *Segurança Social em Números - 2013*.

Equipamentos de Saúde

No que respeita aos equipamentos de proximidade ao nível da saúde, o Território de intervenção conta com 4 hospitais, todos localizados em Ponta Delgada, sendo apenas um deles públicos. Pese embora nenhum dos hospitais ter encerrado, registou-se um decréscimo de salas de operação de 17 para 9.

Ambos os concelhos contam com um centro de saúde, embora o de Vila do Porto acolha internamentos e o de Ponta Delgada não o faça por motivo de existência de hospital público no território. O número de consultas por habitante é superior à média regional (2,2) em Ponta Delgada (3,4) e inferior à média regional em Vila do Porto (2,0), tendo havido um incremento significativo de consultas entre 2007 e 2013 no concelho de Ponta Delgada (de 2,6 para 3,4).

Este desequilíbrio territorial entre os dois concelhos ao nível das respostas de saúde mantém-se quando se analisam outros indicadores de saúde, ou seja, em Ponta Delgada existem melhores índices (muito superiores à média regional) enquanto em Vila do Porto os índices são piores que a média regional. No primeiro Concelho, caracterizado por ser território com características mais urbanas, existem mais médicos, enfermeiros e camas por cada mil habitantes (e tem seguido uma tendência de melhor cobertura nos dois concelhos). No que se refere a farmácias e postos farmacêuticos móveis, ambos os Concelhos registam o mesmo número (0,2) por cada mil habitantes (abaixo da média regional, 0,3), depois de os habitantes de Ponta Delgada terem visto suprimidos três postos farmacêuticos móveis.

Quadro 23. Indicadores de saúde por município

	2007			2013		
	RAA	Ponta Delgada	Vila do Porto	RAA	Ponta Delgada	Vila do Porto
Hospitais - Total	8	4	0	8	4	0
Hospitais oficiais	3	1	0	3	1	0
Hospitais privados	5	3	0	5	3	0
Salas de operação	22	17	0	20	9	0
Centros de Saúde - total	17	1	1	17	1	1
Consultas por habitante	2,1	2,6	2,0	2,2	3,4	2,0
Camas por 1.000 habitantes nos estabelecimentos de saúde	7,2	12,7	2,0	7,2	12,2	3,6
Farmácias e postos farmacêuticos móveis	68	19	1	68	17	1
Enfermeiras/os por 1.000 habitantes	6,7	10,6	4,1	7,8	11,1	4,2
Médicas/os por 1.000 habitantes	2,0	3,8	1,3	2,6	4,7	1,4
Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1.000 habitantes	0,3	0,3	0,2	0,3	0,2	0,2

Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Saúde, retirado dos anuários estatísticos 2008 e 2013 da RAA.

Infraestruturas desportivas

Ao nível das infraestruturas desportivas, o território de intervenção conta uma diversidade de instalações que possibilitam a prática de diversas modalidades por parte de um vasto público-alvo. Entre 1996 e 2008, o aumento do número de instalações desportivas nos dois concelhos foi considerável (110% em Ponta Delgada e 64% em Vila do Porto) e mais perceptível quando considerados os pequenos campos e as salas de desporto, que requerem um menor investimento financeiro e permitem a prática de maior diversidade de modalidades (futsal, andebol, basquetebol, voleibol, ténis de campo).

Quadro 24. Distribuição das instalações desportivas artificiais

	RAA		Ponta Delgada		Vila do Porto	
	1996	2008	1996	2008	1996	2008
Grandes Campos	102	94	19	18	2	2
Pequenos Campos	230	324	29	51	7	8
Pavilhões	25	62	6	12	1	3
Salas de Desporto	34	146	10	39	1	5
Piscinas Cobertas	9	25	5	7	1	1
Piscinas Descobertas	3	28	1	3	0	4
Pistas de Atletismo	9	19	2	3	0	1
Outros (kartódromo, centro hípico, campo de tiro, clube de asas ,...)	15	111	1	21	5	4
Total	427	809	73	154	17	28

Fonte: Universidade de Coimbra, Carta das Instalações Desportivas Artificiais da RAA.

Em Santa Maria, a maioria das instalações desportivas artificiais situa-se na freguesia de Vila do Porto (o tipo de morfologia da ilha condiciona a implementação de instalações desportivas), assume um carácter recreativo (14 de 24), tem especial importância local (existindo 4 instalações a servir a comunidade escolar) e encontra-se num estado de conservação entre o bom (10) e o razoável (15). Contudo, a maioria das instalações apresenta uma dimensão reduzida, o acesso é condicionado (a utilização das instalações por parte da população é possível após o horário escolar) e as infraestruturas que existem em menor número (segundo o índice de referência) – grandes campos, pequenos campos, salas de desporto – poderiam ser aumentadas.

No que ao concelho de Ponta Delgada diz respeito, existe maior concentração de instalações na cidade de Ponta Delgada, embora em praticamente todas as freguesias exista um grande e um pequeno campo de jogos. No que se refere ao estado de conservação das infraestruturas, existem uma maioria que se encontra em estado razoável (73), mas é importante ressaltar que 63 estão em bom estado e 15 em muito bom estado. Os pequenos campos e as salas de desporto neste concelho assumem especial importância para o desporto escolar (inseridas em parques escolares), assumindo uma utilidade com carácter mais formativo que recreativo. Todavia, grande maioria das instalações assume ser de acesso condicionado e encontra-se em número inferior ao desejado (segundo índice de referência de comunidade), não acompanhando o aumento da população residente, pelo que seria desejável investir no parque desportivo.

Equipamentos Culturais

Os **equipamentos culturais** do TI são diversificados dos quais importa destacar:

- Ponta Delgada, o Museu Carlos Machado, instalado no Convento de Santo André em Ponta Delgada, repositório da cultura açoriana (coleções de arte, etnografia regional, brinquedos, arte sacra e história natural); o Centro Cultural de Ponta Delgada; o Teatro Micaelense; o Coliseu Micaelense; a Galeria Fonseca Machado e duas bibliotecas (a Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada e a Biblioteca Municipal).
- Vila do Porto, o Museu de Santa Maria, instalado numa casa típica do centro de Santo Espírito, apresenta uma coleção de cerâmica, exposições temporárias e temporadas de música; o centro de interpretação ambiental.

Nos dois Concelhos é ainda possível aceder a um conjunto de infraestruturas que dão acesso a um extenso conjunto de atividades culturais (levantamento aproximado):

- Sociedades filarmónicas (8)
- Grupos de teatro (2)
- Grupos folclóricos (3)
- Academias/galerias de arte (4)
- Escuteiros (7)
- Geochoaching (1)
- Clube Motards (1)
- Centro Sócio-Cultural/Recreativo (4)
- Centro de Estudos (1)
- Grupos corais

A análise dos indicadores de cultura permite afirmar que em Vila do Porto, há a necessidade de investir numa sala de espetáculos (p.ex., anfiteatro) com grande capacidade de lugares e de promover mais espetáculos ao vivo. As galerias de arte e outros espaços de exposições temporários têm alguma dinamização em todo o TI.

Quadro 25. Indicadores de Cultura (2013)

Equipamentos	RAA	Ponta Delgada	Vila do Porto
Galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias (n.º)	34	5	3
Exposições realizadas (N.º) nas galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias (n.º)	190	32	14
Museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários (n.º)	20	2	1
Recintos de espetáculos (n.º)	8	2	0
Lotação dos recintos de espetáculos (n.º)	5.937	3.994	0
Lugares sentados dos recintos de espetáculos (n.º)	4.740	2.874	-
Salas/ espaços dos recintos de espetáculos (n.º)	16	9	0
Sessões de espetáculos ao vivo (n.º)	244	62	0
Espectadores de espetáculos ao vivo (n.º)	74.386	35.533	0
Museus (n.º)	18	3	1
Visitantes de museus (n.º)	165.195	-	-
Visitantes estrangeiros de museus (n.º)	60.746	-	-
Receitas de espetáculos ao vivo (€)	371	227	0
Bilhetes vendidos de espetáculos ao vivo (n.º)	36.412	24.947	0

Nota: - sem informação

Fonte: INE, *Inquérito aos museus; Inquérito aos recintos de espetáculos.*

C2. Rendimentos da população

Remunerações dos trabalhadores

Em termos de **rendimentos dos trabalhadores** por conta de outrem é possível verificar a evolução positiva (entre 2007 e 2012) nos ganhos médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem, principalmente no sector primário, derivado dos investimentos em nichos de produção especializados e em qualificação dos trabalhadores. Os trabalhadores do sector terciário a trabalhar em Santa Maria ganham em média mais 70% do que os trabalhadores do mesmo sector a trabalhar em Ponta Delgada.

Quadro 26. Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as (€) por conta de outrem, segundo a atividade económica

	RAA			Ponta Delgada			Vila do Porto		
	2007	2012	Var. (%)	2007	2012	Var. (%)	2007	2012	Var. (%)
Total	864,34	976,14	12,9	955,80	1098,98	15,0	1312,42	1676,67	27,8
Masculino	942,93	1.046,56	11,0	1062,69	1200,67	13,0	1526,04	2076,79	36,1
Feminino	747,6	884,45	18,3	813,35	983,70	20,9	973,06	1121,70	15,3
<i>Primário (CAE: A)</i>	<i>670,13</i>	<i>812,44</i>	<i>21,2</i>	<i>629,11</i>	<i>903,54</i>	<i>43,6</i>	<i>468,61</i>	<i>711,17</i>	<i>51,7</i>
Masculino	674,37	817,48	21,2	620,50	883,20	42,3	481,60	741,20	53,9
Feminino	629,91	770,34	22,3	693,76	1035,02	49,2	-	-	-
<i>Secundário (CAE: B - F)</i>	<i>842,86</i>	<i>922,09</i>	<i>9,4</i>	<i>952,68</i>	<i>1068,42</i>	<i>12,1</i>	<i>839,74</i>	<i>893,50</i>	<i>6,4</i>
Masculino	864,44	935,94	8,3	968,62	1064,65	9,9	891,42	916,36	2,8
Feminino	733,83	864,67	17,8	875,15	1084,04	23,9	592,99	724,56	22,2
<i>Terciário (CAE: G - U)</i>	<i>882,99</i>	<i>1.004,33</i>	<i>13,7</i>	<i>969,31</i>	<i>1113,03</i>	<i>14,8</i>	<i>1487,76</i>	<i>1896,08</i>	<i>27,4</i>
Masculino	1.026,58	1.139,08	11,0	1139,25	1274,27	11,9	1885,04	2645,34	40,3
Feminino	750,53	888,24	18,3	808,59	975,55	20,6	1026,00	1149,29	12,0

Fonte: Ministério da Economia, Quadros de Pessoal. Retirado dos Anuários Estatísticos da RAA 2008 e 2013.

Ao nível das prestações sociais observam, igualmente, uma tendência de aumento, com os valores médios nos dois concelhos de uma forma geral a serem superiores ao da RAA, sendo, no entanto de referir que se observa montantes mais elevados em Ponta Delgada do que em Vila do Porto.

Quadro 27. Prestações sociais

	RAA			Ponta Delgada			Vila do Porto		
	2007	2013	Var.(%)	2007	2013	Var.(%)	2007	2013	Var.(%)
Valor médio anual das pensões	3592	4258	18,5	4121	4990	21,1	3587	4635	29,2
<i>Invalidez</i>	4346	5055	16,3	5144	5756	11,9	4208	6369	51,4
<i>Velhice</i>	4100	4906	19,7	4702	5920	25,9	4267	5213	22,2
<i>Sobrevivência</i>	2317	2720	17,4	2577	3065	18,9	2525	2990	18,4
N.º de pensionistas	50530	52342	3,6	11652	12654	8,6	892	989	10,9
<i>Invalidez</i>	9027	8864	-1,8	2778	2753	-0,90	155	208	34,2
<i>Velhice</i>	25855	27360	5,8	5112	5937	16,1	394	416	5,6
<i>Sobrevivência</i>	15648	16118	3,0	3762	3964	5,4	343	365	6,4
Valor médio de subsídio de desemprego	2533	3347	32,1	2535	3508	38,4	2556	2889	13,0
Valor médio de subsídio de doença	848	1298	53,0	904	1504	66,4	682	1169	71,4
N.º médio de dias de subsídio de desemprego	181	226	24,9	171	223	30,4	175	196	0,12
N.º médio de dias de subsídio de doença	68	82	20,6	55	79	43,6	54	74	37,0

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Instituto de Informática, IP, retirado dos anuários estatísticos 2007 e 2013 da RAA.

No que respeita ao Rendimento Social de Inserção observou-se, entre 2007 e 2013, uma diminuição do número de beneficiários no concelho de Vila do Porto e um aumento destes em Ponta Delgada. No entanto, esta medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social, abrange 10,3% da população de Ponta Delgada e 6,1% da população de Vila do Porto.

Quadro 28. Beneficiários do rendimento social de inserção, segundo o género e idade (n.º)

	RAA			Ponta Delgada			Vila do Porto		
	2007	2013	Var. (%)	2007	2013	Var. (%)	2007	2013	Var. (%)
Beneficiários RSI	22.508	23.986	6,6	5526	7056	27,7	545	342	-37,2
Masculino	10.867	12.206	12,3	2711	3613	33,3	250	162	-35,2
Feminino	11.641	11.780	1,2	2815	3443	22,3	295	180	-40,0
Menos de 25 anos	12.372	12.599	1,8	3047	3653	19,9	288	174	-39,6
25-39 anos	4.218	5.540	31,3	1017	1657	62,9	98	75	-23,5
40-54 anos	3.489	4.421	26,7	833	1338	60,6	99	70	-29,3
55 e mais anos	2.429	1.426	-41,3	629	408	-35,1	60	23	-61,7

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Instituto de Informática, IP, retirado dos anuários estatísticos 2007 e 2013 da RAA.

D. PATRIMÓNIO E ATIVIDADES CULTURAIS

Esta secção contém os elementos de caracterização dos aspetos relevantes referentes à área temática do património e atividades culturais, cuja interseção com as potencialidades a majorar no setor das atividades turísticas se revela clara. São analisados ativos do território de intervenção, como o património natural e histórico, as dinâmicas de atividades culturais, os produtos artesanais e o potencial gastronómico.

Património Natural

Em São Miguel, denominada de Ilha Verde, coexistem prados extensos e manchas de floresta forçadamente implantadas nos vales das ribeiras e em zonas de difícil acesso, com uma paisagem vulcânica onde se situam as lagoas das Sete Cidades, do Canário, do Carvão, Rasa, entre outras, alojadas em caldeiras vulcânicas de dimensões quilométricas. A criptoméria destaca-se na floresta produtiva micaelense. No concelho Ponta Delgada destaca-se a Reserva Florestal de Recreio do Pinhal da Paz, a Gruta do Carvão (onde foi desenvolvido um centro interpretativo que permite a realização de uma visita guiada por esta gruta), o ilhéu de São Roque, os ilhéus dos Mosteiros, a zona balnear da Ferraria, entre outros.

O mar dos Açores é 99% mar profundo, onde se encontram montes submarinos de extrema importância para os Açores quer ao nível biológico, como para a biotecnologia, outras atividades de investigação científica e para a atividade piscatória.

Santa Maria é apelidada de ilha Amarela pois situa-se mais a sul e a oriente da região, com um clima mais quente e seco, apresenta aridez dos terrenos e secura da vegetação. O terreno apresenta dois relevos e características distintas: uma zona aplanada e de cotas mais baixas a poente, onde está implantado o aeroporto e o casario de Vila do Porto; uma zona mais acidentada na metade nascente da ilha, com vegetação mais luxuriante e que inclui o maciço do Pico Alto, de onde se tem uma boa vista panorâmica (<http://www.visitazores.com/pt-pt>).

Esta ilha, a primeira a emergir do arquipélago, tem zonas características de cor avermelhada (os Barreiros de Santa Maria e o Poço da Pedreira) e paisagens vulcânicas (a Baía dos Cabrestantes e a Ribeira do Maloás). Na orla marítima da ilha encontra-se a Pedreira do Campo, uma escoada basáltica formada sob o oceano e calcários que albergam no seu seio inúmeros fósseis de organismos marinhos. Os fósseis recolhidos neste local podem ser observados no Centro de Interpretação Ambiental Dalberto Pombo. Mas na extensão da orla podem ser encontradas diversas baías e ilhéus que ao longo do tempo vão emergindo dos fundos oceânicos.

Em termos de área inserida na **Rede Natura 2000** e de **Áreas protegidas**, o território de intervenção têm uma representatividade baixa no total da Região, mas são importantes áreas que merecem todos os esforços para a sua preservação.

Quadro 29. Área da Rede Natura 2000

	Ilha	Nome	Área (ha)
Zonas de Proteção Especial (ZPE) Diretiva Aves	Santa Maria	Ilhéu da Vila e Costa Adjacente	57,08
Zonas de Especial Conservação (ZEC) Diretiva Habitats	São Miguel - Ponta Delgada	Banco D. João de Castro (Canal Terceira - S. Miguel)	1.648,39
	Santa Maria	Ponta do Castelo	316,61
		Ilhéu das Formigas e Recife Dollabarat (Canal S. Miguel - Sta. Maria)	3.593,58

Fonte: ICNF, www.icnf.pt/portal/.

Quadro 30. Áreas Protegidas no Território de Intervenção

Tipologia de Áreas Protegidas	Santa Maria	Ponta Delgada
Reservas Florestais de Recreio	Reserva Florestal de Recreio das Fontinhas Reserva Florestal de Recreio Mata do Alto Reserva Florestal de Recreio de Valverde	
Área Protegida de Gestão de Recursos	Área Protegida de Gestão de Recursos da Baía de São Lourenço Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Norte Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Sul	Área Protegida de Gestão de Recursos do Porto das Capelas - Ponta das Calhetas Área Protegida de Gestão de Recursos da Ponta da Ferraria - Ponta da Bretanha
Área de Paisagem Protegida	Área da Paisagem Protegida do Barreiro da Faneca e Costa Norte Área da Paisagem Protegida da Baía de São Lourenço Área da Paisagem Protegida da Baía da Maia	Área de Paisagem Protegida das Sete Cidades
Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies	Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Costa Sudoeste Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Ponta do Castelo Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Baía do Cura Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Pico Alto	Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies das Feteiras Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Ponta do Escalvado Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Ponta da Bretanha Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Ferraria
Monumento Natural	Reserva Natural da Pedreira do Campo, do Figueiral e da Prainha	Monumento Natural da Gruta do Carvão Monumento Natural do Pico das Camarinhas - Ponta da Ferraria
Reserva Natural	Reserva Natural dos Ilhéus das Formigas Reserva Natural do Ilhéu da Vila	

 Fonte: <http://parquesnaturais.azores.gov.pt/pt>

Património histórico

A localização do arquipélago numa zona relativamente central do Atlântico Norte faz do mesmo, e em especial a ilha de São Miguel, um importante ponto de partida e de chegada de pessoas e bens nas rotas transatlânticas.

A cidade de Ponta Delgada (capital, um dos centros político-administrativos mais dinâmicos do arquipélago e sede do Governo Regional dos Açores) encontra-se debruçada em redor de uma baía natural e onde se destaca os três arcos das Portas da Cidade, e uma quantidade razoável de igrejas (destaque para barroca Matriz de São Sebastião e a Igreja de Todos os Santos) e outros edifícios.

Em Santa Maria a diversidade arquitetónica conjuga elementos antigos e novos, dos quais se destaca: as portas ogivais e janelas de traços manuelinos; os moinhos de vento; a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, a primeira igreja a ser edificada em solo açoriano; o Forte de São Brás; estátua de Cristóvão Colombo; a Igreja de Nossa Senhora da Purificação; as casas tradicionais (distintas pela sua forma retangular de onde se edifica uma chaminé cilíndrica assente numa pirâmide incompleta); a cor “almagre” (que dá nome à Almagreira), com origem na terra avermelhada que era utilizada para vidrar peças de olaria.

O território de intervenção conta com o seguinte património visitável (levantamento aproximado):

Santa Maria	
Arquitetura civil (6)	Casa do Capitão João Soares de Sousa, Estação LORAN de Santa Maria, Fábrica da Baleia do Castelo, Farol de Gonçalo Velho (Farol da Maia), Lagar de Diogo Santos Faleiro, Museu de Santa Maria
Arquitetura militar (15)	Bateria da Laje da Peça, Casamatas do Pico Alto, Forte da Baía de São Lourenço, Forte da Baixa do Vigário, Forte da Figueira, Forte da Forca, Forte da Maia, Forte da Prainha, Forte de Nossa Senhora da Praia dos Anjos, Forte de São Brás de Vila do Porto, Forte de São João Baptista da Praia Formosa, Forte de São João Evangelista, Forte do Cabrestante, Forte do Marvão, Fortins do Porto (Vila do Porto)
Arquitetura religiosa (36)	Convento de São Francisco (Vila do Porto), Ermida de Jesus, Maria, José (Santa Bárbara), Ermida de N ^a Sra. da Boa Morte (Santo Espírito), Ermida de N ^a Sra. da Boa Nova (Vila do Porto), Ermida de N ^a Sra. da Boa Viagem (Vila do Porto), Ermida de N ^a Sra. da Conceição (Vila do Porto), Ermida de N ^a Sra. da Glória (Santo Espírito), Ermida de N ^a Sra. da Graça (Almagreira), Ermida de N ^a Sra. da Piedade (Santo Espírito), Ermida de N ^a Sra. da Saúde (São Pedro), Ermida de N ^a Sra. de Fátima (São Pedro), Ermida de N ^a Sra. de Lurdes (Santa Bárbara), Ermida de N ^a Sra. de Monserrate (São Pedro), Ermida de N ^a Sra. do Desterro (Santa Bárbara), Ermida de N ^a Sra. do Livramento (Vila do Porto), Ermida de N ^a Sra. do Monte (Almagreira), Ermida de N ^a Sra. do Pilar (São Pedro), Ermida de N ^a Sra. dos Anjos (Vila do Porto), Ermida de N ^a Sra. dos Prazeres (Santo Espírito), Ermida de N ^a Sra. dos Remédios (Almagreira), Ermida de N ^a Sra. Mãe de Deus (Vila do Porto), Ermida de Santa Rita (Almagreira), Ermida de Santo António (Santo Espírito), Ermida de São Lourenço (Santa Bárbara), Ermida de São Pedro Gonçalves Telmo ou Ermida do Corpo Santo (Vila do Porto), Igreja de N ^a Sra. da Purificação (Santo Espírito), Igreja de N ^a Sra. da Vitória (Vila do Porto), Igreja de N ^a Sra. da Misericórdia (Vila do Porto), Igreja de N ^a Sra. do Ar (Vila do Porto), Igreja de N ^a Sra. do Bom Despacho (Almagreira), Igreja de Santa Bárbara (Santa Bárbara), Igreja de Santo Antão (Vila do Porto), Igreja de São Pedro (São Pedro), Igreja do Recolhimento de Santa Maria Madalena (Vila do Porto), Igreja do Recolhimento de Santo António (Vila do Porto), Igreja Matriz de N ^a Sra. da Assunção (Vila do Porto)
Ponta Delgada	
Arquitetura civil (7)	Portas da Cidade, Palácio de Sant'Ana, Museu Carlos Machado, Paços do Concelho, Fábrica da Baleia, Forno da Cal, Pias da Lomba de Água
Arquitetura militar (1)	Forte de São Brás
Arquitetura religiosa (43)	Igreja Matriz (Igreja de São Sebastião), Igreja de São José, Igreja de São Pedro, Convento e Capela de Nossa Senhora da Esperança (Santuário da Esperança), Igreja de Todos-os-Santos (do Colégio), Igreja de Santa Bárbara, Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Ermida de Sant'Ana, Ermida da Mãe de Deus, Ermida de N ^a Sra. Fátima, Ermida de S. Lázaro, Ermida N ^a Sra. Lurdes, Igreja N ^a Sra. do Pilar, Igreja N ^a Sra. Ajuda, Ermida de São João, Ermida de Santo António, Ermida de N ^a Sra. da Boa Hora, Ermida de São João, Ermida do Espírito Santo, Igreja N ^a Sra. Remédios, Igreja St. António, Igreja matriz de Capelas, Igreja São Vicente Ferreira, Igreja N ^a Sra. da Luz, Ermida de S. Pedro, Ermida S. Jerónimo, Igreja N ^a Sra. da Oliveira, Igreja N ^a Sra. Anjos, Ermida do Loreto, Ermida N ^a Sra. Lurdes, Ermida Sta. Rita, Igreja N ^a Sra. do Livramento, Igreja S. Roque, Igreja N ^a Sra. dos Milagres, Igreja N ^a Sra. Saúde, Igreja N ^a Sra. da Piedade, Igreja N ^a Sra. da Ajuda, Igreja N ^a Sra. da Graça, Igreja N ^a Sra. das Neves, Igreja Sta. Luzia, Igreja N ^a Sra. das Candeias, Ermida N ^a Sra. do Perpétuo Socorro, Ermida N ^a Sra. de Fátima.

Atividades Culturais

Na componente do lazer, importa destacar as festividades e atividades estruturantes de cada uma das Ilhas, sem esquecer que por todas as ilhas se celebra as Festas do Espírito Santo. As romarias religiosas são acompanhadas de arraiais, concertos, feiras de artesanato e gastronomia.

Destacam-se como eventos de impacto estruturante na atratividade:

Eventos com elevada capacidade de atração	
Ponta Delgada	Santa Maria
Festa do Senhor Santo Cristo dos Milagres (ocupa lugar de destaque durante três dias após a Páscoa).	Festa da Nossa Senhora da Assunção (padroeira da ilha)
Sata Rally dos Açores	Rally de Santa Maria
Festival de Parapente nos Açores	
Azores islands Pro (mundial de surf) Azores open (Campeonato Nacional de Bodyboard)	
Romarias de São Miguel, grupos de homens que em oração percorrem a ilha, visitando igrejas e ermidas que veneram a imagem de Maria.	Festa da Confraria dos Escravos da Cadainha
O Entrudo (Carnaval) também se reveste de importância para a população que mantém a tradição da “Batalha das Limas” e os desfiles de corsos.	Festival Maré de Agosto dedicado à world music com elevada capacidade de atração de visitantes.
As Portas do Mar, a sua marina e o terminal de cruzeiros, têm uma elevada dinâmica de espetáculos musicais e exposições, para além da animação dos diversos bares e restaurantes.	
Programação cultural regular da C.M. Ponta Delgada e operadores hoteleiros (concertos, exposições, ...)	

Produtos Artesanais

A indústria de cerâmica e olaria tem tradição ancestral em ambas as ilhas mas é na ilha de Santa Maria que se destaca o barro vermelho a partir do qual são confeccionadas louças e outras peças de olaria.

O quadro seguinte sistematiza as principais manifestações artesanais do território de Intervenção. Algumas dessas manifestações artesanais podem integrar a marca coletiva de certificação "Artesanato dos Açores", que certifica a origem e a qualidade dos produtos (Portarias n.º 89/1998 de 3 de dezembro, e n.º 14/2014 de 20 de Março), desde que preencham todos os requisitos de qualidade e execução definidos nos Anexos da Portaria. O CRAA tem cerca de 400 artesãos registados, dos quais 40 com certificação, em toda a RAA.

A Cooperativa de Artesanato de Santa Maria mantém viva a tradição de tecelagem da ilha, promovendo os trabalhos em teares manuais onde se produzem toalhas e camisas de linho, colchas e camisolas de lã. Em 2013, a parceria com o Centro Regional de Apoio ao Artesanato resultou na atividade Residência Criativa 2013 que permitiu reativar a tradição com novos valores da estética contemporânea, captando novos nichos de mercado.

O Centro Regional de Apoio ao Artesanato promove, igualmente, um conjunto de atividades e formações no território de intervenção que visam cativar e formar a população mais jovem, num momento em que o sector está se encontra demasiado envelhecido.

Quadro 31. Produtos artesanais do Território de Intervenção
(em bold, os que se encontram certificados pelo CRAA)

Ilha	Produto
Santa Maria	Colchas de lã coloridas produzidas em teares manuais
	Viola da Terra (comum ao Arquipélago)
	Cerâmica / Olaria
	Trabalhos em vime (cestos)
	Tecelagem
	Mantas de retalhos coloridas
	Panos de linho
	Chapéus de palha
	Camisolas de lã produzidas manualmente
	Doçaria Regional / Biscoitos de Orelha de Santa Maria
	Peças em metal
São Miguel	Bordados São Miguel - Bordado a matiz
	Presépios de Lapinha
	Cerâmica / Cerâmica Figurativa
	Registos do Senhor Sto. Cristo
	Escama de Peixe
	Bonecos em folha de milho (recriam trajes regionais)
	Cerâmica e olaria

Fonte: <http://www.artesanato.azores.gov.pt/craa.php?lingua=1>

Os Presépios de Lapinha serão porventura o produto artesanal mais icónico da ilha de S. Miguel e em particular do concelho de Ponta Delgada, confeccionados pelas freiras nos conventos (em especial no extinto Convento de Santo André) e decorados com minúsculas conchas e flores artificiais de seda, penas, escamas de peixe, cera, papel e algodão. As figuras de Lapinha representam não só as personagens típicas do presépio (a Sagrada Família) como variadas figuras em cenas do quotidiano (a matança do porco, a mulher na fonte, procissões, foliões, mulher de capote e capelo, homem de carapuça, padre, camponês, pescador, bandas de música). O Museu Carlos Machado, casa destas figuras, encontra-se instalado no Convento de Santo André (atualmente em obras de remodelação).

Potencial Gastronómico

Um dos pratos mais simbólicos de Santa Maria é o Caldo de Nabos, confeccionado com uma espécie local de nabo (pequeno e de cor escura). Na água do caldo acrescentam-se, para cozer, a carne de porco, entremeada, chouriço e batata-doce. O caldo é servido num prato, em cima de fatias de pão, e os restantes ingredientes apresentados numa travessa à parte. Também no domínio das sopas, importa ainda destacar o bolo na panela.

A mesa continua a recheiar-se de produtos típicos com a caçoila, o molho de fígado, a sopa e a caldeirada de peixe. Podendo ser complementada com o marisco que se encontra nas rochas da ilha: o cavaco, as lapas e as cracas.

No campo da doçaria abundam as receitas locais: as cavacas, os suspiros, os melindres, os encanelados e os biscoitos de orelha (certificados pelo CRAA).

No domínio das bebidas surge o vinho de cheiro (a partir das uvas crescidas dentro de cerrados de pedra cinzenta, para consumo essencialmente doméstico), o vinho abafado, o abafadinho, os licores de amora, de leite e a aguardente.

A meloa tem merecido lugar de destaque dentro do panorama gourmet.

Nos enchidos artesanais, destaca-se a existência da Alheira de Santa Maria.

Na ilha São Miguel, a gastronomia típica é recheada de produtos com elevada potencial de valorização económica: o cozido das furnas, as plantações de chá, a carne bovina, o bolo lêvedo, as “Queijadas da Vila”, a “pimenta da terra”, o ananás, a anona, o araçá e o maracujá. Estas frutas dão origem a licores muito saborosos que podem ser acompanhados de um charuto ou cigarrilha fabricados localmente. Contudo, de todos estes produtos nenhum é originário/típico do concelho de Ponta Delgada.

**ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO E DO POTENCIAL DO TERRITÓRIO DE
INTERVENÇÃO E ANÁLISE DOS PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS
E DAS OPORTUNIDADES E AMEAÇAS**

A. ANÁLISE DOS PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS E DAS OPORTUNIDADES E AMEAÇAS (SWOT)

A partir da caracterização do território foram identificados os pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças (análise SWOT) que a ARDE pretende dar resposta através da sua EDL tendo em conta as especificidades de cada uma das Ilhas. Esta análise foi baseada em diferentes fontes documentais e estatísticas e complementado com o envolvimento do sistema de atores relevante (incluindo os do corpo técnico das Câmaras Municipais de Ponta Delgada e Vila do Porto e com vários agentes locais) e validado pelo leque de atores envolvidos nas sessões de *Focus Group*.

Quadro 32. Análise SWOT Concelho de Ponta Delgada (Ilha de S. Miguel)

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Crescente procura enquanto do destino turístico. • Boa articulação entre o sector público e privado para a promoção turística. • Condições favoráveis para o desenvolvimento de um conjunto diversificado de vertentes turísticas (geológica, marítima, náutica, desportiva, de aventura, de negócios, de saúde e bem-estar, patrimonial/histórico). • Densificação e qualidade da oferta turística, destacando-se o turismo em espaço rural. • Boas acessibilidades por ar e por mar. • Diversidade e singularidade dos recursos naturais, com potencial de aproveitamento económico e valia ambiental. • Importante representatividade do território de intervenção no panorama económico e social da RAA. • Evolução favorável da estrutura das explorações agrícolas e respetiva produtividade, centrada na produção de leite na Ilha de São Miguel. • Boa imagem dos produtos agroalimentares. • Proteção e valorização do património natural, edificado e cultural. • Diversidade e oferta de equipamentos nas áreas da cultura, desporto e lazer. • População e ativos com estrutura de idades relativamente jovem. • Existência de serviços de proximidade com valências diversificadas. • Produtos artesanais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura fundiária limitativa de maior aumento da produção e de estratégias de diversificação das atividades no seio das explorações agrícolas. • Produtores agrícolas e florestais ainda com uma perspetiva pouco empresarial, e dependentes dos apoios comunitários. • Oferta de hortícolas e frutícolas atomizada e baixa organização da produção. • Insuficiente valorização dos produtos (diferenciação, inovação, projeção). • Fraco poder negocial dos produtores agrícolas na cadeia agroalimentar e na cadeia de distribuição. • Baixa densidade empresarial, sobretudo fora dos centros populacionais. • Reduzida ligação do sistema regional de ensino superior e de investigação e inovação ao tecido empresarial. • Falta de oportunidades de emprego e aumento do desemprego. • Concentração da oferta cultural na sede de concelho. • Baixos níveis salariais e de poder de compra. • Elevado nível de importações de produtos hortícolas e frutícolas. • Sobreposições de eventos e ausência de mecanismos integrados de oferta de eventos culturais e gastronómicos • Degradação do edificado no centro histórico • Capacidade de resposta insuficiente das infraestruturas sociais face às necessidades crescentes da população (terceira idade, invalidez e reabilitação, família e comunidade) • Capacidade de resposta insuficiente das infraestruturas sociais face às necessidades crescentes da população (terceira idade, invalidez e reabilitação, família e comunidade) • Aumento de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, entre 2007 e 2013, em Ponta Delgada. Esta medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social, abrange 10,3% da população de Ponta Delgada.

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento exponencial do fluxo de turismo com destino a Ponta Delgada • Aproveitamento da imagem da Região de elevada qualidade ambiental. • Campanhas de promoção e comercialização de produtos regionais –Marca Açores, com natureza transversal a toda a produção regional • Promoção territorial através do estímulo ao funcionamento em rede entre atores locais e da cooperação interterritorial e transnacional • Alargamento de mercado decorrente do desenvolvimento de atividades de turismo. • Procura pelo turismo de natureza. • Criação de redes regionais de promoção integrada e comercialização dos seus recursos (gastronomia, animação cultural, património natural e cultural, alojamento, desportos náuticos, pesca, etc..). • Desenvolvimento de atividades no domínio da economia social. • Diversidade das atividades, competências e “knowhow” da Parceria. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desmantelamento do sistema de quotas leiteiras. • Fraca dinâmica associada à inovação. • Dificuldades na continuidade da atividade das PME no atual contexto de crise económica e social. • Dificuldades de retenção e atração de população jovem e qualificada. • Dificuldade em definir negócios com mais-valias económicas. • Desertificação das freguesias rurais menos povoadas. • Falta de capacidade de investimento dos agentes privados. • Proliferação de microempresas com escassa estrutura organizacional, com baixa qualificação dos empresários e economicamente insustentáveis. • Deficiente articulação entre a oferta educativa e formativa e o mercado de emprego. • Riscos de incapacidade de resposta de qualidade para receção e animação do fluxo turístico

Quadro 33. Análise SWOT Concelho de Vila do Porto (Ilha de Santa Maria)

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Boa articulação entre o sector público e privado para a promoção turística. • Condições favoráveis para o desenvolvimento de um conjunto diversificado de vertentes turísticas. (geológica, marítima, náutica, desportiva, de aventura, patrimonial/histórico). • Boas acessibilidades por ar e por mar. • Diversidade e singularidade dos recursos naturais, com potencial de aproveitamento económico e valia ambiental. • Importante representatividade do território de intervenção no panorama económico e social da RAA. • Evolução favorável da estrutura das explorações agrícolas e respetiva produtividade, centrada na produção de carne e frutícolas. • Boa imagem dos produtos agroalimentares. • Eventos de índole cultural. • Proteção e valorização do património natural, edificado e cultural. • Forte identidade da população mariense com o território e a valorização dos saberes tradicionais. • Produtos artesanais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dupla periferia, exiguidade e fragmentação do mercado regional. • Custos associados à mobilidade de pessoas e de produtos. • Insuficiente projeção e organização dos serviços de animação turística. • Estrutura fundiária limitativa de maior aumento da produção e de estratégias de diversificação das atividades no seio das explorações agrícolas. • Oferta de hortícolas e frutícolas atomizada e baixa organização da produção. • Insuficiente valorização dos produtos (diferenciação, inovação, projeção). • Fraco poder negocial dos produtores agrícolas na cadeia agroalimentar e na cadeia de distribuição. • Baixa densidade empresarial. • Desestruturação da economia local - fragilidade dos circuitos comerciais e insuficiente dinâmica das unidades de alojamento na captação de turismo • Empresários e dirigentes associativos com baixas habilitações e qualificações. • Falta de oportunidades de emprego e aumento do desemprego. • Fraco aproveitamento das energias renováveis. • Baixos níveis salariais e de poder de compra. • Elevado nível de importações de produtos hortícolas e frutícolas. • Número de profissionais de saúde insuficiente para o total da população.

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento da imagem da Região de elevada qualidade ambiental. • Campanhas de promoção e comercialização de produtos regionais –Marca Açores, com natureza transversal a toda a produção regional • Promoção territorial através do estímulo ao funcionamento em rede entre atores locais e da cooperação inter territorial e transnacional • Exploração do potencial de produção de energias renováveis em vários domínios: hídrico, eólico, solar. • Potencial de valorização e de promoção das produções agroalimentares. • Alargamento de mercado decorrente do desenvolvimento de atividades de turismo. • Criação de redes regionais de promoção integrada e comercialização dos seus recursos (gastronomia, animação cultural, património natural e cultural, alojamento, etc..). • Desenvolvimento de atividades no domínio da economia social. • Melhores acessibilidades de Santa Maria relativamente a outras ilhas (voos diretos) • Ligações marítimas com regularidade e aumento de voos no período de verão 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraca dinâmica associada à inovação. • Dificuldades na continuidade da atividade das PME no atual contexto de crise económica e social. • Dificuldades de retenção e atração de população jovem e qualificada. • Dificuldade em definir negócios com mais-valias económicas. • Desertificação das freguesias rurais menos povoadas. • Falta de capacidade de investimento dos agentes privados. • Proliferação de microempresas com escassa estrutura organizacional, com baixa qualificação dos empresários e economicamente insustentáveis. • Erosão do dinamismo social e económico • Sazonalidade da atividade turística. • Desadequação das infraestruturas de suporte aos projetos turísticos.



B ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO E DO POTENCIAL DO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO

Do cruzamento entre os principais recursos e ativos do território e as dimensões-problema existentes é possível reconhecer um conjunto de necessidades de desenvolvimento e desafios estratégicos que o território de intervenção da ARDE enfrenta tendo em vista uma maior coesão social, económica e territorial, e que serviram de base para fundamentar a EDL.

Quadro 34. Área temática Atividades do Turismo e Lazer e Património Natural e cultural

Potencialidades e recursos para o desenvolvimento	Dimensões problema
<ul style="list-style-type: none"> • Crescente procura enquanto do destino turístico • Condições favoráveis para o desenvolvimento de um conjunto diversificado de vertentes turísticas (geológica, marítima, náutica, desportiva, de aventura, de negócios, de saúde e bem-estar, patrimonial/histórico). • Diversidade e singularidade dos recursos naturais, com potencial de aproveitamento económico e valia ambiental. • Forte identidade da população mariense com o território e a valorização dos saberes tradicionais (em Ponta Delgada essa ligação não é tão evidente). • A Ilha de São Miguel é referenciada como prioridade enquanto destino turístico em todos os canais de comunicação. No entanto, a Ilha de Santa Maria também tem tido algum destaque (p.e., o conceituado jornal britânico TheGuardian elegeu a Ilha de Santa Maria como um dos 20 destinos a considerar para viajar no Verão, tendo sido selecionada pela calma que proporciona a quem a visita, bem como pelas suas magníficas paisagens e praias. • Imagem da Região de elevada qualidade ambiental. • Melhores acessibilidades Ponta Delgada- Santa Maria relativamente a outras ilhas (voos diretos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiente qualidade, projeção e organização dos serviços de animação turística (sobretudo, na Ilha de Santa Maria). • Desadequação de determinadas infraestruturas de suporte aos projetos turísticos. • Elevado risco de incapacidade de resposta de qualidade para receção e animação do fluxo turístico • Fragilidade dos circuitos comerciais e insuficiente dinâmica das unidades de alojamento na captação de turismo (sobretudo, na ilha de Santa Maria). • Transportes como fator de estrangulamento da economia local na Ilha de Santa Maria. • Sobreposições de eventos e ausência de mecanismos integrados de oferta de eventos culturais e gastronómicos • Empresários e dirigentes associativos com baixas habilitações e qualificações. • Sazonalidade da atividade turística
Desafios de intervenção	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de mecanismos de animação e sinalização global, sobretudo a partir de portais estruturados e integrados de oferta de património e eventos culturais e de animação turística • Densificação e qualidade da oferta turística, destacando-se o turismo em espaço rural e Iniciativas de animação cultural • Estratégias de Proteção e valorização do património natural, edificado e cultural. • Melhoria dos mecanismos de articulação entre o sector público e privado para a promoção turística (potencialidades) • Qualificação das acessibilidades ao mar. • Aproveitamento Campanhas de promoção e comercialização de produtos regionais – Marca Açores, com natureza transversal a toda a produção regional. 	
Objetivos Estratégicos	
<ul style="list-style-type: none"> • Afirmação do território de intervenção como espaço turístico de excelência; • Valorização económica dos recursos e produtos endógenos do Território; • Preservação e conservação do património material e imaterial existente; 	

Quadro 35. Área temática Atividades da Economia Rural

Potencialidades e recursos para o desenvolvimento	Dimensões problema
<ul style="list-style-type: none"> Evolução favorável da estrutura das explorações agrícolas e respetiva produtividade, centrada na produção de leite na Ilha de São Miguel e de carne e exploração vegetal na Ilha de Santa Maria (que tem uma meloa IGP). Um sector terciário com grande peso e em crescimento e com algum dinamismo, essencialmente voltado para o turismo. A densidade de empresas na Ilha de Santa Maria é cerca de metade do que no Concelho de Ponta Delgada, e o volume de negócios por empresa, cerca de 1/3. Existência de produtos artesanais. Promoção territorial através do estímulo ao funcionamento em rede entre atores locais e da cooperação inter territorial e transnacional Exploração do potencial de produção de energias renováveis em vários domínios: hídrico, eólico, solar. Potencial de valorização e de promoção das produções agroalimentares. Alargamento de mercado decorrente do desenvolvimento de atividades de turismo. Uma base industrial com presença e peso no emprego em Ponta Delgada, onde se destaca as indústrias agroalimentares, mas sem qualquer expressão na Ilha de Santa Maria. 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de capacidade de investimento dos agentes privados. Custos associados à mobilidade de pessoas e de produtos. Oferta de hortícolas e frutícolas atomizada e baixa organização da produção. Insuficiente valorização dos produtos (diferenciação, inovação, projeção). Produtores agrícolas e florestais ainda com uma perspetiva pouco empresarial, e dependentes dos apoios comunitários Estrutura fundiária limitativa de maior aumento da produção e de estratégias de diversificação das atividades no seio das explorações agrícolas. Fraco poder negocial dos produtores agrícolas na cadeia agroalimentar e na cadeia de distribuição. Baixa densidade empresarial, sobretudo fora dos centros populacionais. Empresários e dirigentes associativos com baixas habilitações e qualificações. Proliferação de micro-empresas com escassa estrutura organizacional, com baixa qualificação dos empresários e economicamente insustentáveis. Fraco aproveitamento das energias renováveis. Elevado nível de importações de produtos hortícolas e frutícolas
	
Desafios de intervenção	
<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de mobilização de atores e iniciativa privada para Investimentos na criação e no desenvolvimento de Atividades não Agrícolas. Aproveitamento e valorização económica sustentável dos recursos e produtos locais. Maior integração e complementaridade entre os diferentes sectores de atividade económica. Promoção territorial através do estímulo ao funcionamento em rede entre atores locais e da cooperação inter territorial e transnacional Criação de redes regionais de promoção integrada e comercialização dos seus recursos (gastronomia, animação cultural, património natural e cultural, alojamento, desportos náuticos, pesca, etc..). 	
	
Objetivos Estratégicos	
<ul style="list-style-type: none"> Valorização económica dos recursos e produtos endógenos do Território; Dinamização económica do território e criação de emprego; Preservação e conservação do património material e imaterial existente; 	

Quadro 36. Área temática Infraestruturas de Coesão Social e Territorial

Potencialidades e recursos para o desenvolvimento	Dimensões problema
<ul style="list-style-type: none"> Existência de serviços de proximidade com valências diversificadas (sobretudo em Ponta Delgada). Diversidade e oferta de equipamentos nas áreas da cultura, desporto e lazer (Ponta Delgada). População e ativos com estrutura de idades relativamente jovem (acréscimo da população em idade ativa (15-64 anos). 	<ul style="list-style-type: none"> Desertificação das freguesias rurais menos povoadas. Deficiente articulação entre a oferta educativa e formativa e o mercado de emprego. Persistem debilidades ao nível da oferta existente para dar resposta às necessidades, nomeadamente, de apoio a idosos e/ou a crianças e ainda a casos específicos ligados a fenómenos.
Desafios e Intervenção	
<ul style="list-style-type: none"> Investimentos em serviços básicos locais, sobretudo requalificação de espaços existentes para <i>Startup</i> de empresas e atividades em Economia Social. Projetos de economia social de apoio à infância e grupos de risco, através da recuperação de edifício para apoio e atendimento. Organização em rede de equipamentos e adoção de soluções inovadoras, promovendo, em parceria entre entidades e com a sociedade civil, a provisão de bens e serviços melhor ajustados à procura local. Capacitação das instituições e dos seus técnicos, promovendo uma lógica de serviços de proximidade orientada para o beneficiário/utente, potenciando o abandono da tradicional abordagem assistencialista da intervenção social. 	
Objetivos Estratégicos	
<ul style="list-style-type: none"> Qualificação e reforço dos serviços de proximidade; Capacitação dos atores e agentes locais; Animação social, económica e organizacional do território. 	

Do ponto de vista territorial e de forma a evidenciar a articulação entre o diagnóstico e os objetivos estratégicos, a nível local apresenta-se de seguida uma síntese das principais dimensões-problema existentes em cada concelho asis como os seus recursos para o desenvolvimento.

Articulação entre o diagnóstico e os objetivos, a nível local (Ilha)

Concelho de Ponta Delgada

Atividades do Turismo e Lazer e Património Natural e cultural

Potencialidades e recursos para o desenvolvimento

Crescente procura enquanto do destino turístico

Condições favoráveis para o desenvolvimento de um conjunto diversificado de vertentes turísticas (geológica, marítima, náutica, desportiva, de aventura, de negócios, de saúde e bem-estar, patrimonial/histórico).

Diversidade e singularidade dos recursos naturais, com potencial de aproveitamento económico e valia ambiental.

A Ilha de São Miguel é referenciada como prioridade enquanto destino turístico em todos os canais de comunicação.

Dimensões problema

Desadequação de determinadas infraestruturas de suporte aos projetos turísticos.

Elevado risco de incapacidade de resposta de qualidade para receção e animação do fluxo turístico

Sobreposições de eventos e ausência de mecanismos integrados de oferta de eventos culturais e gastronómicos

Empresários e dirigentes associativos com baixas habilitações e qualificações.

Objetivos estratégicos

Afirmação do território de intervenção como espaço turístico de excelência

Dinamização económica do território e criação de emprego

Preservação e conservação do património material e imaterial existente;

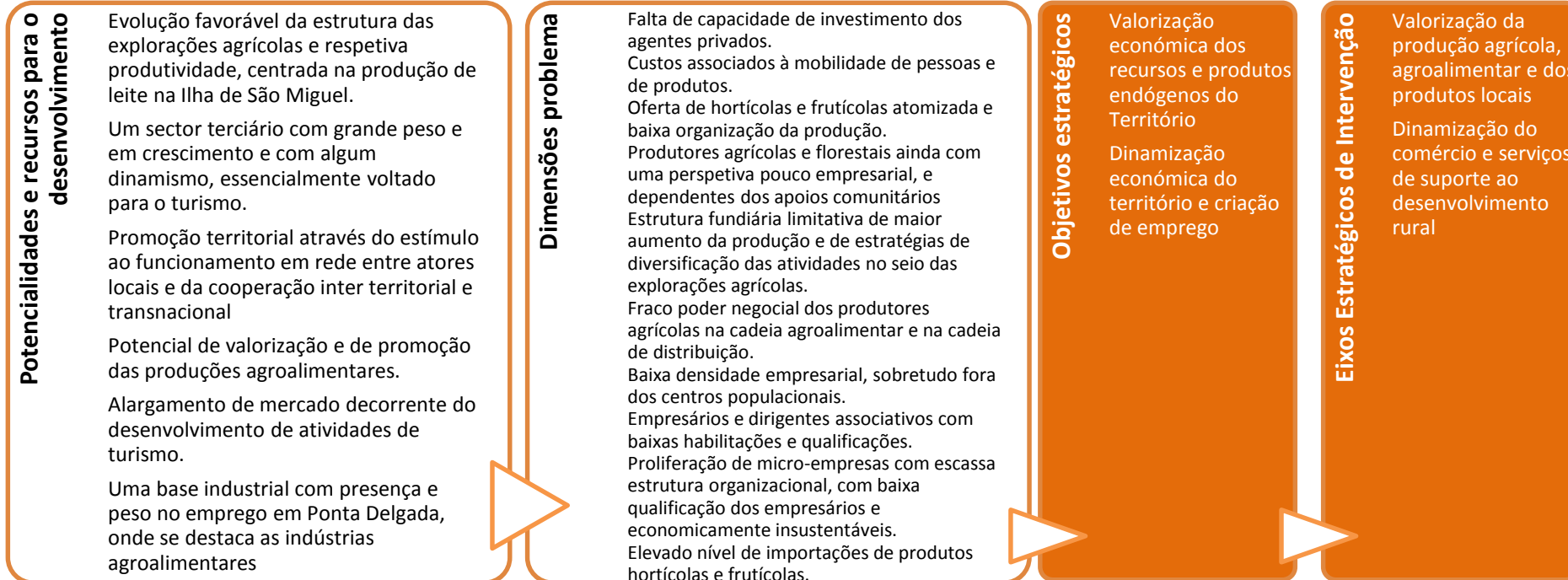
Capacitação dos atores e agentes locais

Eixos Estratégicos de Intervenção

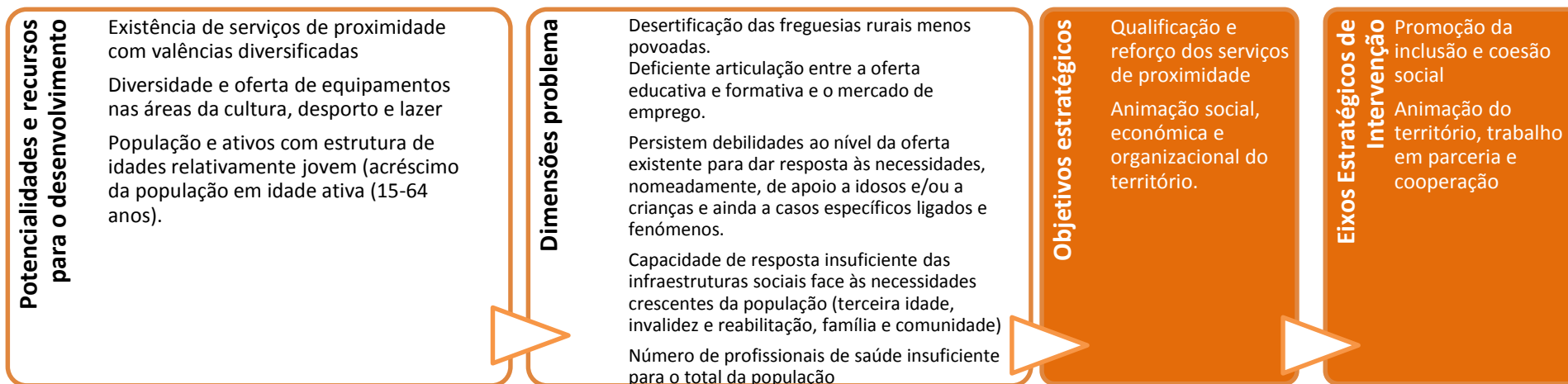
Afirmação das atividades de turismo e lazer

Proteção, valorização e promoção do património cultural e natural.

Atividades da Economia Rural

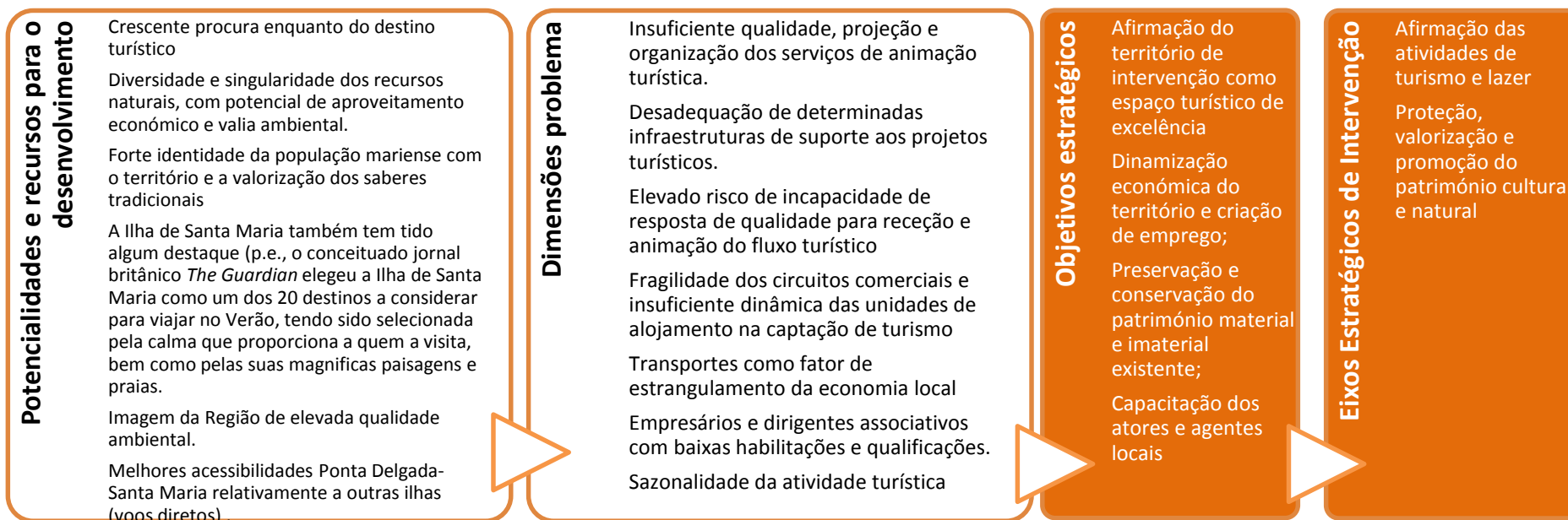


Infraestruturas de Coesão Social e Territorial



Ilha de Santa Maria

Atividades do Turismo e Lazer e Património Natural e cultural



Atividades da Economia Rural

Potencialidades e recursos para o desenvolvimento

Evolução favorável da estrutura das explorações agrícolas e respetiva produtividade, centrada na produção de carne e exploração vegetal na Ilha de Santa Maria (que tem uma meloa IGP).

Um sector terciário com grande peso e em crescimento e com algum dinamismo, essencialmente voltado para o turismo. A densidade de empresas na Ilha de Santa Maria é cerca de metade do que no Concelho de Ponta Delgada, e o volume de negócios por empresa, cerca de 1/3.

Promoção territorial através do estímulo ao funcionamento em rede entre atores locais e da cooperação interterritorial e transnacional

Exploração do potencial de produção de energias renováveis em vários domínios: hídrico, eólico, solar.

Potencial de valorização e de promoção das produções agroalimentares.

Alargamento de mercado decorrente do desenvolvimento de atividades de turismo.

Dimensões problema

Falta de capacidade de investimento dos agentes privados.

Custos associados à mobilidade de pessoas e de produtos.

Oferta de hortícolas e frutícolas atomizada e baixa organização da produção.

Insuficiente valorização dos produtos (diferenciação, inovação, projeção).

Produtores agrícolas e florestais ainda com uma perspectiva pouco empresarial, e dependentes dos apoios comunitários

Baixa densidade empresarial

Empresários e dirigentes associativos com baixas habilitações e qualificações.

Fraco aproveitamento das energias renováveis.

Elevado nível de importações de produtos hortícolas e frutícolas

Objetivos estratégicos

Valorização económica dos recursos e produtos endógenos do Território

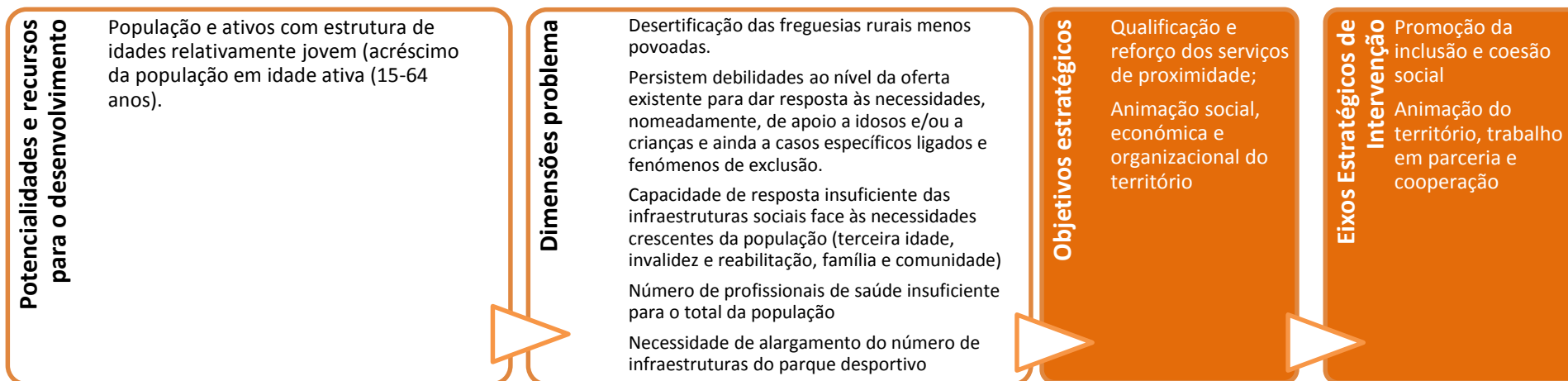
Dinamização económica do território e criação de emprego;

Eixos Estratégicos de Intervenção

Valorização da produção agrícola, agroalimentar e dos produtos locais

Dinamização do comércio e serviços de suporte ao desenvolvimento rural

Infraestruturas de Coesão Social e Territorial



ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A. ENQUADRAMENTO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O Território de Intervenção da ARDE, conforme evidenciado no Ponto anterior, depara-se com um conjunto de **Desafios estratégicos** que se constituem como a matriz de referência para a Estratégia de Desenvolvimento Local, numa perspetiva da sua afirmação com uma resposta às principais Dimensões-problema do Território, tendo por base os seus Recursos

Estes **Desafios estratégicos** evidenciam um conjunto de **Linhas estruturantes de intervenção** que suportam a Estratégia de Desenvolvimento Local para o território de Intervenção da ARDE.

Linhas estruturantes de intervenção
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Focalização nos recursos do território, numa perspetiva, quer de preservação e conservação da biodiversidade, quer de aproveitamento económico sustentável e melhoria das condições de competitividade e valorização pelo mercado, incluindo nomeadamente os recursos naturais e culturais e as produções e produtos locais e o artesanato; ✓ Estruturação de oportunidades em torno da valorização económica dos ativos do território nomeadamente numa perspetiva do aproveitamento do seu potencial turístico (Projetos integrados e que envolvam produtos e recursos locais: alojamento, gastronomia, património religioso e cultural, lazer, desportos náuticos e pesca desportiva, paisagem, animação cultural); ✓ Criação de sinergias e complementaridades entre os diferentes sectores de atividade económica, contribuindo para a densificação e diversificação da economia do território de intervenção; ✓ Valorização da vertente da Coesão social e territorial, assente na rede de equipamentos existentes em áreas como os serviços sociais de proximidade, educação e formação, saúde, cultura, desporto e outros serviços de proximidade, sob gestão e dinamizadas pelos atores do território (Municípios, Freguesias, IPSS, Associações e outras Organizações da Economia Social). ✓ Mobilização e envolvimento das entidades parcerias e outros atores do território para o trabalho em rede e em cooperação, numa perspetiva de reforço da capacidade de animação e intervenção e de concertação de recursos e iniciativas, tendo em vista a promoção do desenvolvimento do Território.

Com base neste conjunto heterogéneo (mas suficientemente racional e coerente nas suas expressões/presença no território) de linhas estruturantes de intervenção foram definidos os Objetivos Estratégicos da EDL, alicerçados em seis Eixos Estratégicos de Intervenção.

Objetivos Estratégicos
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Afirmção do território de intervenção como espaço turístico de excelência; ➤ Valorização económica dos recursos e produtos endógenos do Território; ➤ Dinamização económica do território e criação de emprego; ➤ Preservação e conservação do património material e imaterial existente; ➤ Qualificação e reforço dos serviços de proximidade; ➤ Capacitação dos atores e agentes locais; ➤ Animação social, económica e organizacional do território.
Eixos Estratégicos de Intervenção
<ol style="list-style-type: none"> 1. Afirmção das atividades de turismo e lazer 2. Valorização da produção agrícola, agroalimentar e dos produtos locais 3. Dinamização do comércio e serviços de suporte ao desenvolvimento rural 4. Proteção, valorização e promoção do património cultural e natural 5. Promoção da inclusão e coesão social 6. Animação do território, trabalho em parceria e cooperação

B. DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nos pontos seguintes apresenta-se de forma relativamente detalhada o racional de intervenção associado a cada um dos Eixo Estruturante de Intervenção.

EIXO 1. AFIRMAÇÃO DAS ATIVIDADES DE TURISMO E LAZER

Tipologias de intervenção do PRORURAL⁺ Mobilizadas

6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas

7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas

Objetivos Específicos

- Qualificação, diversificação e densificação das atividades de suporte ao desenvolvimento do Turismo
- Promoção da complementaridade entre as produções primárias e as atividades turísticas
- Reforço das condições de usufruto dos recursos turísticos de forma sustentável
- Preservação e conservação da biodiversidade dos recursos naturais existentes
- Promoção, divulgação e animação turística do Território

Vertentes de atuação

- Qualificação e reforço do alojamento turístico (Empreendimentos de turismo no espaço rural, nos grupos de agroturismo e casas de campo, Turismo de habitação, Alojamento local, Parques de campismo e caravanismo)
- Densificação das atividades comerciais de apoio ao turismo e lazer (restaurantes, lojas de produtos locais,...)
- Desenvolvimento de atividades de animação turística, incluindo serviços de recreação e lazer e atividades pedagógicas
- Alargamento da oferta de serviços de suporte ao turismo (aluguer de carros, agencias de viagens, organização de eventos e de visitas,...)
- Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos
- Criação de imagens de marca, elementos de design e de meios de divulgação e comunicação das atividades turísticas existentes no Território
- Implementação de rotas, percursos, trilhos
- Sinalética de interpretação da natureza e de vivências da componente ambiental
- Criação centros de informação turística
- Sinalização de locais turísticos de interesse reconhecido
- Dinamização de produtos e serviços associados a atividades pedagógicas e de lazer
- Implementação de programas de divulgação e animação turística
- Inventariação dos recursos turísticos existentes (museus e núcleos museológicos, alojamento, restauração, artesanato, pontos de interesse, pontos de venda, etc)

Resultados Esperados

- Valorização turística dos recursos naturais e culturais existentes
- Dinamização de atividades e serviços de apoio turístico
- Diversificação e incremento dos rendimentos e das fontes de receita dos produtores agrícolas
- Criação de emprego
- Melhoria da atratividade e visibilidade externa do Território
- Afirmação do potencial turístico do Território

Indicadores de Realização

- Nº de empresas criadas
- Nº de empresas apoiadas
- Nº de explorações agrícolas apoiadas
- Nº de projetos de serviços de apoio turístico
- Nº de infraestruturas de lazer apoiadas
- Nº de serviços associados às atividades pedagógicas e de lazer

Indicadores de Resultado

- Nº de postos de trabalho criados
- Nº de camas criadas
- Nº de visitantes das infraestruturas apoiadas

EIXO 2. VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, AGROALIMENTAR E DOS PRODUTOS LOCAIS

Tipologias de intervenção do PRORURAL⁺ Mobilizadas

6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas

Objetivos Específicos

- Promoção e afirmação dos produtos locais
- Reforço da complementaridade entre as produções primárias e outras atividades económicas
- Melhoria da valorização económica dos produtos e recursos locais

Vertentes de atuação

- Desenvolvimento de atividades complementares à agricultura nas explorações agrícolas, as energias renováveis, a produção de bens resultantes da atividade de transformação, pontos de venda direta de bens produzidos na exploração
- Criação e de atividades económicas relacionadas com as produções agrícolas, agroalimentares e os produtos locais
- Apoio a estratégias e iniciativas de divulgação e marketing que potenciem a valorização e notoriedade dos produtos e produções locais
- Promoção do artesanato e das artes e ofícios tradicionais e apoio à instalação e modernização de unidades existentes
- Promoção de serviços para a inovação e o “design” no artesanato e em outros produtos locais
- Produção de branding e de materiais de divulgação e promoção de produtos agrícolas e agroalimentares locais
- Apoio à comercialização qualificada de produtos locais

Resultados Esperados

- Dinamização da estrutura empresarial
- Valorização e reforço da competitividade dos produtos e produções locais
- Diversificação e incremento dos rendimentos e das fontes de receita dos produtores agrícolas
- Criação de emprego

Indicadores de Realização

- Nº de empresas criadas
- Nº de empresas apoiadas
- Nº de explorações agrícolas apoiadas

Indicadores de Resultado

- Nº de postos de trabalho criados

EIXO 3. DINAMIZAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO RURAL

Tipologias de intervenção do PRORURAL+ Mobilizadas

6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas

Objetivos Específicos

- Diversificação e densificação do tecido empresarial
- Modernização e reforço dos fatores de competitividade das empresas existentes

Vertentes de atuação

- Apoio à densificação e qualificação da rede de microempresas rurais quer na área do comércio de proximidade, quer da prestação de serviços de suporte, p.ex, distribuição, transformação e embalamento e comercialização de produtos agroalimentares; prestação de serviços ambientais e agrorurais; empresas de manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas; serviços no domínio do combate às alterações climáticas (economia verde); e serviços de apoio às pessoas, às famílias e a grupos sociais desfavorecidos.

Resultados Esperados

- Densificação, diversificação e qualificação das atividades das economias rurais
- Modernização e qualificação do tecido empresarial existente
- Criação de emprego e promoção da empregabilidade

Indicadores de Realização

- Nº de empresas criadas
- Nº de empresas apoiadas
- Nº de explorações agrícolas apoiadas

Indicadores de Resultado

Nº de postos de trabalho criados

EIXO 4. PROTEÇÃO, VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL

Tipologias de intervenção do PRORURAL⁺ Mobilizadas

7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental

Objetivos Específicos

- Preservação, conservação e recuperação da identidade cultural específica do território.
- Preservação e conservação da biodiversidade dos recursos naturais existentes
- Promoção da sensibilização ambiental

Vertentes de atuação

- Apoio a ações e iniciativas de sensibilização ambiental.
- Ações de conservação e valorização do património arquitetónico tradicional inserido no meio rural
- Ações de preservação, recuperação e divulgação de práticas e tradições culturais, incluindo p.ex., a Inventariação, divulgação e animação do património e da rede de equipamentos culturais e a realização de eventos associados ao património, à cultura e a bens culturais e naturais.
- Refuncionalização de edifícios tradicionais para atividades ligadas à preservação e valorização da cultura tradicional e sensibilização ambiental

Resultados Esperados

- Aumento da sustentabilidade paisagística e ambiental e conservação da biodiversidade
- Aumento das condições de usufruto dos recursos
- Melhoria da atratividade do TI
- Valorização e divulgação do património arquitetónico tradicional e de práticas e tradições culturais.
- Maior sensibilização ambiental

Indicadores de Realização

- Nº de projetos apoiados relacionados com o património arquitetónico tradicional
- Nº de projetos apoiados relacionados com o património cultural
- Nº de projetos apoiados relacionados com o património imaterial tradicional
- Nº de ações de sensibilização realizadas

Indicadores de Resultado

- População abrangida pelas intervenções ou infraestruturas físicas apoiadas
- Nº de participantes nas ações de sensibilização realizadas

EIXO 5. PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL

Tipologias de intervenção do PRORURAL⁺ Mobilizadas

7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia

7.4 – Investimento em serviços básicos locais

Objetivos Específicos

- Reforço das infraestruturas de suporte e apoio às atividades económicas
- Melhoria da rede de infraestruturas de apoio à população
- Promoção da utilização de energias renováveis
- Qualificação e diversificação dos equipamentos e serviços sociais de proximidade
- Promoção das atividades culturais e recreativas de base local

Vertentes de atuação

- Apoio a infraestruturas locais de apoio às atividades económicas
- Apoio a infraestruturas que visem melhorar as condições de vida das populações
- Alargamento de suportes de *hardware* e *software*, bem como de plataformas de locais de ligação a internet e videoconferência
- Apoio à criação de locais de informação
- Apoio a iniciativas relacionadas com as energias renováveis
- Apoio a diversificação e qualificação da rede de equipamentos e valências de apoio social existentes no Território, incluindo a criação de serviços itinerantes
- Dinamização de serviços de animação cultural e recreativa de base local, que envolvam entidades associativas locais de atuação de proximidade

Resultados Esperados

- Melhoria das condições de suporte às iniciativas empresariais
- Criação de emprego e promoção da empregabilidade
- Melhoria das condições de vida da população
- Reforço do acesso das populações a serviços fundamentais
- Acréscimo da utilização de energias renováveis
- Combate a fenómenos de pobreza e exclusão social
- Promoção da inclusão ativa e da empregabilidade

Indicadores de Realização

- Nº de projetos apoiados de infraestruturas de pequena escala
- Nº de projetos apoiados relacionados com o alargamentos de suportes de hardware, software e plataformas locais de ligação à net e videoconferência
- Nº de projetos apoiados no âmbito das energias renováveis
- Nº de projetos de infraestruturação local de apoio às atividades económicas
- N.º de projetos apoiados de cariz marcadamente social (aqueles destinados a crianças, deficientes, idosos e grupos de risco)
- Nº de serviços de animação cultural e recreativa de base local apoiados

Indicadores de Resultado

- Nº de postos de trabalho criados
- População abrangida pelas infraestruturas apoiadas
- Aumento do número de pessoas abrangidas por atividades de apoio social (%)
- População abrangida pelos projetos apoiados de animação cultural e recreativa de base local

EIXO 6. ANIMAÇÃO DO TERRITÓRIO, TRABALHO EM PARCERIA E COOPERAÇÃO

Tipologias de intervenção do PRORURAL⁺ Mobilizadas

- 19.1 - Apoio preparatório
- 19.3 - Elaboração e implementação de atividades de cooperação da ação local
- 19.4 - Apoio aos custos operacionais e de animação

Objetivos Específicos

- Mobilização dos atores locais para a implementação da EDL
- Promoção de uma atuação concertada entre os vários atores do território
- Animação territorial e divulgação de experiências e boas práticas de desenvolvimento rural

Vertentes de atuação

- Ações de animação territorial, incluindo a divulgação da EDL
- Ações e iniciativas conjuntas com os membros da parceria
- Dinamização de projetos de cooperação
- Apoio técnico a proponentes de projetos de investimentos
- Intercâmbios de experiências com outras entidades

Resultados Esperados

- Incremento da cooperação a nível regional, nacional, transnacional
- Promoção e animação do Território
- Envolvimento da parceria na implementação da EDL

Indicadores de Realização

- Nº de ações de sensibilização realizadas
- Nº de iniciativas realizadas com os membros da parceria
- Nº de projetos de cooperação desenvolvidos

Indicadores de Resultado

- Nº de participantes nas ações realizadas

Metas

- 5 ações de sensibilização
- 10 iniciativas com a parceria
- 4 projetos de cooperação
- 250 participantes na totalidade das ações

C. MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO DA EDL

Eixos Estratégicos	Enquadramento no PRORURAL ⁺	Objetivos específicos	Vertentes de atuação	Resultados Esperados	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
1. Afirmação das atividades de turismo e lazer	6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Qualificação, diversificação e densificação das atividades de suporte ao desenvolvimento do Turismo ➤ Promoção da complementaridade entre as produções primárias e as atividades turísticas 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação e reforço do alojamento turístico (Empreendimentos de turismo no espaço rural, nos grupos de agroturismo e casas de campo, Turismo de habitação, Alojamento local, Parques de campismo e caravanismo) • Densificação das atividades comerciais de apoio ao turismo e lazer (restaurantes, lojas de produtos locais,...) • Desenvolvimento de atividades de animação turística, incluindo serviços de recreação e lazer e atividades pedagógicas • Alargamento da oferta de serviços de suporte ao turismo (aluguer de carros, agências de viagens, organização de eventos e de visitas,...) • Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos • Criação de imagens de marca, elementos de design e de meios de divulgação e comunicação das atividades turísticas existentes no TI 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Valorização turística dos recursos naturais e culturais existentes ✓ Melhoria da atratividade do TI ✓ Dinamização da estrutural empresarial ✓ Diversificação e incremento dos rendimentos e das fontes de receita dos produtores agrícolas ✓ Criação de emprego 	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de empresas criadas • Nº de empresas apoiadas • Nº de explorações agrícolas apoiadas • Nº de serviços associados às atividades pedagógicas e de lazer 	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de postos de trabalho criados • Nº de camas criadas
	7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reforço das condições de usufruto dos recursos turísticos de forma sustentável ➤ Preservação e conservação da biodiversidade dos recursos naturais existentes ➤ Promoção, divulgação e animação turística do Território 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de rotas, percursos, trilhos; • Sinalética de interpretação da natureza e de vivências da componente ambiental • Criação centros de informação turística • Sinalização de locais turísticos de interesse reconhecido • Dinamização de produtos e serviços associados a atividades pedagógicas e de lazer • Implementação de programas de divulgação e animação turística • Inventariação dos recursos turísticos existentes (museus e núcleos museológicos, alojamento, restauração, artesanato, pontos de interesse, pontos de venda, etc). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhoria da atratividade do Território ✓ Reforço da visibilidade externa do Território ✓ Dinamização de atividades e serviços de apoio turístico ✓ Afirmação do potencial turístico do Território 	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de projetos de serviços de apoio turístico • Nº de infraestruturas de lazer apoiadas 	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de postos de trabalho criados • Nº de visitantes das infraestruturas apoiadas

Eixos Estratégicos	Enquadramento no PRORURAL ⁺	Objetivos específicos	Vertentes de atuação	Resultados Esperados	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
2. Valorização da produção agrícola, agroalimentar e dos produtos locais	6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Promoção e afirmação dos produtos locais ➤ Reforço da complementaridade entre as produções primárias e outras atividades económicas ➤ Melhoria da valorização económica dos produtos e recursos locais 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de atividades complementares à agricultura nas explorações agrícolas, as energias renováveis, a produção de bens resultantes da atividade de transformação, pontos de venda direta de bens produzidos na exploração • Criação e de atividades económicas relacionadas com as produções agrícolas, agroalimentares e os produtos locais • Apoio a estratégias e iniciativas de divulgação e marketing que potenciem a valorização e notoriedade dos produtos e produções locais • Promoção do artesanato e das artes e ofícios tradicionais e apoio à instalação e modernização de unidades existentes • Promoção de serviços para a inovação e o “design” no artesanato e em outros produtos locais • Produção de branding e de materiais de divulgação e promoção de produtos agrícolas e agroalimentares locais • Apoio à comercialização qualificada de produtos locais 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dinamização da estrutura empresarial ✓ Valorização e reforço da competitividade dos produtos e produções locais ✓ Diversificação e incremento dos rendimentos e das fontes de receita dos produtores agrícolas • Criação de emprego 	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de empresas criadas • Nº de empresas apoiadas • Nº de explorações agrícolas apoiadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de postos de trabalho criados
3. Dinamização do comércio e serviços de suporte ao desenvolvimento rural	6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diversificação e densificação do tecido empresarial ➤ Modernização e reforço dos factores de competitividade das empresas existentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à densificação e qualificação da rede de microempresas rurais quer na área do comércio de proximidade, quer da prestação de serviços de suporte, p.ex, distribuição, transformação e embalagem e comercialização de produtos agroalimentares; prestação de serviços ambientais e agrorurais; empresas de manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas; serviços no domínio do combate às alterações climáticas (economia verde); e serviços de apoio às pessoas, às famílias e a grupos sociais desfavorecidos 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Densificação, diversificação e qualificação das atividades das economias rurais ✓ Modernização e qualificação do tecido empresarial existente. ✓ Criação de emprego e promoção da empregabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de empresas criadas • Nº de empresas apoiadas • Nº de explorações agrícolas apoiadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de postos de trabalho criados

Eixos Estratégicos	Enquadramento no PRORURAL ⁺	Objetivos específicos	Vertentes de atuação	Resultados Esperados	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
4. Proteção, valorização e promoção do património cultural e natural	7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Preservação, conservação e recuperação da identidade cultural específica do território ➤ Preservação e conservação da biodiversidade dos recursos naturais existentes ➤ Promoção da sensibilização ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a ações e iniciativas de sensibilização ambiental • Ações de conservação e valorização do património arquitetónico tradicional inserido no meio rural • Ações de preservação, recuperação e divulgação de práticas e tradições culturais, incluindo p.ex., a Inventariação, divulgação e animação do património e da rede de equipamentos culturais e a realização de eventos associados ao património, à cultura e a bens culturais e naturais • Refuncionalização de edifícios tradicionais para atividades ligadas à preservação e valorização da cultura tradicional e sensibilização ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento da sustentabilidade paisagística e ambiental e conservação da biodiversidade ✓ Aumento das condições de usufruto dos recursos ✓ Melhoria da atratividade do TI ✓ Valorização e divulgação do património arquitetónico tradicional e de práticas e tradições culturais ✓ Maior sensibilização ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de projetos apoiados relacionados com o património arquitetónico tradicional • Nº de projetos apoiados relacionados com o património cultural • Nº de projetos apoiados relacionados com o património imaterial tradicional • Nº de ações de sensibilização ambiental realizadas 	<ul style="list-style-type: none"> • População abrangida pelas intervenções ou infraestruturas físicas apoiadas • Nº de participantes nas ações de sensibilização realizadas

Eixos Estratégicos	Enquadramento no PRORURAL ⁺	Objetivos específicos	Vertentes de atuação	Resultados Esperados	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
5. Promoção da inclusão e coesão social e territorial	7.2 – Investimento em infraestrutura de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reforço das infraestruturas de suporte e apoio às atividades económicas ➤ Melhoria da rede de infraestruturas de apoio à população ➤ Promoção da utilização de energias renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a infraestruturas locais de apoio às atividades económicas • Apoio a infraestruturas que visem melhorar as condições de vida das populações • Alargamento de suportes de hardware e software, bem como de plataformas de locais de ligação a internet e videoconferência, • Apoio à criação de locais de informação • Apoio a iniciativas relacionadas com as energias renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhoria das condições de suporte às iniciativas empresariais ✓ Criação de emprego e promoção da empregabilidade ✓ Melhoria das condições de vida da população ✓ Reforço do acesso das populações a serviços fundamentais ✓ Acréscimo da utilização de energias renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de projetos apoiados de infraestruturas de pequena escala • Nº de projetos apoiados relacionados com o alargamento de suportes de hardware, software e plataformas locais de ligação à net e videoconferência • Nº de projetos de infraestruturação local de apoio às atividades económicas • Nº de projetos apoiados no âmbito das energias renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de postos de trabalho criados • População abrangida pela infraestruturas apoiadas

Eixos Estratégicos	Enquadramento no PRORURAL ⁺	Objetivos específicos	Vertentes de atuação	Resultados Esperados	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
	7.4 – Investimento em serviços básicos locais	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Qualificação e diversificação dos equipamentos e serviços sociais de proximidade ➤ Promoção das atividades culturais e recreativas de base local 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a diversificação e qualificação da rede de equipamentos e valências de apoio social existentes no Território, incluindo a criação de serviços itinerantes; • Dinamização de serviços de animação cultural e recreativa de base local, que envolvam entidades associativas locais de atuação de proximidade 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criação de emprego. ✓ Combate a fenómenos de pobreza e exclusão social ✓ Melhoria das condições de vida da população ✓ Reforço do acesso das populações a serviços fundamentais. ✓ Promoção da inclusão ativa e da empregabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de projetos apoiados de cariz marcadamente social (aqueles destinados a crianças, deficientes, idosos e grupos de risco) • N.º de serviços de animação cultural e recreativa de base local apoiados 	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de postos de trabalho criados • Aumento do número de pessoas abrangidas por atividades de apoio social (%) • População abrangida pelos projetos apoiados de animação cultural e recreativa de base local

Eixos Estratégicos	Enquadramento no PRORURAL ⁺	Objetivos específicos	Vertentes de atuação	Resultados Esperados	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
6. Animação do território, trabalho em parceria e cooperação	19.1 - Apoio preparatório 19.3 - Elaboração e implementação de atividades de cooperação da ação local 19.4 - Apoio aos custos operacionais e de animação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Mobilização dos atores locais para a implementação da EDL ➤ Promoção de uma atuação concertada entre os vários atores do território ➤ Animação territorial e divulgação de experiências e boas práticas de 	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de animação territorial, incluindo a divulgação da EDL • Ações e iniciativas conjuntas com os membros da parceria • Dinamização de projetos de cooperação. • Apoio técnico a proponentes de projetos de investimentos. • Intercâmbios de experiências com outras entidades. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Incremento da cooperação a nível regional, nacional, transnacional. ✓ Promoção e animação do Território ✓ Envolvimento da parceria na implementação da EDL 	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ações de sensibilização realizadas • N.º de iniciativas realizadas com os membros da parceria • N.º de projetos de cooperação desenvolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de participantes nas ações realizadas

Eixos Estratégicos	Enquadramento no PRORURAL ⁺	Objetivos específicos	Vertentes de atuação	Resultados Esperados	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
		desenvolvimento rural				

D. Quadro de Indicadores de Desempenho, Realização e Resultado

➤ Indicadores de Desempenho

Indicadores de Desempenho	Meta
Número de operações apoiadas para melhorar serviços de base e infraestruturas em zonas rurais (áreas visadas 6B e 6C)	102
Total de despesas públicas P6 (EUR)	TOTAL EDL: 4.922.452,38 € 19.2: 3.937.961,90 € Intervenção 6.4: 1.575.184,76€ Intervenção 7.2: 472.555,43€ Intervenção 7.4: 1.181.388,57€ Intervenção 7.5: 315.036,95€ Intervenção 7.6: 393.796,19€ 19.4: 984.490,48 €
População abrangida pelo GAL (área visada 6B) (%)	100% (74.361 habitantes)

➤ Indicadores Comuns de Resultado

Indicadores Comuns de Resultado	
R22: População abrangida pelo GAL (%)	100% (74.361 habitantes)
R23: População rural que beneficia de melhores serviços e infraestruturas (%)	10%
R24: Postos de trabalho criados nos projetos apoiados	30 (Intervenção 6.4: 20; Intervenção 7.2.: 3; Intervenção 7.4: 5; Intervenção 7.5: 2)

➤ Indicadores Comuns de Realização

Indicadores Comuns de Realização	Meta
015. População que beneficia de melhores serviços e infraestruturas (nº)	7.436 habitantes

➤ Indicadores “Target”

Indicadores “Target”	Meta
T21: População abrangida pelo GAL (%)	100% (74.361 habitantes)
T22: População rural que beneficia de melhores serviços e infraestruturas (%)	10%
T23: Postos de trabalho criados nos projetos apoiados	30 (Intervenção 6.4: 20; Intervenção 7.2.: 3; Intervenção 7.4: 5; Intervenção 7.5: 2)

➤ Outros Indicadores de Realização

Outros Indicadores de Realização	Meta
Micro e pequenas empresas criadas (n.º) (Intervenção 6.4)	10
Empresas apoiadas (n.º) (Intervenção 6.4)	20
Explorações agrícolas apoiadas (n.º) (Intervenção 6.4)	7
Projetos de serviços de apoio turístico e de animação turística (n.º) (Intervenção 6.4)	10
Projetos públicos apoiados em infraestruturas locais de pequena escala (n.º) (Intervenção 7.2)	10
Projetos apoiados no âmbito do alargamento de suportes de hardware e software, Internet e videoconferência (n.º) (Intervenção 7.2)	5
Projetos apoiados no âmbito da infraestruturação local de apoio às atividades económicas (n.º) (Intervenção 7.2)	3
Projetos apoiados no âmbito das energias renováveis (n.º) (Intervenção 7.2)	3
Serviços de animação cultural apoiados (n.º) (Intervenção 7.4.)	10
Projetos apoiados de cariz marcadamente social (destinados a crianças, deficientes, idosos e grupos de risco) (n.º) (Intervenção 7.4.)	20
Projetos de serviços de apoio turístico (n.º) (Intervenção 7.5.)	5

Outros Indicadores de Realização	Meta
Infraestruturas de pequena escala apoiadas dedicadas à atividade turística (n.º) (Intervenção 7.5.)	5
Projetos de serviços associados às atividades pedagógicas e de lazer apoiados (n.º) (Intervenção 7.5.)	5
Infraestruturas de lazer criadas (n.º) (Intervenção 7.5.)	10
Projetos apoiados relacionados com o património arquitetónico tradicional (n.º) (Intervenção 7.6.)	10
Projetos apoiados relacionados com o património cultural (n.º) (Intervenção 7.6.)	6
Projetos apoiados relacionados com o património imaterial tradicional (n.º) (Intervenção 7.6.)	6
ações de sensibilização ambiental realizadas (n.º) (Intervenção 7.6.)	5

➤ **Outros Indicadores de Resultado**

Outros Indicadores de Resultado	Meta
Camas criadas (nº) Intervenção 6.4	25
População do GAL abrangida pela infraestruturas apoiadas (%) (Intervenção 7.2.)	10%
População do GAL abrangida por atividades de apoio social (%) (Intervenção 7.4.)	10%
População do GAL abrangida pelos projetos apoiados de animação cultural e recreativa (%) (Intervenção 7.4.)	10%
Visitantes das infraestruturas apoiadas (nº) (Intervenção 7.5.)	250
Participantes nas ações de sensibilização realizadas (nº) (Intervenção 7.6.)	150

E. ARTICULAÇÃO COM O PRORURAL+ E COM OUTROS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA INCIDENTES NO MESMO TERRITÓRIO

Os elementos de coerência a identificar entre a EDL da ARDE e as Estratégias regionais e setoriais incidentes no mesmo território devem ter presente que este instrumento de programação foi construído tendo presente o alinhamento de prioridades definidas pelo **PRORURAL+** e tendo em consideração o “Plano Estratégico de Desenvolvimento 2014-2020” para Ponta Delgada (Relatórios 3 e 4 – Estratégia Territorial e Operacional e Plano de Ação, Sociedade Portuguesa de Inovação, Janeiro de 2015).

De acordo com o PRORURAL+, a implementação de Estratégias Desenvolvimento Local, através da ação dinamizadora dos GAL, tem-se manifestado como um instrumento de política muito útil na criação de oportunidades de emprego para a população local, na oferta turística destes territórios, bem como na criação de atividades complementares à produção agrícola, valorização do ambiente e da paisagem rural, produção de serviços básicos e imprescindíveis para a manutenção das populações nos territórios alvo de intervenção.

É esta matriz de trabalho que a ARDE tem como intenção desenvolver e aprofundar no período de programação 2014-2020, através das intervenções seguintes:

- Intervenção 6.4. Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas;
- Intervenção 7.2. Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia;
- Intervenção 7.4. Investimento em serviços básicos locais;
- Intervenção 7.5. Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas;
- Intervenção 7.6. Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental.

Dado o facto de a EDL se enquadrar nas cinco intervenções previstas pelo PRORURAL+, assegura por si só a coerência com o Programa.

Numa lógica de coerência tendo em conta os objetivos transversais dos fundos comunitários para a Região, a ARDE analisou o **PO Açores 2020**, com vista a aplicar a desejável coerência entre intervenções e tipologias de apoios e de beneficiários. Nesse documento de programação são várias as intervenções previstas que têm um elo de ligação/complementaridade com a EDL e outras onde surgem situações de sobreposição. Estas situações podem vir a verificar-se em todas as linhas de intervenção da EDL.

Note-se que este documento de programação integra alguns dos elementos (orientações estratégicas, objetivos, iniciativas, ...) previstas nos documentos orientadores produzidos pelo Governo Regional: *Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial* (2012); *Plano Estratégico para o Fomento do Empreendedorismo na Região Autónoma dos Açores 2013-2016* (2013).

No Quadro 2. do PO Açores 2020 (págs. 59-70) é possível visualizar a Estratégia de Investimento do Programa Operacional. Ao nível dos Eixos Prioritários, os pontos seguintes identificam aqueles cuja coerência e dimensões de contributividade por parte da EDL é mais elevada.

Eixo Prioritário 3. Competitividade das Empresas Regionais

Prioridade de investimento 3.1. Promoção do espírito empresarial, facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadores de empresas.

Tem como objetivo promover o empreendedorismo qualificado e criativo, enquanto potencial de inovação e regeneração dos tecidos económicos setoriais e regionais; através do apoio direto à criação de empresas por jovens empreendedores e à criação das condições estruturantes de fomento do empreendedorismo.

Prioridade de investimento 3.4 Concessão de apoio às capacidades das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação.

Tem como objetivo afirmar as empresas regionais e os seus produtos no mercado regional, por via de apoios, nomeadamente, para a produção de novos bens e serviços e para a adoção de novos métodos de logística e de distribuição, bem como métodos organizacionais ou de marketing.

Eixo Prioritário 4. Economia de Baixo Carbono

Prioridade de investimento 4.2. Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas.

Tem como objetivo aumentar a eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalização dos consumos.

Eixo Prioritário 6. Ambiente e Eficiência dos Recursos

Prioridade de investimento 6.3. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.

Tem como objetivo promover o património natural e cultural, com especial interesse na consolidação da imagem da Região, através de apoios que visem a valorização e promoção do património natural e cultural associado

8. Emprego e Mobilidade Laboral

Prioridade de investimento 8.3. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras

Visa combater o desemprego e estimular o crescimento económico sustentável a médio e longo prazo através do apoio ao autoemprego.

9. Inclusão Social e Combate à Pobreza

Prioridade de Investimento 9.1 Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade

Tem como objetivo aumentar o acesso de grupos vulneráveis ao mercado de trabalho e as competências de grupos em situação de particular desfavorecimento para a sua integração no mercado de trabalho, bem como dotá-los de competências de base mínimas que facilitem a sua inserção social e profissional.

Prioridade de Investimento 9.3. Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades

Tem o objetivo de Prevenir e combater as discriminações múltiplas e a violência doméstica e de género e promover a igualdade de oportunidades, nomeadamente através do apoio a campanhas de sensibilização para a promoção da inclusão.

Prioridade de Investimento 9.5. Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego

Tem como objetivo qualificar e capacitar a Rede Regional de Economia Social no sentido de aumentar a sua eficiência e incentivar a criação de empresas sociais e modernização das já existentes, também como estratégia de empregabilidade de públicos vulneráveis.

Prioridade de Investimento 9.9 Apoio a empresas sociais

Apoiar o investimento e constituição de empresas sociais (instalações, maquinaria e outros equipamentos necessários à atividade das empresas sociais), que contribuam para a criação de postos de trabalho na economia solidária.

Neste contexto, o estabelecimento de sólidos mecanismos de articulação e complementaridade entre as Autoridades de Gestão, será essencial para assegurar a gestão eficiente e a complementaridade entre as intervenções, garantindo a eliminação de riscos de duplo financiamento, a criação de condições de equidade no acesso e financiamento de operações semelhantes e ajustamentos em

termos estratégicos. Um dos primeiros passos neste tipo de procedimentos será a delimitação *ex-ante* de fronteiras de elegibilidade entre FEDER, FSE e FEADER. Desta forma garante-se, à partida, a complementaridade dos apoios, sendo desejável que ao longo na implementação da EDL seja possível manter mecanismos regulares de troca e atualização de informação.

No que se refere a **outras Estratégias regionais e setoriais**, os pontos seguintes apresentam aquelas em que se considera haver pontos evidentes de cruzamento com a EDL. Mais uma vez, e de acordo com o que foi referido anteriormente, importa assegurar o diálogo entre as diferentes estruturas de gestão no sentido da partilha de informação eficiente e eficaz, nomeadamente, sobre a tipologia de apoios a atribuir e a tipologia dos beneficiários. Uma vez mais, o objetivo desta articulação é assegurar a coerência e complementaridade entre os diversos domínios de intervenção de EDL com os demais instrumentos de apoio financeiro disponíveis no mesmo território.

- **PROENERGIA - Sistema de Incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis.** Este sistema de incentivos apoia investimentos no âmbito da exploração de recursos energéticos renováveis para microprodução de energia elétrica ou calorífica, utilizando recursos endógenos e pode, eventualmente, ter sobreposições em termos de tipologia de apoios e de beneficiários a linha de intervenção 7.2. *Investimento em Infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia*, da EDL.
- **SIDART- Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento do Artesanato dos Açores.** Este sistema de incentivos visa qualificar a produção local de artesanato regional, bem como promover a sua qualidade e inovação e a sua comercialização, no sentido de integrar a atividade artesanal no sistema económico regional e de aumentar a sua sustentabilidade.
- **SOREFIL - Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas da Região Autónoma dos Açores.** Este sistema de incentivos visa apoiar a atividade das bandas musicais das sociedades recreativas e filarmónicas da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente através do apoio à aquisição de instrumentos musicais, de fardamento, de repertório a utilizar e de apoio à conservação, manutenção e reparação de instrumentos musicais.
- **RJAAC - Regime Jurídico de Apoio a Atividades Culturais.** Este sistema de incentivos visa apoiar os agentes, individuais ou coletivos, regionais, nacionais ou estrangeiros, que desenvolvam atividades culturais consideradas de relevante interesse para a Região.

**PROCESSO DE ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES NO
DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA**

Trabalhar em Desenvolvimento Rural/local, implica unir vontades e criar nos atores consciência e competências para, de forma concertada, melhor promoverem e gerirem o seu próprio crescimento. Trata-se de um processo comunicacional, que deverá despoletar na estrutura do GAL e na população alvo das intervenções, uma postura pró ativa no sentido de promover e dinamizar o seu território.

Neste novo período de programação, pretende-se reforçar as dinâmicas criadas, recorrendo a uma matriz de trabalho que assente num conjunto de ferramentas organizacionais para garantir que a implementação das ações de animação e projetos de desenvolvimento sejam realizados com níveis de participação e adesão com escala e alargá-la a novos públicos e atores económicos e sociais.

A. PROCESSO DE ENVOLVIMENTO DOS PARCEIROS

A parceria que compõe o Grupo de Ação Local optou por adotar uma mesma Estratégia de Desenvolvimento Local, ambicionando a melhoria do patamar de desenvolvimento económico e social do território de intervenção. Neste contexto, o grande objetivo do GAL ARDE é a união dos parceiros / união do território de intervenção, independentemente das fronteiras administrativas, no sentido de um crescimento socioeconómico assente em sinergias e que capte a dinâmica social/massa crítica oriunda dos diversos parceiros, através da **dinamização de um processo de aprendizagem com a partilha das experiências e conhecimentos de todos os parceiros**, onde se vai fomentar e tirar partido de três aspetos que se consideram fulcrais:

- ligação dos parceiros ao território de intervenção e aos vários setores socioeconómicos;
- articulação efetiva e potencial entre os parceiros;
- articulação entre os parceiros e a Estrutura Técnica do GAL.

Este processo ocorreu no âmbito da elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Local e vai continuar a ocorrer durante a sua operacionalização, implementação, monitorização e avaliação.

A oportunidade de **construir uma estratégia de desenvolvimento conjunta e participada** torna possível o delineamento de um conjunto de intervenções cujo foco se centrará no desenvolvimento sustentável do território de intervenção, uma vez que poderá existir a partilha de recursos e de massa crítica.

Tenha-se presente que as entidades que constituem a parceria do GAL são representativas dos diversos setores de atividade económica e social e articulam-se de forma diferenciada com as suas áreas de intervenção. O envolvimento dos parceiros na fase de elaboração da EDL, foi concretizado através de:

- **Reuniões preparatórias do GAL:** esta tipologia de reuniões teve como objetivo a garantia do funcionamento e operacionalização do modelo organizacional e apresenta-se como uma mais-valia, tendo presente o grau de maturidade que hoje o GAL apresenta, e que se traduz quer na autonomia e credibilidade institucional que detém no território de intervenção, quer nas relações de confiança institucional e interpessoal estabelecidas entre os parceiros, aspetos fundamentais para garantir a mobilização, participação e colaboração desses parceiros, bem como dos potenciais beneficiários.
- **Processo de inquirição:** a aplicação do Inquérito por questionário no âmbito da elaboração da EDL pretendeu contribuir para dispor de um conjunto extensivo de elementos de informação de carácter qualitativo e quantitativo que permitiu conhecer elementos associados ao segmento de atuação dos diversos parceiros e cruzar perspetivas diferenciadas sobre as principais necessidades e fraquezas do território de intervenção, bem como as suas oportunidades e pontos fortes. A análise das respostas contribuiu para identificar os perfis de posicionamento dos parceiros face às dimensões de intervenção que se inscrevem na EDL⁴.
- **Entrevistas:** a realização de entrevistas teve como principal objetivo obter informação de natureza qualitativa centrada na visão dos parceiros através da sua auscultação direta sobre questões relevantes na ótica da construção da EDL, sendo possível explorar visões porventura contrastadas nomeadamente sobre as principais dimensões de intervenção da EDL.
- **Focus Group:** A realização de *Focus-group* nos Concelhos de Ponta Delgada e Vila do Porto inscreveram-se numa lógica de auscultação e de envolvimento e participação ativa dos parceiros no processo de elaboração da EDL para o Território de Intervenção da ARDE, dando relevo às mais diversas atividades desenvolvidas e com potencial de desenvolvimento e à integração de novas abordagens/novos olhares sobre os problemas/desafios.

Os *Focus-group* permitiram aprofundar os níveis de recolha e de discussão crítica das diferentes perspetivas e sensibilidades envolvidas sobre o diagnóstico efetuado e sobre a estratégia a implementar, contribuindo para uma melhoria continuada da qualidade do Diagnóstico e da Estratégia a apresentar ao PRORURAL⁺.

⁴ O inquérito foi enviado a 49 entidades parceiras da ARDE, no dia 14 de julho 2015. Embora tenham sido enviados reforços via email para as entidades resistentes ao preenchimento, o inquérito foi respondido apenas por 13 entidades.

Figura 4. Focus-group em Santa Maria



Estes fóruns de discussão tiveram ainda como objetivo uma dimensão muito relevante que consistiu na recolha de elementos específicos para alimentar um diagnóstico que se pretende perfeitamente aderido à realidade do território de intervenção, permitindo o desenho de uma estratégia que vá ao encontro das necessidades efetivas desse mesmo território.

Quadro 37. Participantes auscultados na definição da EDL da ARDE

Nome	Entidade
PONTA DELGADA	
Andrea Guedes	Coordenadora técnica ARDE
Luísa Magalhães	Vereadora C.M. Ponta Delgada
Fátima Ponte	Vereadora C.M. Ponta Delgada
Nemésia Furtado	Secretaria Regional Solidariedade Social
Rui Raposo	Caso do Povo de Frenais da Luz
Filipe Frias	Associação de Turismo dos Açores (ATA)
José Melo	Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada/A Granja (ex-presidente ARDE)
Emanuel Cabral	Azores Diving
SANTA MARIA	
Cristina Elisabete Batista Gonçalves	ARDE- Delegação Santa Maria/Associação juvenil SMA
Carlos Henrique Lopes Rodrigues	Presidente CM Vila do Porto
Eduardo Cambraia	Junta de Freguesia Vila do Porto
Ana Cristina Rodrigues	Junta de Freguesia Vila do Porto
Aldeberto Chaves	Junta de Freguesia Santo Espírito
Duarte Moreira	Associação agrícola- AgroMariacoop
Graça Morais	UPGECE- Santa Maria
Hélio Braga	Junta de Freguesia Almagreira
Joaquim Cabral	Associação Cultural Maré de Agosto
Jorge Costa	J Costa e Filhos/CCIPD
André Moura	Junta de Freguesia Vila de Santa Bárbara
Jorge Alberto	Junta de Freguesia Vila de São Pedro
Cristina Gonçalves	Associação Juvenil SMA

Este trabalho preparatório revelou-se fundamental para criar uma atmosfera adequada, baseada na

participação e colaboração e, por conseguinte, para o desenvolvimento de uma parceria sólida e eficaz.

- **Consulta do Documento de Diagnóstico e preparação da Estratégia:** A disponibilização, para consulta, do documento de diagnóstico e de preparação da Estratégia de Desenvolvimento da ARDE a todos os seus parceiros permitiu não só consolidar o documento, através dos contributos/sugestões reunidos, como também consubstanciou aquela que será a estratégia da ARDE, que foi devidamente partilhada e aceite pela parceria, promovendo, deste modo, a participação ativa na construção de uma proposta de desenvolvimento.
- **Reuniões de trabalho:** A realização de reuniões de trabalho entre a direção e a equipa técnica da ARDE, no âmbito do planeamento da EDL, permitiu que houvesse uma reflexão participada sobre o nosso território, contribuindo para melhorar e facilitar a elaboração da estratégia da ARDE. A reunião realizada a 18 de agosto de 2015, que contou com a presença dos representantes da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Câmara Municipal de Vila do Porto, Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada e Cooperativa Regional de Economia Solidária, teve por objetivo analisar e apreciar o documento de "Diagnóstico do território de intervenção e da Estratégia" (em que a ARDE contou com a colaboração externa da Arquipélagos de Conhecimento), bem como definir o plano global de financiamento a distribuir pelas cinco intervenções da Submedida 19.2 – Apoio à Realização de Operações no âmbito da estratégia de desenvolvimento promovidos pelas comunidades locais, integrada na medida 19 – Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária LEADER.
- **Reunião de Direção:** A Direção reunida a 26 de agosto de 2015, apreciou e validou o documento final da Estratégia de Desenvolvimento Local da ARDE para o período 2014-2020, tendo por base os contributos reunidos em momentos anteriores.
- **Reunião de Assembleia Geral:** A Assembleia Geral extraordinária do GAL, reunida a 27 de agosto, procedeu à aprovação do documento final da Estratégia de Desenvolvimento Local da ARDE para o seu território de intervenção para o período 2014-2020.

A organização de **momentos de trabalho de balanço participado** estimula os processos de aprendizagem e melhoria organizacionais, bem como garante uma melhor integração e implementação das intervenções previstas na EDL. Neste contexto, o GAL tem o objetivo de envolver ativamente os parceiros num processo contínuo que compreende a operacionalização e implementação da EDL, bem como a sua monitorização e avaliação. Desta forma, fomenta-se um sentimento de pertença dos resultados e aumenta-se a capacidade de sustentabilidade da EDL, nomeadamente, através dos contributos para eventuais ajustamentos/correções da EDL, tendo

presente o nível de execução e os resultados e efeitos, e os objetivos previstos.

Estes momentos de trabalho de balanço participado, para além do acompanhamento formal da execução física e financeira da EDL, constituirão um espaço privilegiado para criar uma dinâmica de trabalho próxima entre a Estrutura Técnica do GAL e a parceria e para discutir perspetivas de desenvolvimento e/ou orientação da EDL. Esta maior proximidade tem também o efeito positivo de permitir criar relações de confiança e de entendimento não só entre a parceria e a Estrutura Técnica do GAL, mas também entre estes e os beneficiários ou potenciais beneficiários de qualquer fundo comunitário que o GAL tenha a perspetiva de gerir. Beneficiando desta sinergia e da interação entre a Estrutura Técnica do GAL e a Parceria, tem-se em vista empreender numa reflexão conjunta dos principais resultados da implementação da EDL, que contribuirá para a avaliação interna da mesma.

Em suma, a organização da Parceria prevê uma evolução da estrutura organizacional, face ao período de programação anterior, com uma redefinição do papel dos parceiros e em que se deverá valorizar o desenvolvimento da comunicação, a articulação de competências, o estabelecimento de relações de confiança e de fluxos de informação formais e informais, contribuindo para encontrar alternativas para a resolução de problemas multidimensionais e para a legitimação e o desenvolvimento de intervenções valorizadoras do território de intervenção e estimuladoras de uma melhor qualidade de vida da população-alvo.

B. PROCESSO DE ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS

A população não só deve estar informada das grandes linhas de ação e apoios disponíveis, como, acima de tudo, estar sensibilizada e mobilizadas nos processos e dinâmicas de desenvolvimento do seu território. Neste período de programação, a tarefa mais premente será estimular a participação crescente da população enquanto potenciais beneficiários e procurar que, progressivamente, compreendam as políticas de desenvolvimento elaboradas e a estratégia que será implementada no período 2014-2020.

O modo de envolvimento das comunidades locais e dos potenciais beneficiários, numa primeira fase, será através da informação clara e detalhada das oportunidades oferecidas pela EDL e das condições de acesso ao apoio ao investimento; e do fomento da participação da população no desenvolvimento do território de intervenção, envolvendo-a nos conteúdos e conhecimento dos resultados e efeitos da EDL. Este modo de envolvimento procurará garantir uma procura esclarecida e potenciadora de projetos de qualidade.

A forma de operacionalização consistirá em sessões de apresentação do GAL e da sua EDL, na disponibilização de informação atualizada no *site* da ARDE e na produção e disponibilização de produtos informativos sobre o tipo de intervenções que o GAL apoiará no período 2014-2020.

- *Sessões de apresentação/divulgação:* a estratégia de comunicação destas sessões será adaptada aos diferentes públicos-alvo. As informações transmitidas incidirão sobre a EDL para o território de intervenção, os procedimentos administrativos para a apresentação das candidaturas, as tipologias das operações enquadráveis, a descrição dos procedimentos de análise das candidaturas, e as condições de elegibilidade e/ou critérios de seleção e de avaliação das mesmas.
- *Produtos informativos:* estes produtos consistirão em fichas resumo das ações no contexto da EDL, nomeadamente, sínteses das regras e normas específicas de acordo com as ações que implementará no período 2014-2020.
- *Informação no site da ARDE:* o tipo de informação a veicular pelo site da ARDE, para além, dos Regulamentos e normas específicas das ações que o GAL vai gerir, e dos respetivos avisos de abertura de concursos, consistirá num veículo privilegiado para dar a conhecer o nível de execução da EDL e dos seus potenciais resultados e efeitos.

Os destinatários desta estratégia de envolvimento é a população em geral e, sobretudo, os potenciais beneficiários dos apoios a disponibilizar pelo GAL, nomeadamente, micro e pequenas empresas, empreendedores, agricultores ou membros de um agregado familiar agrícola, autarquias, empresas municipais, entidades de âmbito social, recreativo e cultural.

As sessões serão programadas e realizadas em locais próximos das populações, em articulação com as Juntas de Freguesia de forma a garantir um maior envolvimento da população. Estas sessões serão preparadas e dinamizadas pela Estrutura Técnica do GAL. Dever-se-á recorrer aos meios audiovisuais para tornar as sessões mais apelativas e garantir uma maior clareza na informação transmitida, recorrendo sempre que possível a exemplos de projetos e boas práticas, dinamizados na região e no Continente.

Para a implementação da estratégia de divulgação, existirá uma planificação inicial com o cronograma das sessões a realizar durante os anos 2015 e 2016, não invalidando que se realizem sessões de divulgação e de esclarecimento nos anos subsequentes, de acordo com as necessidades (p.ex, em freguesias que manifestem menor capacidade de mobilização) ou com as solicitações dos parceiros ou de outras entidades que representem um público específico.

O cronograma das sessões será divulgado no site da ARDE e nos meios de comunicação social regionais e locais.

As sessões terão registos do número de participantes, bem como registos de contributos/sugestões e de potenciais projetos (para isso serão desenvolvidos instrumentos específicos). Os resultados que

se pretendem situam-se ao nível do aumento do conhecimento do território, da dinâmica das iniciativas e das intenções de investimento no território de intervenção; e da melhor articulação entre atores locais e reforço dos laços institucionais com as mais diversas entidades.

PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO

A. PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação da EDL da ARDE, no período de programação 2014-2020, irá desenvolver-se através de implementação das cinco intervenções previstas na Portaria 97/2015 de 20 de julho de 2015. As tabelas seguintes apresentam as Fichas de cada uma das intervenções previstas na EDL, contendo os elementos necessários para a sua caracterização, nomeadamente:

- os objetivos específicos e resultados esperados, indicando as metas previstas para os resultados e as realizações;
- a forma de implementação, conforme previsto no PRORURAL+.

O responsável pela sua execução da EDL será a ARDE que funcionará como Organismo Intermédio de Gestão.

No âmbito da implementação da estratégia da ARDE, poderão vir a ser delimitados, em aviso de abertura para a apresentação de pedidos de apoio ao abrigo da cinco intervenções previstas na Portaria 97/2015 de 20 de julho de 2015, montantes máximos de investimento, bem como tipologias de investimento e despesas elegíveis, que se apresentem fundamentais à boa execução da Estratégia

Intervenção 6.4. Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Qualificação, diversificação e densificação das atividades de suporte ao desenvolvimento do Turismo ➤ Promoção e afirmação dos produtos locais ➤ Melhoria da valorização económica dos produtos e recursos locais ➤ Reforço da complementaridade entre as produções primárias, o turismo e outras atividades económicas ➤ Diversificação e densificação do tecido empresarial ➤ Modernização e reforço dos fatores de competitividade das empresas existentes
Vertentes de atuação	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação e reforço do alojamento turístico (Empreendimentos de turismo no espaço rural, nos grupos de agroturismo e casas de campo, Turismo de habitação, Alojamento local, Parques de campismo e caravanismo) • Densificação das atividades comerciais de apoio ao turismo e lazer (restaurantes, lojas de produtos locais,...) • Desenvolvimento de atividades de animação turística, incluindo serviços de recreação e lazer e atividades pedagógicas • Alargamento da oferta de serviços de suporte ao turismo (aluguer de carros, agencias de viagens, organização de eventos e de visitas,...) • Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos • Criação de imagens de marca, elementos de <i>design</i> e de meios de divulgação e comunicação das atividades turísticas existentes no TI • Desenvolvimento de atividades complementares à agricultura nas explorações agrícolas, as energias renováveis, a produção de bens resultantes da atividade de transformação, pontos de venda direta de bens produzidos na exploração • Criação e de atividades económicas relacionadas com as produções agrícolas, agroalimentares e os produtos locais • Apoio a estratégias e iniciativas de divulgação e marketing que potenciem a valorização e notoriedade dos produtos e produções locais

Intervenção 6.4. Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	
	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção do artesanato e das artes e ofícios tradicionais e apoio à instalação e modernização de unidades existentes • Promoção de serviços para a inovação e o “<i>design</i>” no artesanato e em outros produtos locais • Produção de branding e de materiais de divulgação e promoção de produtos agrícolas e agroalimentares locais • Apoio à comercialização qualificada de produtos locais • Apoio à densificação e qualificação da rede de microempresas rurais quer na área do comércio de proximidade, quer da prestação de serviços de suporte, p.ex, distribuição, transformação e embalagem e comercialização de produtos agroalimentares; prestação de serviços ambientais e agrorurais; empresas de manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas; serviços no domínio do combate às alterações climáticas (economia verde); e serviços de apoio às pessoas, às famílias e a grupos sociais desfavorecidos
Principais resultados a alcançar	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Valorização turística dos recursos naturais e culturais existentes ✓ Melhoria da atratividade do Território ✓ Dinamização da estrutura empresarial ✓ Diversificação e incremento dos rendimentos e das fontes de receita dos produtores ✓ Criação de emprego ✓ Valorização e reforço da competitividade dos produtos e produções locais ✓ Densificação, diversificação e qualificação das atividades das economias rurais ✓ Modernização e qualificação do tecido empresarial existente. ✓ Criação de emprego e promoção da empregabilidade
Dotação orçamental	<ul style="list-style-type: none"> • 1.575.184,76€ Despesa Pública
Tipologia de beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultores ou membros do agregado familiar do agricultor • Pessoa singular ou coletiva de direito privado que tenha enquadramento no conceito de microempresa
Crítérios de elegibilidade dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Definidos de acordo com o estipulado no artigo 8º da Portaria 97/2015 de 20 de julho
Crítérios de elegibilidade das operações	<ul style="list-style-type: none"> • Definidos de acordo com o estipulado no artigo 9º da Portaria 97/2015 de 20 de julho
Despesas elegíveis e não elegíveis	<ul style="list-style-type: none"> • Constantes do Anexo III e IV da Portaria 97/2015 de 20 de julho
Forma, nível e limites de apoio	<ul style="list-style-type: none"> • Os apoios previstos nesta intervenção assumem a forma de subsídio não reembolsável comparticipada em 85% pelo FEADER e 15% pelo orçamento da Região • Considera-se um montante mínimo de investimento de 2.500,00€ e máximo de 300.000,00€ (valor elegível) • A taxa e o nível máximo do apoio dependem da criação de postos de trabalho: <ul style="list-style-type: none"> - Sem criação de postos de trabalho - a taxa é 50% e o nível máximo do apoio é de 150.000 €; - Com a criação de postos de trabalho – a taxa é 70% e o nível máximo do apoio é de 200.000 €
Indicadores de	<ul style="list-style-type: none"> • 10 micro e pequenas empresas criadas

Intervenção 6.4. Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	
realização	<ul style="list-style-type: none"> • 20 empresas apoiadas • 7 explorações agrícolas apoiadas • 10 projetos de serviços de apoio turístico e de animação turística
Indicadores de resultado	<ul style="list-style-type: none"> • 20 PTs criados • 25 camas criadas
Critérios de seleção	<ul style="list-style-type: none"> • Anexo I

Intervenção 7.2. Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reforço das infraestruturas de suporte e apoio às atividades económicas e ➤ Melhoria da rede de infraestruturas de apoio à população ➤ Promoção da utilização de energias renováveis
Vertentes de atuação	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a infraestruturas locais de apoio às atividades económicas • Apoio a infraestruturas que visem melhorar as condições de vida das populações • Alargamento de suportes de hardware e software, bem como de plataformas de locais de ligação a internet e videoconferência, • Apoio à criação de locais de informação • Apoio a iniciativas relacionadas com as energias renováveis
Principais resultados a alcançar	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhoria das condições de suporte às iniciativas empresariais ✓ Criação de emprego e promoção da empregabilidade ✓ Melhoria das condições de vida da população ✓ Reforço do acesso das populações a serviços fundamentais ✓ Acréscimo da utilização de energias renováveis
Dotação orçamental	<ul style="list-style-type: none"> • 472.555,43€ Despesa Pública
Tipologia de beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Autarquias locais, Empresas Municipais, qualquer pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos
Critérios de elegibilidade dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Definidos de acordo com o estipulado no artigo 15º da Portaria 97/2015 de 20 de julho
Critérios de elegibilidade das operações	<ul style="list-style-type: none"> • Definidos de acordo com o estipulado no artigo 16º da Portaria 97/2015 de 20 de julho
Despesas elegíveis e não elegíveis	<ul style="list-style-type: none"> • Constantes do Anexo III e IV da Portaria 97/2015 de 20 de julho
Forma, nível e limites de apoio	<ul style="list-style-type: none"> • Os apoios previstos nesta intervenção assumem a forma de subsídio não reembolsável comparticipada em 85% pelo FEADER e 15% pelo orçamento da Região • Considera-se um montante mínimo de investimento de 2.500€ e máximo de 300.000€ ou 200.000€ (valor elegível) quando os beneficiários forem Juntas de Freguesia ou IPSS. • No caso das Juntas de Freguesia, IPSS e Projetos de cariz marcadamente social a taxa de apoio é de 100% para um máximo de apoio de 200.000€

Intervenção 7.2. Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	
	<ul style="list-style-type: none"> No caso das pessoas coletivas de direito privado, Câmaras e Empresas Municipais, a taxa de apoio é de 80% para um máximo de apoio de 200.000 €.
Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> 10 projetos públicos apoiados em infraestruturas locais de pequena escala 5 projetos apoiados no âmbito do alargamento de suportes de hardware e software, Internet e videoconferência 3 projetos apoiados no âmbito da infraestruturização local de apoio às atividades económicas 3 projetos apoiados no âmbito das energias renováveis
Indicadores de resultado	<ul style="list-style-type: none"> 3 PTs criados 10% da população do GAL abrangida pela infraestruturas apoiadas
CrITÉrios de seleção	<ul style="list-style-type: none"> Anexo II

Intervenção 7.4. Investimento em serviços básicos locais	
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação e diversificação dos equipamentos e serviços sociais de proximidade Promoção das atividades culturais e recreativas de base local
Vertentes de atuação	<ul style="list-style-type: none"> Apoio a diversificação e qualificação da rede de equipamentos e valências de apoio social existentes no Território, incluindo a criação de serviços itinerantes; Dinamização de serviços de animação cultural e recreativa de base local, que envolvam entidades associativas locais de atuação de proximidade
Principais resultados a alcançar	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio a diversificação e qualificação da rede de equipamentos e valências de apoio social existentes no Território, incluindo a criação de serviços itinerantes; ✓ Dinamização de serviços de animação cultural e recreativa de base local, que envolvam entidades associativas locais de atuação de proximidade ✓ Criação de emprego. ✓ Combate a fenómenos de pobreza e exclusão social ✓ Melhoria das condições de vida da população ✓ Reforço do acesso das populações a serviços fundamentais. ✓ Promoção da inclusão ativa e da empregabilidade.
Dotação orçamental	<ul style="list-style-type: none"> 1.181.388,57€ Despesa Pública
Tipologia de beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> Autarquias locais, Empresas Municipais, qualquer pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos
CrITÉrios de elegibilidade dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> Definidos de acordo com o estipulado no artigo 22º da Portaria 97/2015 de 20 de julho
CrITÉrios de elegibilidade das operações	<ul style="list-style-type: none"> Definidos de acordo com o estipulado no artigo 23º da Portaria 97/2015 de 20 de julho
Despesas elegíveis	<ul style="list-style-type: none"> Constantes do Anexo III e IV da Portaria 97/2015 de 20 de julho

Intervenção 7.4. Investimento em serviços básicos locais	
e não elegíveis	
Forma, nível e limites de apoio	<ul style="list-style-type: none"> Os apoios previstos nesta intervenção assumem a forma de subsídio não reembolsável comparticipada em 85% pelo FEADER e 15% pelo orçamento da Região Considera-se um montante mínimo de investimento de 2.500,00€ e máximo de 300.000€ ou 200.000€ (valor elegível) quando os beneficiários forem Juntas de Freguesia ou IPSS. No caso das Juntas de Freguesia, IPSS e Projetos de cariz marcadamente social a taxa de apoio é de 100% para um máximo de apoio de 200.000€. No caso das pessoas coletivas de direito privado, Câmaras e Empresas Municipais, a taxa de apoio é de 80% para um máximo de apoio de 200.000€.
Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> 10 serviços de animação cultural apoiados 20 projetos apoiados de cariz marcadamente social (destinados a crianças, deficientes, idosos e grupos de risco)
Indicadores de resultado	<ul style="list-style-type: none"> 5 PTs criados 10% da população do GAL abrangida por atividades de apoio social 10% da população do GAL abrangida pelos projetos apoiados de animação cultural e recreativa
Critérios de seleção	<ul style="list-style-type: none"> Anexo III

Intervenção 7.5. Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reforço das condições de usufruto dos recursos turísticos de forma sustentável ➤ Preservação e conservação da biodiversidade dos recursos naturais existentes Promoção, divulgação e animação turística do Território
Vertentes de atuação	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de rotas, percursos, trilhos; Sinalética de interpretação da natureza e de vivências da componente ambiental Criação centros de informação turística Sinalização de locais turísticos de interesse reconhecido Dinamização de produtos e serviços associados a atividades pedagógicas e de lazer Implementação de programas de divulgação e animação turística Inventariação dos recursos turísticos existentes (museus e núcleos museológicos, alojamento, restauração, artesanato, pontos de interesse, pontos de venda, etc).
Principais resultados a alcançar	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhoria da atratividade do Território ✓ Reforço da visibilidade externa do Território ✓ Dinamização de atividades e serviços de apoio turístico Afirmação do potencial turístico do Território
Dotação orçamental	<ul style="list-style-type: none"> 315.036,95€ Despesa Pública
Tipologia de beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> Autarquias locais, Empresas Municipais, qualquer pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos
Critérios de	<ul style="list-style-type: none"> Definidos de acordo com o estipulado no artigo 29º da Portaria 97/2015 de 20 de julho

Intervenção 7.5. Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	
elegibilidade dos beneficiários	
Critérios de elegibilidade das operações	<ul style="list-style-type: none"> Definidos de acordo com o estipulado no artigo 30º da Portaria 97/2015 de 20 de julho
Despesas elegíveis e não elegíveis	<ul style="list-style-type: none"> Constantes do Anexo III e IV da Portaria 97/2015 de 20 de julho
Forma, nível e limites de apoio	<ul style="list-style-type: none"> Os apoios previstos nesta intervenção assumem a forma de subsídio não reembolsável comparticipada em 85% pelo FEADER e 15% pelo orçamento da Região. Considera-se um montante mínimo de investimento de 2.500€ e máximo de 300.000€ ou 200.000 € (valor elegível) quando os beneficiários forem Juntas de Freguesia ou IPSS. No caso das Juntas de Freguesia, IPSS e Projetos de cariz marcadamente social a taxa de apoio é de 100% para um máximo de apoio de 200.000€. No caso das pessoas coletivas de direito privado, Câmaras e Empresas Municipais, a taxa de apoio é de 80% para um máximo de apoio de 200.000€
Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> 5 projetos de serviços de apoio turístico 5 infraestruturas de pequena escala apoiadas dedicadas à atividade turística 5 projetos de serviços associados às atividades pedagógicas e de lazer apoiados 10 infraestruturas de lazer criadas
Indicadores de resultado	<ul style="list-style-type: none"> 2 PTs criados 250 visitantes das infraestruturas apoiadas
Critérios de seleção	<ul style="list-style-type: none"> Anexo IV

Intervenção 7.6. Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Preservação, conservação e recuperação da identidade cultural específica do território. ➤ Preservação e conservação da biodiversidade dos recursos naturais existentes ➤ Promoção da sensibilização ambiental
Vertentes de atuação	<ul style="list-style-type: none"> Apoio a ações e iniciativas de sensibilização ambiental. Ações de conservação e valorização do património arquitetónico tradicional inserido no meio rural Ações de preservação, recuperação e divulgação de práticas e tradições culturais, incluindo p.ex., a Inventariação, divulgação e animação do património e da rede de equipamentos culturais e a realização de eventos associados ao património, à cultura e a bens culturais e naturais Refuncionalização de edifícios tradicionais para atividades ligadas à preservação e valorização da cultura tradicional e sensibilização ambiental
Principais resultados a alcançar	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento da sustentabilidade paisagística e ambiental e conservação da biodiversidade ✓ Aumento das condições de usufruto dos recursos ✓ Melhoria da atratividade do TI ✓ Valorização e divulgação do património arquitetónico tradicional e de práticas e

Intervenção 7.6. Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	
	tradições culturais ✓ Maior sensibilização ambiental
Dotação orçamental	<ul style="list-style-type: none"> 393.796,19€ Despesa Pública
Tipologia de beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> Autarquias locais, Empresas Municipais, qualquer pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos
Critérios de elegibilidade dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> Definidos de acordo com o estipulado no artigo 36º da Portaria 97/2015 de 20 de julho
Critérios de elegibilidade das operações	<ul style="list-style-type: none"> Definidos de acordo com o estipulado no artigo 37º da Portaria 97/2015 de 20 de julho
Despesas elegíveis e não elegíveis	<ul style="list-style-type: none"> Constantes do Anexo III e IV da Portaria 97/2015 de 20 de julho
Forma, nível e limites de apoio	<ul style="list-style-type: none"> Os apoios previstos nesta intervenção assumem a forma de subsídio não reembolsável comparticipada em 85% pelo FEADER e 15% pelo orçamento da Região Considera-se um montante mínimo de investimento de 2.500,00€ e máximo de 300.000€ ou 200.000€ (valor elegível) quando os beneficiários forem Juntas de Freguesia ou IPSS. No caso das Juntas de Freguesia, IPSS e Projetos de cariz marcadamente social a taxa de apoio é de 100% para um máximo de apoio de 200.000€. No caso das pessoas coletivas de direito privado, Câmaras e Empresas Municipais, a taxa de apoio é de 80% para um máximo de apoio de 200.000€.
Indicadores de realização	<ul style="list-style-type: none"> 10 projetos apoiados relacionados com o património arquitetónico tradicional 6 projetos apoiados relacionados com o património cultural 6 projetos apoiados relacionados com o património imaterial tradicional 5 ações de sensibilização ambiental realizadas
Indicadores de resultado	<ul style="list-style-type: none"> 150 participantes nas ações de sensibilização realizadas
Critérios de seleção	<ul style="list-style-type: none"> Anexo V

Os critérios de seleção a aplicar a cada uma das intervenções previstas, poderão vir a sofrer ajustamentos se se verificar que a sua aplicação se demonstra desadequada à avaliação dos pedidos de apoio.

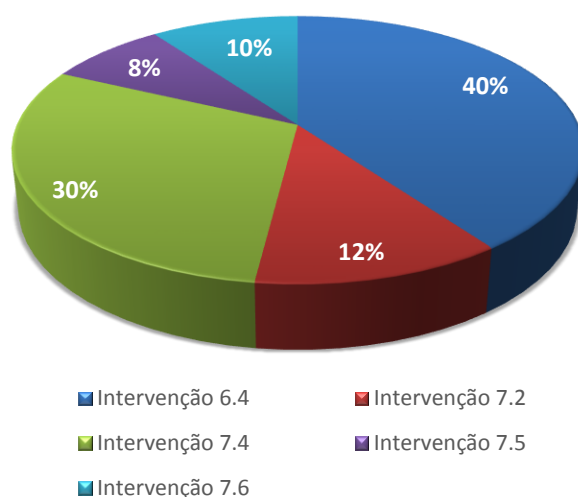
B. PLANO DE INVESTIMENTO

Este ponto apresenta o orçamento e o plano financeiro para a implementação da EDL, por tipo de intervenções/operações, e fontes de financiamento. O plano financeiro deve respeitar o que está

estabelecido no PRORURAL+, relativamente às taxas máximas de contribuição da despesa pública no montante das despesas elegíveis, para cada tipo de intervenção/operação.

O gráfico seguinte mostra a distribuição financeira prevista para a execução de cada uma das intervenções.

Figura 5. Distribuição financeira da estrutura de intervenções da EDL (FEADER)



A distribuição global atribuída a cada uma das intervenções, conforme consta da figura 5, teve em conta os eixos prioritários da estratégia de desenvolvimento local, privilegiando o investimento privado com foco na criação e diversificação de atividades económicas e no aumento da empregabilidade, bem como apostar na melhoria dos serviços básicos locais.

A ponderação atribuída a cada um dos concelhos que integram o território de intervenção da ARDE foi feita com base no número de freguesias de cada um dos concelhos, sendo que do total de 29 freguesias, 17% da dotação atribuída corresponde às 5 freguesias do concelho de Vila do Porto e 83% da dotação atribuída corresponde às 24 freguesias do concelho de Ponta Delgada.

A distribuição anual, por cada uma das intervenções, considerou as taxas de aprovação esperadas, contando que 2016 representará um ano de maior aprovação atendendo ao feedback dos potenciais promotores e à forte campanha de promoção e divulgação dos apoios que se promoverá.

A distribuição teve igualmente em consideração a avaliação que ocorrerá em 2017, pelo que se pretende que à data, a ARDE tenha atingido uma aprovação de aproximadamente 50%.

A distribuição teve em conta uma expectativa de aprovação, na ordem dos 70%, a atingir até 2018 com o objetivo de alcançar uma execução superior a 50%, até ao final de 2018, com vista a receber a reserva de desempenho correspondente a 6% da dotação total FEADER afeta à submedida 19.2, que será disponibilizada com base nos resultados alcançados.

Os custos de funcionamento, aquisição de competências e animação e promoção do território referentes à submedida 19.4 – Apoio aos custos operacionais e de animação preveem, por um lado a realização de todos os custos inerentes ao funcionamento corrente do GAL, bem como a aquisição de serviços que permitam desenvolver e/ou melhorar as suas competências técnicas. Por outro lado, preveem os custos relacionados com a dinamização de atividades essenciais à animação do seu território nas seguintes áreas-chave:

- Promoção da Estratégia junto dos potenciais interessados, beneficiários e população geral;
- Realização de estudos relativos ao território da ARDE e divulgação de informação quantitativa e qualitativa;
- Captação e formação de animadores locais e promoção de atividades de divulgação da EDL da ARDE;
- Apoio aos potenciais beneficiários no desenvolvimento de operações e elaboração dos processos de candidatura.
- Participação em eventos locais, regionais e nacionais no âmbito da promoção do seu território.

Quadro 38. Orçamento Global - GAL ARDE 2014 - 2020

Medida 19 - Apoio ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)	FEADER		DESPESA PÚBLICA		DESPESA PRIVADA		CUSTO TOTAL		TAXAS DE COMP. (%)	
	euros	%	euros	%	euros	%	euros	%	2/4	4/8
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Intervenção 6.4 - Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	1.338.907,05	40	1.575.184,76	40	848.176,41	81	2.423.361,17	49	85	65
Ponta Delgada	1.108.061,01	83	1.303.601,18	83	701.939,10	83	2.005.540,28	83	85	65
Vila do Porto	230.846,04	17	271.583,58	17	146.237,31	17	417.820,89	17	85	65
Intervenção 7.2 - Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	401.672,11	12	472.555,43	12	52.506,16	5	525.061,59	11	85	90
Ponta Delgada	332.418,30	83	391.080,35	83	43.453,37	83	434.533,73	83	85	90
Vila do Porto	69.253,81	17	81.475,07	17	9.052,79	17	90.527,86	17	85	90
Intervenção 7.4 - Investimento em serviços básicos locais	1.004.180,29	30	1.181.388,57	30	62.178,35	6	1.243.566,92	25	85	95
Ponta Delgada	831.045,75	83	977.700,89	83	51.457,94	83	1.029.158,83	83	85	95
Vila do Porto	173.134,53	17	203.687,68	17	10.720,40	17	214.408,09	17	85	95
Intervenção 7.5 - Investimento em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	267.781,41	8	315.036,95	8	35.004,11	3	350.041,06	7	85	90
Ponta Delgada	221.612,20	83	260.720,24	83	28.968,92	83	289.689,15	83	85	90
Vila do Porto	46.169,21	17	54.316,72	17	6.035,19	17	60.351,91	17	85	90
Intervenção 7.6 - Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	334.726,76	10	393.796,19	10	43.755,13	4	437.551,32	9	85	90
Ponta Delgada	277.015,25	83	325.900,30	83	36.211,14	83	362.111,44	83	85	90
Vila do Porto	57.711,51	17	67.895,89	17	7.543,99	17	75.439,88	17	85	90
19.2 - Apoio à realização de operações no âmbito da estratégia de desenvolvimento promovido pelas comunidades locais (Intervenções 6.4 + 7.2 + 7.4 + 7.5 + 7.6)	3.347.267,62	80	3.937.961,91	80	1.041.620,15	83	4.979.582,06	81	85	79
19.4 - Apoio aos custos operacionais e de animação	836.816,91	20	984.490,48	20	240.586,26	19	1.225.076,74	20	85	80
Custos de Funcionamento, Aquisição de Competências, Animação e Promoção	836.816,91	100	984.490,48	100	240.586,26	100	1.225.076,74	100	85	80
Total EDL	4.184.084,53	100	4.922.452,38	100	1.282.206,42	100	6.204.658,80	100	85	79

Quadro 39. Plano Financeiro por Fontes de Financiamento e por Anos para o Período de 2014-2020

Anos	FEADER		DESPESA PÚBLICA		DESPESA PRIVADA		CUSTO TOTAL		TAXAS DE COMP. (%)	
	euros	%	euros	%	euros	%	euros	%	2/4	4/8
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
2015 (4meses)	200.836	6	236.278	6	62.497	6	298.775	6	85	79
Intervenção 6.4	80.334	40	94.511	40	50.891	81	145.402	49	85	65
Intervenção 7.2	24.100	12	28.353	12	3.150	5	31.504	11	85	90
Intervenção 7.4	60.251	30	70.883	30	3.731	6	74.614	25	85	95
Intervenção 7.5	16.067	8	18.902	8	2.100	3	21.002	7	85	90
Intervenção 7.6	20.084	10	23.628	10	2.625	4	26.253	9	85	90
2016	1.004.180	30	1.181.389	30	312.486	30	1.493.875	30	85	79
Intervenção 6.4	401.672	40	472.555	40	254.453	81	727.008	49	85	65
Intervenção 7.2	120.502	12	141.767	12	15.752	5	157.518	11	85	90
Intervenção 7.4	301.254	30	354.417	30	18.654	6	373.070	25	85	95
Intervenção 7.5	80.334	8%	94.511	8	10.501	3	105.012	7	85	90
Intervenção 7.6	100.418	10	118.139	10	13.127	4	131.265	9	85	90
2017	602.508	18	708.833	18	187.492	18	896.325	18	85	79
Intervenção 6.4	241.003	40	283.533	40	152.672	81	436.205	49	85	65
Intervenção 7.2	72.301	12	85.060	12	9.451	5	94.511	11	85	90
Intervenção 7.4	180.752	30	212.650	30	11.192	6	223.842	25	85	95
Intervenção 7.5	48.201	8	56.707	8	6.301	3	63.007	7	85	90
Intervenção 7.6	60.251	10	70.883	10	7.876	4	78.759	9	85	90
2018	602.508	18	708.833	18	187.492	18	896.325	18	85	79
Intervenção 6.4	241.003	40	283.533	40	152.672	81	436.205	49	85	65
Intervenção 7.2	72.301	12	85.060	12	9.451	5	94.511	11	85	90
Intervenção 7.4	180.752	30	212.650	30	11.192	6	223.842	25	85	95
Intervenção 7.5	48.201	8	56.707	8	6.301	3	63.007	7	85	90
Intervenção 7.6	60.251	10	70.883	10	7.876	4	78.759	9	85	90
2019	602.508	18	708.833	18	187.492	18	896.325	18	85	79
Intervenção 6.4	241.003	40	283.533	40	152.672	81	436.205	49	85	65
Intervenção 7.2	72.301	12	85.060	12	9.451	5	94.511	11	85	90
Intervenção 7.4	180.752	30	212.650	30	11.192	6	223.842	25	85	95
Intervenção 7.5	48.201	8	56.707	8	6.301	3	63.007	7	85	90
Intervenção 7.6	60.251	10	70.883	10	7.876	4	78.759	9	85	90
2020	334.727	10	393.796	10	104.162	10	497.958	10	85	79
Intervenção 6.4	133.891	40	157.518	40	84.818	81	242.336	49	85	65
Intervenção 7.2	40.167	12	47.256	12	5.251	5	52.506	11	85	90
Intervenção 7.4	100.418	30	118.139	30	6.218	6	124.357	25	85	95
Intervenção 7.5	26.778	8	31.504	8	3.500	3	35.004	7	85	90
Intervenção 7.6	33.473	10	39.380	10	4.376	4	43.755	9	85	90
Total EDL	3.347.268	100	3.937.962	100	1.041.620	100	4.979.582	100	85	79

Quadro 40. Plano Financeiro por Fontes de Financiamento e por Anos para o Período de 2014-2020 para a medida 19.4

Anos	FEADER		DESPESA PÚBLICA		DESPESA PRIVADA		CUSTO TOTAL		TAXAS DE COMP (%).	
	euros	%	euros	%	euros	%	euros	%	2/4	4/8
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
2015	39.821,01	5	46.848,25	5			46.848,25	4	85	100
2016	165.118,57	20	194.257,14	20			194.257,14	16	85	100
2017	153.119,30	18	180.140,35	18			180.140,35	15	85	100
2018	147.560,80	18	173.600,94	18			173.600,94	14	85	100
2019	154.699,95	18	181.999,95	18			181.999,95	15	85	100
2020	148.729,31	18	174.975,66	18			174.975,66	14	85	100
2021	27.767,97	3	32.668,20	3	151.074,45	63	182.214,90	15	85	17
2022	-	0		0	89.511,82	37	89.511,82	7	0	0
Total da EDL	836.816,91	100	984.490,48	100	240.586,26	100	1.225.076,74	100	85	80

DISPOSITIVOS DE GESTÃO E CONTROLO DA EDL

A. DISPOSITIVOS DE PARTICIPAÇÃO DOS PARCEIROS NA EXECUÇÃO DA EDL

A parceria reunirá ordinariamente duas vezes por ano para apreciação dos relatórios anuais de execução da EDL e para conhecimento do ponto de situação da implementação da mesma.

Estas duas reuniões permitirão obter informações sobre o estado da EDL e indicar se necessário um ajustamento na estratégia e/ou na sua metodologia de implementação.

B. ORGANIZAÇÃO DO GAL PARA ASSEGURAR AS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE ACOMPANHAMENTO DA EDL

Internamente, a organização da ARDE contempla uma estrutura de gestão que permite assegurar as atividades de animação e de acompanhamento da EDL, sobretudo através da sua Assembleia Geral, da sua Direção e da sua Estrutura Técnica Local.

A **Assembleia Geral** é o órgão deliberativo do GAL ARDE, cujas funções principais são o acompanhamento e avaliação da atividade exercida e é constituída pelos membros efetivos do GAL no pleno gozo dos seus direitos. A mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, cujas atribuições são as seguintes:

- a) Eleger ou destituir os titulares dos órgãos do GAL;
- b) Apreciar e votar anualmente o relatório, balanço e contas da Direção, bem como o parecer do Conselho Fiscal;
- c) Apreciar e votar o plano de atividades e o orçamento para o ano seguinte;
- d) Fixar a jóia e a quota a pagar pelos associados;
- e) Aprovar as alterações aos estatutos e ao manual de procedimentos internos, mediante proposta da Direção;
- f) Aprovar a criação e extinção de delegações, transferência da sede social e demais assuntos que legal e estatutariamente lhe sejam afetos;
- g) Deliberar sobre a admissão, suspensão e exclusão de associados e/ou Parceiros;
- h) Deliberar sobre todos os casos omissos nos presentes estatutos;
- i) Deliberar por via de recurso dos atos da Direção que contrariem o disposto nos estatutos;
- j) Definir e aprovar uma estratégia de desenvolvimento local que reflita as necessidades e potencialidades do território de intervenção;
- k) Acompanhar a execução da estratégia definida e, se necessário, proceder a ajustamentos, de forma a alcançar os objetivos propostos;

- l) Assegurar o envolvimento dos parceiros na implementação, acompanhamento e na avaliação da estratégia definida e, se necessário, proceder a alterações na mesma;
- m) Garantir envolvimento de todos os parceiros e o funcionamento da parceria;

Garantir uma adequada administração dos fundos públicos, nomeadamente, tendo por base critérios associados à coerência na sua atribuição, bem como à eficiência e eficácia na sua utilização.

A **Direção** é constituída por cinco membros: um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal, sendo o órgão executivo, nomeado pela Assembleia Geral, responsável pela coordenação geral do GAL e pela concretização da estratégia de desenvolvimento local. As suas atribuições são as seguintes:

- a) Representar o GAL em todos os seus atos e contratos, designadamente em juízo e fora dele;
- b) Representar o GAL junto das autoridades regionais, nacionais e comunitárias;
- c) Zelar pelo respeito das disposições estatutárias e regulamentares e ainda pela execução das deliberações da Assembleia Geral;
- d) Elaborar e submeter à Assembleia Geral o manual de procedimentos internos, bem como possíveis alterações;
- e) Elaborar anualmente e submeter ao Conselho Fiscal e à apreciação e aprovação da Assembleia Geral o relatório, balanço e contas do exercício, bem como o plano de atividades e o orçamento para o ano seguinte;
- f) Promover e fazer cumprir o plano anual de atividades;
- g) Atender às solicitações do Conselho Fiscal nas matérias da competência deste;
- h) Propor a admissão, suspensão e exclusão de associados à Assembleia Geral;
- i) Requerer a convocação extraordinária de Assembleia Geral, sempre que entenda necessário;
- j) Criar, organizar e dirigir os serviços da associação, contratar e gerir o pessoal necessário às atividades da mesma;
- k) Adquirir, ouvida a Assembleia Geral, propriedades necessárias à instalação da sede da associação;
- l) Adquirir todos os bens móveis que se tornem necessários ao funcionamento da associação e ainda alienar bens imóveis que não convenham ou se tornem dispensáveis. A alienação de imóveis de valor superior a cinco mil euros carece da autorização da Assembleia Geral;
- m) Alienar ou onerar bens imóveis, quando autorizados pela Assembleia Geral;

- n) Propor o estabelecimento de delegações e suas condições de funcionamento e gestão;
- o) Coordenar juntamente com a Estrutura Técnica Local a implementação da EDL, bem como a sua promoção e divulgação;
- p) Aprovar a EDL, elaborada pela Estrutura Técnica Local, e submeter à aprovação da Assembleia Geral, além de outros organismos externos;
- q) Garantir de forma eficiente e eficaz a dinamização e gestão da implementação da EDL;
- r) Pronunciar-se e deliberar sobre os pedidos de apoio apresentados pelos promotores de projetos de investimento no âmbito da execução da EDL, com base no regulamento e na demais legislação em vigor;
- s) Acompanhar a execução da EDL, analisar os seus resultados e efeitos e tomar as medidas adequadas para a concretização dos seus objetivos;
- t) Gerir administrativa e financeiramente o orçamento de funcionamento da ARDE e os fundos públicos colocados à sua disposição;
- u) Apresentar às Autoridades de Gestão dos Programas em vigor os pedidos de apoio e pedidos de pagamento no âmbito da execução da EDL;
- v) Aprovar os Relatórios anuais de execução e propor ajustamentos às Autoridades de Gestão sempre que considere necessário para a concretização dos objetivos da EDL e de acordo com os normativos em vigor;
- w) Aprovar os Relatórios de Avaliação e propor ajustamentos no âmbito da EDL sempre que se considere necessário para a concretização dos seus objetivos e de acordo com os normativos em vigor.

A Estrutura Técnica Local, é constituída por um coordenador, por dois técnicos, um animador local e um técnico administrativo, repartidos por ambos os concelhos do território de intervenção, e apresenta as seguintes características e capacidades globais:

- Elaboração, gestão, implementação e acompanhamento de projetos e de Programas e Iniciativas Comunitárias e Nacionais;
- Animação e promoção socioeconómica;
- Realização de diagnósticos territoriais e sectoriais;
- Capacidade de planeamento e execução.

C. DISPOSITIVOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS PARA A ANÁLISE E SELEÇÃO DOS PROJETOS, ASSEGURANDO A INDEPENDÊNCIA DO SEU POSTERIOR ACOMPANHAMENTO

C1. Sistema de Apresentação/Receção dos pedidos de apoio

O GAL ARDE definirá os objetivos e prioridades visadas para os pedidos de apoio, bem como a forma de abertura de concurso para a apresentação de pedidos de apoio e as indicações aos potenciais beneficiários de como obter os formulários dos pedidos de apoio eletronicamente.

Os pedidos de apoio serão submetidos eletronicamente pelos beneficiários na plataforma GestPDR. O sistema de informação procede à leitura do concelho do beneficiário e remete automaticamente para o GAL respetivo, prosseguindo para o técnico analista para respetiva análise e proposta de decisão técnica.

C2. Sistema de análise e decisão dos pedidos de apoio

A seleção dos projetos será feita tendo por base critérios objetivos e mensuráveis, previamente definidos e publicados aquando do lançamento dos concursos, e que valorizem o mérito relativo das operações e dos resultados que com elas se pretendem alcançar. As decisões sobre a aprovação dos projetos serão tomadas pela Direção do GAL ARDE, com base na análise e pareceres da ETL, o que garante a transparência das decisões.

Partindo da experiência do GAL ARDE na implementação e gestão de programas comunitários, neste período de programação 2014-2020 reforçar-se-á a abordagem na implementação de um processo de seleção que privilegie as operações com maiores contributos para os objetivos da EDL.

Ao nível interno do GAL ARDE serão identificadas claramente a sequência dos acontecimentos e as pessoas envolvidas em cada fase de modo a garantir uma separação adequada das responsabilidades entre os diferentes elementos no processo. Além disso, serão incluídos procedimentos claros e simples de recurso.

Após o registo da entrada do pedido de apoio, a ETL inicia a análise do mesmo, com a verificação dos documentos exigidos e da sua conformidade, assinalando o resultado dessa verificação.

Na fase da análise técnica dos pedidos, são verificadas as condições de elegibilidade dos promotores e das operações e as informações constantes do pedido de apoio, nomeadamente a razoabilidade dos custos de investimento, assim como os documentos de suporte à candidatura e que foram enviados em anexo ao pedido de apoio, sendo efetuados controlos cruzados, de modo a verificar se os investimentos apresentados foram alvo de algum apoio no âmbito de outro fundo comunitário.

Em caso de necessidade de se obter esclarecimentos ou informações complementares, os mesmos são solicitados ao promotor através de ofício enviado por correio registado.

A ETL executa uma verificação sobre os critérios de seleção específicos de cada pedido de apoio, incidindo sobre o contributo para os objetivos da EDL, sendo os pedidos de apoio objeto de decisão pela Direção do GAL ARDE, em função do orçamento disponível, da pontuação obtida de acordo com a aplicação dos critérios de seleção e dos pareceres emitidos pela ETL.

D. AÇÕES E INSTRUMENTOS PREVISTOS PARA O ACOMPANHAMENTO DA EDL, EM PARTICULAR A MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS

No período de programação 2014-2020, o GAL ARDE reforçará as metodologias de acompanhamento e monitorização da execução da EDL. Estas metodologias passarão, de forma global, pela coordenação permanente e sistemática das ações implementadas, para que seja possível o diagnóstico, análise e avaliação da execução física e financeira da EDL. Esta incorporação/combinção de procedimentos regulares de monitorização visa, não apenas cumprir as obrigações regulamentares, mas constituir-se como um instrumento de gestão consistente.

No que diz respeito aos mecanismos a operacionalizar na recolha e tratamento de dados de desempenho e financeiros, que permitam a monitorização da execução da EDL, será criada uma base de dados para o efeito na qual constará uma estrutura de indicadores de realização física e financeira dos apoios atribuídos.

A ETL compromete-se a elaborar, anualmente, o Relatório de Execução da EDL, o qual, deverá ser aprovado pelo GAL e enviado às Autoridades de Gestão dos respetivos fundos comunitários.

Neste processo serão cruzados os indicadores de realização e as metas definidas. Este repositório de dados irá permitir fornecer informação atualizada aos parceiros e à Autoridade de Gestão em tempo real, além de que permite acompanhar de perto o desempenho da execução da EDL.

E. MODALIDADE E INSTRUMENTOS PREVISTOS PARA A AVALIAÇÃO INTERNA DA EDL, NOMEADAMENTE OS SISTEMAS E MECANISMOS QUE PROPÕEM PARA A RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS FINANCEIROS E DE DESEMPENHO RELEVANTES, COMO SE PROPÕEM AVALIAR O SEU PRÓPRIO DESEMPENHO, AS SUAS PROPOSTAS PARA A DIVULGAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS E COMO CONTRIBUEM PARA AS DISPOSIÇÕES DO CONTROLO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A avaliação apresenta-se como uma dimensão estratégica da implementação da EDL, pois é-lhe incumbida a missão de assegurar o rigor e qualidade dos processos no seio do GAL e, externamente, a credibilidade da atribuição dos apoios. Para além destes contributos gerais, a avaliação funcionará como uma ferramenta de animação, privilegiando o envolvimento de todos os elementos do GAL.

Partindo da experiência do GAL ARDE na implementação e gestão de programas há cerca de 20 anos,

neste período de programação reforçar-se-á a abordagem participativa na conceção e implementação de um processo de acompanhamento e avaliação para melhorar os resultados da implementação da EDL.

O modelo preconizado pressupõe a adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação, no sentido de introduzir as correções e ajustamentos necessários, assegurar a pertinência e a coerência da EDL e melhorar a qualidade e eficácia da sua implementação no território. Em termos operacionais, a avaliação da EDL será desenvolvida a partir de duas tipologias de intervenção:

➤ *Autoavaliação (Avaliação interna)*

A autoavaliação é entendida pelo GAL ARDE como um contributo para a qualidade da intervenção da EDL e para a produção de respostas adequadas aos objetivos estratégicos delineados, bem como para sistematizar informação e registar conclusões dos debates que o GAL promoverá para o efeito. Será definido um modelo orientador do processo de autoavaliação que estimulará o acompanhamento permanente da execução da EDL e induzirá a uma análise crítica e sistemática sobre a execução do programa, a progressão dos objetivos estratégicos e específicos, a análise dos processos de tomada de decisão e de planeamento e os resultados da implementação da EDL no território. Com este modelo de monitorização e acompanhamento, estimula-se a reflexão, o planeamento participado e a gestão racional dos recursos, afinando-se a estratégia e a qualidade da intervenção em cada momento.

Com o objetivo de organizar as atividades de Autoavaliação, sistematiza-se os principais procedimentos e instrumentos de monitorização a realizar pelo GAL/ETL:

- Conceção e alimentação de sistema de informação contendo os dados necessários para aferir as dinâmicas de realização dos projetos e o respetivo contributo para os objetivos, resultados e metas definidos, segundo a bateria de indicadores a monitorizar.
- Realização de visitas de acompanhamento de Projetos e elaboração dos respetivos Relatórios.
- Relatórios de execução anuais globais (da Intervenção).
- Reuniões/encontros regulares da Parceria.
- Outros instrumentos que forem acordados a nível nacional ou que o GAL considere conveniente com vista a melhorar a monitorização e eficácia da Intervenção.

➤ *Avaliação Externa*

Esta avaliação será realizada por uma entidade externa e independente, sem nenhuma ligação aos

membros do GAL, assegurando-se uma estreita relação e articulação entre autoavaliação e avaliação externa, as quais deverão alimentar-se mutuamente, existindo domínios e questões de avaliação comuns, espelhando os primeiros a visão do GAL e os segundos uma perspetiva independente.

Os procedimentos de Avaliação externa da implementação da EDL, deverão permitir preparar informação empírica para responder, entre outros, aos seguintes objetivos operacionais:

- Avaliar as realizações, tendo presente a execução física e financeira da intervenção na sua globalidade, face às metas previstas.
- Avaliar os principais resultados alcançados e impactos face aos objetivos definidos, indicadores e metas propostos.
- Avaliar o desempenho da Parceria (capacidade de mobilização de recursos, capacidade de dinamização da rede de parceiros, capacidade para conduzir processos de cooperação, ...).
- Identificar os fatores internos ou externos à Parceria que condicionaram ou que, por outro lado, potenciaram a implementação da Estratégia e os respetivos resultados sobre a área de intervenção.
- Produzir conclusões e elaborar recomendações/propostas no sentido de melhor adaptar a estratégia para amplificar os seus resultados e o impacto, face aos objetivos definidos e tendo sempre presente as necessidades da área da intervenção.

Entre as componentes metodológicas a contemplar considera-se, desde já, as seguintes:

- Análise documental (documentos internos de programação da Intervenção e dos programas financiadores; exploração do sistema de informação; instrumentos de monitorização dos projetos e da intervenção - relatórios de visitas de acompanhamento de projetos; documentos de controlo da gestão financeira; e relatórios periódicos de execução da Intervenção).
- Inquirição de todos os beneficiários/promotores de projetos e entidades parceiras, através de um Questionário *online*, com incidência nas componentes avaliativas definidas.
- Realização de Entrevistas e estudos de caso a um grupo selecionado de promotores e organizações parceiras.

Para a concretização das atividades de Avaliação externa, prevê-se a contratação de serviços especializados.

O GAL ARDE estabelecerá, em ambas as tipologias, uma avaliação amplamente participada pelos elementos da parceria, pelos beneficiários e agentes que direta e indiretamente estejam envolvidos

na execução da EDL e cuja perspetiva seja pertinente para a compreensão do processo e identificação dos resultados. Os indicadores de avaliação serão construídos de acordo com as orientações específicas da regulamentação comunitária e da Rede Europeia de Avaliação do Desenvolvimento Rural.

Neste processo serão cruzados os indicadores de resultado e as metas definidas, constituindo-se como um instrumento de aprendizagem e de ajuste da estratégia ao contexto territorial, bem como às dinâmicas de execução. Desta forma, a estratégia não é só mais realista e concretizável, mas também mais consistente e eficaz.

Do ponto de vista funcional, e obedecendo ao modelo organizacional definido, será dada primazia ao funcionamento em rede, potenciador da partilha e divulgação de boas práticas.

O sistema de avaliação a implementar, assegurará internamente o rigor e a qualidade do processo de implementação da EDL e, externamente, a sua transparência e credibilidade.

F. AÇÕES DE ANIMAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

A Estrutura Técnica do GAL, com vista a assegurar as atividades de animação e de promoção do território, tem como objetivo participar em ações locais, regionais, nacionais e transfronteiriças.

Ações Locais e regionais:

- **Participação em eventos locais e regionais**, designadamente feiras de atividades, eventos temáticos, etc., promovidos e organizados por entidades do GAL, nomeadamente, autarquias e associações empresariais.

Ações nacionais e transfronteiriças:

- **Missões Empresariais/Visitas de Boas-Práticas**: fazer e receber missões temáticas interterritoriais, com visitas a projetos e empreendedores, sessões de informação, Workshops, com o objetivo de contribuir para melhorar o apoio cativo às micro e pequenas empresas beneficiárias, incrementando e apoiando a competitividade das mesmas.
- **Federação Minha Terra, RRN e Rede Europeia de Desenvolvimento Rural**: participação em ações integradas e transversais que visam o fomento das atividades desenvolvidas em rede, contribuindo para a atualização de competências no âmbito da gestão dos fundos comunitários.
- **Participação em eventos nacionais** nomeadamente no âmbito da mostra de produtos para promover o território de intervenção.

G. AÇÕES A REALIZAR E MEIOS A UTILIZAR PARA PUBLICITAR A EDL DENTRO DO TERRITÓRIO E PARA DIFUNDIR OS SEUS RESULTADOS

O GAL ARDE compromete-se a informar e a publicitar, através dos meios de comunicação social regional e/ou local, bem como no seu site, os prazos para apresentação dos pedidos de apoio, dando condições de igualdade a todos os potenciais beneficiários. Da mesma forma, o GAL ARDE tornará disponível as decisões relativas aos pedidos de apoio.

O GAL ARDE prevê no seu Manual de Procedimentos informar a população em geral, organizações profissionais, parceiros económicos e sociais, organismos e entidades envolvidas no desenvolvimento económico e social do território de intervenção, organizações não-governamentais, organizações ambientais, sobre as oportunidades no âmbito dos apoios a projetos de visem a concretização dos objetivos da EDL.

As atividades de informação, de divulgação e de publicidade serão objeto de um plano anual destinado para o efeito, sendo que a estratégia para as concretizar será baseada nos princípios da produção de informação com linguagem clara e simples; e da produção de informação específica para determinados públicos-alvo que venham, eventualmente, a ser definidos.

As ações a realizar e meios a utilizar e meios a utilizar para publicitar a EDL no território de intervenção e para difundir os seus resultados, assegurarão a visibilidade da EDL e contribuirão para difundir divulgar os convites à apresentação de propostas, bem como para divulgar os seus resultados e impactos:

- *Visibilidade virtual*: dinamizar e atualizar o site da ARDE, no qual se divulgam oportunidades, notícias, concursos, prémios, projetos e suas acuações, beneficiários.
- *Visibilidade física*: sinalização específica na entrada do edifício que acolhe a ETL.
- *Visibilidade mediática*: publicitação da EDL, medidas e ações da operação, bem como dos projetos apoiados e resultados obtidos na comunicação social local e regional através de *press-releases* e promoção/publicidade.

Realização de ações de informação, comunicação e animação junto dos cidadãos em geral e das instituições, através de reuniões, sessões de divulgação, *workshops* e seminários. Mobilização das redes de parceiros para funcionarem como veículos de informação.

ESTRATÉGIA DE COOPERAÇÃO

Considerando a experiência adquirida ao longo dos últimos anos, a ARDE pretende apostar no desenvolvimento de ações de cooperação, nomeadamente no que se refere a: cooperação interterritorial (criação e desenvolvimento de projetos de cooperação entre diferentes territórios rurais, prioritariamente numa ótica inter-ilhas e, complementarmente, entre a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira e o Continente); e cooperação transnacional (criação e desenvolvimento de projetos de cooperação entre diferentes territórios rurais na Região Autónoma dos Açores e no espaço da União Europeia e de Países Terceiros).

A Cooperação corresponde a um domínio transversal a toda a EDL, possibilitando o desenvolvimento de projetos conjuntos numa perspetiva de divulgação e promoção do território e dos seus produtos e de trocas de boas práticas, experiências e conhecimentos, tendo como principais objetivos:

- Reforço das competências do GAL/parceria 2014-2020.
- Aumento da capacidade de animação territorial e de iniciativa local.
- Promoção e valorização do território de intervenção e dos seus recursos endógenos.
- Reforço das sinergias e complementaridades entre os vários atores do território.
- Estímulo a uma atuação concertada, multidisciplinar e intersectorial.

Com base na EDL definida e tendo em consideração a experiência da ARDE foi delineada a estratégia de Cooperação da ARDE, apresentada de forma sucinta nos quadros seguintes.

Cooperação Interterritorial	
Áreas temáticas	<ul style="list-style-type: none"> • Empreendedorismo; • Turismo; • Artesanato; • Circuitos curtos de agroalimentares; • Produtos locais; • Cultura; • Património; • Ambiente; • Agricultura.
Objetivos temáticos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Promover os territórios em feiras, mostras e outros eventos nacionais e transnacionais; ➤ Promover a cidadania e a participação das comunidades rurais nos processos de desenvolvimento; ➤ Promover o trabalho em rede; ➤ Promover intercâmbios de experiências e boas práticas; ➤ Promover o empreendedorismo; ➤ Contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentado do turismo nas áreas rurais; ➤ Promover o turismo; ➤ Valorizar os produtos locais, a cultura e o património rural; ➤ Preservar e valorizar o ambiente; ➤ Implementar metodologias de circuitos curtos agro-alimentares; ➤ Revitalizar os mercados locais; ➤ Promover a capacitação de quadros técnicos das organizações
Mais-valias para o Território	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento do conhecimento de outras experiências e boas práticas, p.ex. de conciliação do turismo com a exploração sustentável do potencial dos recursos naturais ✓ Divulgação do território, nomeadamente em mercados turísticos que valorizem o património natural, cultural e histórico ✓ Maior visibilidade dos recursos e aumento da notoriedade e reconhecimento do território enquanto destino turístico ✓ Melhoria da qualidade dos produtos e serviços turísticos e estruturação de atividades relacionadas e de suporte ✓ Preservação e salvaguarda dos recursos naturais e culturais ✓ Aumento dos fluxos de turismo ✓ Reforço da matriz identitária de valores culturais e saberes tradicionais ✓ Diversificação e melhoria da qualidade dos serviços e eventos oferecidos ✓ Aumento do potencial de atração de novos investimentos e habitantes ✓ Reforço das competências empreendedoras e inclusivas dos atores do território
Parceiros/Territórios cooperantes	<p>GAL regionais</p> <p>GAL nacionais</p>

Cooperação transnacional	
Áreas temáticas	<ul style="list-style-type: none"> • Empreendedorismo; • Artesanato; • Transformação de agroalimentares; • Turismo; • Ambiente; • Agricultura; • Cultura e Cidadania; • Associativismo e Cooperação; • Produtos locais
Objetivos temáticos	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Capacitar recursos humanos; ➢ Promover intercâmbios de experiências e boas práticas; ➢ Promover em eventos os territórios envolvidos; ➢ Valorizar a cultura identitária; ➢ Desenvolver ações de cidadania e interculturalidade; ➢ Promover o associativismo; ➢ Preservar e valorizar o ambiente; ➢ Valorizar e rentabilizar os recursos endógenos; ➢ Promover os produtos locais; ➢ Promover o trabalho em rede.
Mais-valias para o Território	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento do conhecimento de outras experiências e boas práticas, p.ex. de conciliação do turismo com a exploração sustentável do potencial dos recursos naturais ✓ Divulgação do território, nomeadamente em mercados turísticos que valorizem o património natural, cultural e histórico ✓ Maior visibilidade dos recursos e aumento da notoriedade e reconhecimento do território enquanto destino turístico ✓ Criação de redes de cooperação empresarial ✓ Aumento dos fluxos de turismo ✓ Aumento do potencial de atração de novos investimentos e habitantes
Parceiros/Territórios cooperantes	<p>GAL UE</p> <p>Associações países terceiros</p> <p>GAL regionais</p> <p>GAL nacionais</p>

ANEXOS

ANEXO I: Critérios de seleção para a intervenção 6.4

Pontuação Atribuída aos Critérios de Seleção

$$P = 0,50 A + 0,50 B$$

Sendo que:

P – Pontuação

A – Enquadramento na Estratégia de Desenvolvimento Local

Avalia o enquadramento dos projetos nos objetivos estratégicos definidos na Estratégia de Desenvolvimento Local, sendo estimado com base na seguinte fórmula de cálculo:

$$A = 0,40 A1 + 0,30 A2 + 0,30 A3$$

B – Análise Técnica

Avalia os aspetos diferenciadores dos projetos, tendo em conta diversos aspetos, nomeadamente o impacto do projeto no território, a inovação, os aspetos ligados ao ambiente e a experiência e qualificações dos promotores, sendo estimado de acordo com a seguinte fórmula:

$$B = 0,30 B1 + 0,20 B2 + 0,20 B3 + 0,30 B4$$

Os critérios de seleção para os pedidos de apoio à intervenção 6.4 - Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas, são os seguintes:		
A1 - Conformidade do projeto com os objetivos da EDL		
Não adequado		0
Adequado (1 objetivo)		75
Muito adequado (2 ou mais objetivos)		100
A2 - Tipologia do projeto		
Criação:		
Oferta suficiente		0
Melhoria da oferta ou diversificação da oferta		50
Escassez na oferta		75
Falha no mercado		100
Existente:		
Intervenção ao nível das instalações e/ou aquisição de equipamentos:		
Melhora a qualidade ou aumenta a capacidade de resposta do serviço ou produto prestado?		
	Não	0
	Sim	50
Modernização		75
Diversificação		100
A3 - Promoção do emprego		
Aumenta o número de postos de trabalho?		
	Não	0
	Sim	100
B1 - Impacto do projeto no Território de Intervenção		
Sem impacto		0
Com impacto local		75
Com impacto concelhio		100

ANEXO II: Critérios de seleção para a intervenção 7.2

Pontuação Atribuída aos Critérios de Seleção

$$P = 0,40 A + 0,60 B$$

Sendo que:

P – Pontuação

A – Enquadramento na Estratégia de Desenvolvimento Local

Avalia o enquadramento dos pedidos de apoio nos objetivos estratégicos definidos na Estratégia de Desenvolvimento Local, sendo estimado com base na seguinte fórmula de cálculo:

$$A = 0,40 A1 + 0,40 A2 + 0,20 A3$$

B – Análise Técnica

Avalia os aspetos diferenciadores dos projetos, tendo em conta diversos aspetos, nomeadamente a qualidade do projeto, aspetos relacionados com o ambiente, as parcerias realizadas e a abrangência territorial do projeto, sendo estimado de acordo com a seguinte fórmula:

$$B = 0,30 B1 + 0,15 B2 + 0,30 B3 + 0,25 B4$$

Os critérios de seleção para os pedidos de apoio à intervenção 7.2 - Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia, são os seguintes:		
A1 - Conformidade do projeto com os objetivos da EDL		
Não adequado		0
Adequado (1 objetivo)		75
Muito adequado (2 ou mais objetivos)		100
A2 - Influência em termos de existência de mercado para os bens e serviços resultantes do investimento proposto		
Oferta suficiente		0
Melhoria da oferta ou diversificação da oferta		50
Oferta escassa		75
Oferta inexistente		100
A3 - Promoção do emprego		
Aumenta o número de postos de trabalho?		
	Não	0
	Sim	100
B1 - Qualidade do projeto		
Contribui para a fixação da população?		
	Não	0
	Sim	30
Aumenta o número da população beneficiada pelo serviço?		
	Não	0
	Sim	30
É inovador?		
	Não	0
	Sim	10
Promove a utilização de energias renováveis?		

	Não	0
	Sim	30
B2 - Ambiente		
Vetores:		
Utilização de recursos naturais ou resíduos gerados na região		
Eficiência energética e utilização de energias renováveis		
Contribuição para a sensibilização ambiental		
Redução de ruído		
Gestão eficiente da água		
Introdução de tecnologias eco eficientes		
Obtenção de rótulo ecológico		
Proteção ambiental		
Utilização de materiais típicos do território e recursos naturais		
Utilização de técnicas tradicionais de construção		
Outros não identificados		
Nenhum vetor		0
1 vetor		75
2 ou mais vetores		100
B3 - Parcerias no âmbito da execução do projeto		
O projeto não prevê a criação de parcerias		0
O projeto vai criar parcerias		75
Os parceiros estão identificados e definidas as atribuições de cada parceiro		100
B4 - Abrangência territorial do projeto		
Não aplicável		0
Local		75
Interfreguesias		100
Pontuação máxima		100
Fatores de desempate: Primeiro fator de desempate - O pedido de apoio que tiver maior pontuação no critério Parcerias no âmbito da execução do projeto. Segundo fator de desempate - Maior pontuação no critério Promoção do emprego. Terceiro fator de desempate - Data de entrada do pedido de apoio.		
Para efeitos de seleção consideram-se os pedidos de apoio que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 50 pontos		

ANEXO III: Critérios de seleção para a intervenção 7.4

Pontuação Atribuída aos Critérios de Seleção

$$P = 0,40 A + 0,60 B$$

Sendo que:

P – Pontuação

A – Enquadramento na Estratégia de Desenvolvimento Local

Avalia o enquadramento dos pedidos de apoio nos objetivos estratégicos definidos na Estratégia de Desenvolvimento Local, sendo estimado com base na seguinte fórmula de cálculo:

$$A = 0,40 A1 + 0,40 A2 + 0,20 A3$$

B – Análise Técnica

Avalia os aspetos diferenciadores dos projetos, tendo em conta diversos aspetos, nomeadamente a qualidade do projeto, aspetos relacionados com o ambiente, as parcerias realizadas e a abrangência territorial do projeto, sendo estimado de acordo com a seguinte fórmula:

$$B = 0,30 B1 + 0,15 B2 + 0,30 B3 + 0,25 B4$$

Os critérios de seleção para os pedidos de apoio à intervenção 7.4 - Investimento em serviços básicos locais, são os seguintes:		
A1 - Conformidade do projeto com os objetivos da EDL		
Não adequado		0
Adequado (1 objetivo)		75
Muito adequado (2 ou mais objetivos)		100
A2 - Tipologia de projeto		
Projetos destinados à infância, idosos, deficientes e grupos de risco		100
Projetos destinados aos serviços sociais de apoio social itinerante		75
Projetos destinados aos serviços de animação cultural e recreativa		50
Projetos sem enquadramento em nenhuma das tipologias anteriores		0
A3 - Promoção do emprego		
Aumenta o número de postos de trabalho?		
	Não	0
	Sim	100
B1 - Qualidade do projeto		
Criação:		
Há sobreposição de respostas sociais?		
	Sim	0
	Não	30
Contribui para a fixação da população?		
	Não	0
	Sim	30
Aumenta o número da população beneficiada pelo serviço?		
	Não	0
	Sim	30
É inovador?		

	Não	0
	Sim	10
Existente:		
Contribui para a melhoria do serviço a prestar?		
	Não	0
	Sim	30
Aumenta a capacidade de resposta?		
	Não	0
	Sim	30
Contribui para a fixação da população?		
	Não	0
	Sim	30
É inovador?		
	Não	0
	Sim	10
B2 - Ambiente		
Vetores:		
Utilização de recursos naturais ou resíduos gerados na região		
Eficiência energética e utilização de energias renováveis		
Contribuição para a sensibilização ambiental		
Redução de ruído		
Gestão eficiente da água		
Introdução de tecnologias eco eficientes		
Obtenção de rótulo ecológico		
Proteção ambiental		
Utilização de materiais típicos do território e recursos naturais		
Utilização de técnicas tradicionais de construção		
Outros não identificados		
Nenhum vetor		0
1 vetor		75
2 ou mais vetores		100
B3 - Parcerias no âmbito da execução do projeto		
O projeto não prevê a criação de parcerias		0
O projeto vai criar parcerias		75
Os parceiros estão identificados e definidas as atribuições de cada parceiro		100
B4 - Abrangência territorial do projeto		
Não aplicável		0
Local		75
Interfreguesias		100
Pontuação máxima		100
Fatores de desempate: Primeiro fator de desempate - O pedido de apoio que tiver maior pontuação no critério Parcerias no âmbito da execução do projeto. Segundo fator de desempate - Maior pontuação no critério Promoção do emprego. Terceiro fator de desempate - Data de entrada do pedido de apoio.		
Para efeitos de seleção consideram-se os pedidos de apoio que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 50 pontos		

ANEXO IV: Critérios de seleção para a intervenção 7.5

Pontuação Atribuída aos Critérios de Seleção

$$P = 0,25 A + 0,30 B + 0,25 C + 0,10 D + 0,10 E$$

Os critérios de seleção para os pedidos de apoio à intervenção 7.5 - Investimento em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas, são os seguintes:		
A - Conformidade do projeto com os objetivos da EDL		
Não adequado		0
Adequado (1 objetivo)		75
Muito adequado (2 ou mais objetivos)		100
B- Contributo da operação para a promoção e diversificação da oferta turística e de espaços de lazer no espaço rural		
Sem relevância		0
Pouca relevância		50
Relevante		75
Elevada relevância		100
C - Impacto do projeto no Território de Intervenção		
Sem impacto		0
Com impacto local		75
Com impacto concelhio		100
D- Ambiente		
Vetores:		
Utilização de recursos naturais ou resíduos gerados na região		
Eficiência energética e utilização de energias renováveis		
Contribuição para a sensibilização ambiental		
Redução de ruído		
Gestão eficiente da água		
Introdução de tecnologias eco eficientes		
Proteção ambiental		
Utilização de materiais típicos do território e recursos naturais		
Utilização de técnicas tradicionais de construção		
Preocupação com enquadramento paisagístico		
Outros não identificados		
Nenhum vetor		0
1 vetor		75
2 ou mais vetores		100
E - promoção do emprego		
Aumenta o número de postos de trabalho?		
	Não	0
	Sim	100
Pontuação máxima		100
Fatores de desempate: Primeiro fator de desempate - O pedido de apoio que tiver maior pontuação no critério Contributo da operação para a promoção e diversificação da oferta turística e de espaços de lazer no espaço rural. Segundo fator de desempate - Maior pontuação no critério Promoção do emprego. Terceiro fator de desempate - Impacto do projeto no T.I. Quarto factor de desempate - Data de entrada do pedido de apoio.		
Para efeitos de seleção consideram-se os pedidos de apoio que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 50 pontos		

ANEXO V: Critérios de seleção para a intervenção 7.6

Pontuação Atribuída aos Critérios de Seleção

$$P = 0,25 A + 0,30 B + 0,15 C + 0,15 D + 0,15 E$$

Os critérios de seleção para os pedidos de apoio à intervenção 7.6 - Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental, são os seguintes:	
A - Conformidade do projeto com os objetivos da EDL	
Não adequado	0
Adequado (1 objetivo)	75
Muito adequado (2 ou mais objetivos)	100
B- Tipologia do projeto	
Projetos relacionados com a preservação e recuperação de práticas e tradições culturais	100
Projetos relacionados com a refuncionalização de edifícios ligados à cultura e com o património arquitetónico tradicional	75
Projetos relacionados com a sensibilização ambiental	50
Projetos não diretamente relacionados com as tipologias anteriores	0
C - Impacto do projeto no Território de Intervenção	
Sem impacto	0
Com impacto local	75
Com impacto concelhio	100
D- Ambiente	
Vetores:	
Utilização de recursos naturais ou resíduos gerados na região	
Eficiência energética e utilização de energias renováveis	
Contribuição para a sensibilização ambiental	
Redução de ruído	
Gestão eficiente da água	
Introdução de tecnologias eco eficientes	
Proteção ambiental	
Utilização de materiais típicos do território e recursos naturais	
Utilização de técnicas tradicionais de construção	
Preocupação com enquadramento paisagístico	
Outros não identificados	
Nenhum vetor	0
1 vetor	75
2 ou mais vetores	100
E - Grau de articulação com outras áreas (cultura, património arquitetónico, turismo, social, ambiente, desporto)	
Sem articulação	0
Articulação com uma área	75
Articulação com duas ou mais áreas	100
Pontuação máxima	
100	
Fatores de desempate: Primeiro fator de desempate - O pedido de apoio que tiver maior pontuação no critério Tipologia do projeto. Segundo fator de desempate - Maior pontuação no critério Ambiente. Terceiro fator de desempate - Data de entrada do pedido de apoio.	
Para efeitos de seleção consideram-se os pedidos de apoio que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 50 pontos	